RUA

APRENDENDO A CONTAR

PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República

Patrus Ananias
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Arlete Sampaio
Secretária Executiva

Valdomiro Luis de Sousa
Chefe de Gabinete do Ministro

Luziele Tapajós
Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

Rosilene Rocha
Secretária Nacional de Assistência Social

Lúcia Modesto
Secretária Nacional de Renda de Cidadania

Crispim Moreira
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ronaldo Coutinho Garcia
Secretário de Articulação Institucional e Parcerias

RUA

APRENDENDO A CONTAR

PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Organização
Júnia Valéria Quiroga da Cunha
Monica Rodrigues

Brasília, dezembro de 2009

Rua:
Aprendendo a contar
Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

Organização
Júnia Valéria Quiroga da Cunha
Monica Rodrigues

Coordenação Editorial
Marcelo Rocha

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Alessandro Mendes

Revisão
Cristiane dos Santos Pereira
Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira
Katia Maria Belisário de A. Couto
Marina Pereira Novo
Roberta M. Rocha Barbosa Ferreira
Tatiane Dias
Tomás Nascimento

Fotos
Alderon Costa

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Athalaia Gráfica

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.-- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

240 p. ; 30 cm.
ISBN 978-85-60700-34-9

1. Desenvolvimento social, Brasil. 2. População de rua, Brasil. 3. Política pública. Brasil.

CDU 316.344.7(81)

© 2009 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Todos os direitos reservados.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)
Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 412
70054-906 | Brasília | DF
Telefone: (61) 3433-1501
www.mds.gov.br
sagi.dfaps@mds.gov.br

CADA HOMEM E A HUMANIDADE INTEIRA

A rua é lugar de convivência, de encontros, de construção do coletivo. É também lugar de formação do público. Movimentos importantes de defesa de direitos, como a Campanha pelas Diretas e Anistia, foram feitos com o povo na rua. Mas há mulheres e homens para quem a realidade e o significado da rua é outro. É quando a rua torna-se significado de falta de opção, da perda da dignidade, da perda da esperança e, expressão doída da exclusão: lugar da invisibilidade.

A falta de moradia significou, por longos períodos, a falta de informações sobre essa parcela expressiva da população brasileira. Resultado dramático dessa situação é que o Estado ficou sem chegar justamente a esses mais necessitados, aos mais pobres entre os pobres. Por isso a importância que representa o trabalho que desenvolvemos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de promover a contagem da população com trajetória de rua, registrado nesta publicação.

O que estamos fazendo é dar voz aos que vivem na rua, criar espaços para que sejam vistos e ouvidos de modo que faça diferença. Assim, quebramos algumas das barreiras que se interpõem contra a universalização do humano. E isso se faz procurando cada um, pois, relembrando Padre Lebret, "o que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira". E essa trajetória, do singular (homem) ao universal (humanidade), passa pelo caminho do pertencimento nacional, lugar de referência para nos localizar no mundo.

Esse trabalho implica grandes desafios: resgatar a auto-estima e a dignidade de cada pessoa, na perspectiva mesmo de reconstrução de vida, esperanças e perspectivas. A partir do momento que damos visibilidade aos problemas de toda a população, temos também de encontrar respostas para seus problemas, construir as soluções, estabelecer referências, abrir caminhos para alternativas. E se o tema é das grandes cidades, pede uma solução nacional de integração de políticas, o que estamos procurando fazer por meio do desenvolvimento de uma política nacional para população em situação de rua, em parceria com os governos estaduais e municipais, e buscando participação de entidades da sociedade.

Com isso queremos também colocar no passado um tempo havido em que a resposta ao problema da população de rua se resumia ao apelo muitas vezes angustiado de que era necessário "tirar esse pessoal da rua". Não raro, um apelo que acabava gerando mais desassossego para esse segmento do que qualquer outra coisa. Era uma forma de esconder o problema para longe. Ao mesmo tempo em que enfrentamos esse desafio, temos também um outro: o de promover o aperfeiçoamento das políticas públicas de modo a possibilitar o desenvolvimento pessoal e libertação do espaço da rua.

Ao aprender a contar, a gente coloca o problema diante dos nossos olhos. E nos responsabilizamos em oferecer respostas e construir soluções. O problema de cada homem e de cada mulher se apresenta como um problema nosso, um dano em nossa humanidade. Temos de chegar aos mais pobres entre os pobres justamente porque são os que mais precisam. E nos mandam sinais diários de suas vidas em constante perigo. Estamos aprendendo a ler esses sinais para mudar a realidade, recuperando a dignidade de cada um. Na rua, em casa em todos os lugares.

Patrus Ananias

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos a publicação "Rua Aprendendo a Contar – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua".

Esta obra materializa o resultado de um trabalho integrado desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

A realização do I Censo e da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua buscou atender, por um lado, uma justa demanda da sociedade civil, em especial, dos movimentos sociais que representam a população em situação de rua, por visibilidade e uma maior atenção do poder público; e de outro, a produção de informações para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) dirige a esse público os serviços relacionados à oferta de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Nesse sentido, os resultados da pesquisa aqui demonstrada representam uma significativa contribuição para a qualificação e o melhor dimensionamento dos serviços de proteção a ela destinados. Considerando os desafios do tema e as demandas socioassistenciais da população em situação de rua, das iniciativas de política públicas do Governo Federal a ela direcionadas e da discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento institucional dessas políticas, esta publicação coloca em evidência as alternativas metodológicas implementadas para a realização do censo e da pesquisa sobre essa população.

Por fim, vale registrar nosso agradecimento especial a Laura da Veiga e Ana Lígia Gomes, sob cujas gestões teve início a exitosa cooperação que resultou nesta publicação. Temos a convicção de que se trata de importante iniciativa para o necessário e inadiável avanço das políticas públicas destinadas à garantia de direitos e à proteção social dos menos favorecidos de nossa sociedade e, por extensão, à construção de uma sociedade preocupada com a ampliação de direitos e a inclusão social de sua população.

Luziele Tapajós
Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

Rosilene Rocha
Secretária Nacional de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		11
TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	Laura da Veiga Júnia Quiroga Marina Novo Cristiane Pereira	17
ENXERGANDO O INVISÍVEL: DESAFIOS METODOLÓGICOS DE UMA (RE) CONSTRUÇÃO DO OLHAR	Flavio Silveira	41
O OLHAR DO RESPEITO E DA ATENÇÃO NA PRODUÇÃO DE UM ENSAIO FOTOGRÁFICO	Alderon Pereira da Costa	65
I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - SÍNTESE DOS RESULTADOS	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação | MDS	85
A SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	Sarah Escorel	111

NOTAS SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E O MANEJO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO MEIO URBANO

Maria Cecília Loschiavo dos Santos

139

ELAS DA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A QUESTÃO DE GÊNERO

Júnia Quiroga
Marina Novo

157

POPULAÇÃO DE RUA: VIDAS E TRAJETÓRIAS

Movimento Nacional de População de Rua

173

O CAMINHO DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DE INDIVÍDUO A POPULAÇÃO

Aldaíza Sposati

193

VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO - A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME NO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Valéria Gonelli
Fernando Chagas

223

INTRODUÇÃO

Júnia Quiroga e Monica Rodrigues

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre agosto de 2007 e março de 2008, sendo executado pelo Instituto Meta. Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua distribuídas nas 71 cidades em que o levantamento foi conduzido. De envergadura inédita, o empreendimento expressa o arrojo do governo federal na área de políticas sociais.

O censo envolveu a coleta de informações básicas de todos os respondentes e a realização de uma pesquisa mais aprofundada em uma amostra com cerca de 10% dos entrevistados. Além de responder à demanda de organizações sociais e de gestores públicos pelo maior conhecimento sobre as pessoas em situação de rua, a iniciativa demonstrou que, se adotada uma metodologia adequada, é possível mensurar e conhecer o perfil dessa população. A pesquisa proporciona a visibilidade desse grupo, contribuindo com a definição de estratégias e políticas específicas – por parte da gestão pública – e potencialmente com a redução do preconceito existente – por parte de uma sociedade que fica mais bem informada a respeito das características e dificuldades desses indivíduos.

Com este livro, buscamos qualificar a discussão já iniciada no lançamento dos resultados deste Censo e Pesquisa Nacional, em abril de 2008, e trazemos a tona um conjunto de análises temáticas que demonstram o potencial de utilização dos dados coletados. Assim, reunimos especialistas no assunto e os convidamos para que escrevessem sobre alguns dos recortes possibilitados pelos dados: saúde, urbanização, gênero, cidadania. Porém, cientes da ousadia da realização da pesquisa, no que diz respeito às dificuldades metodológicas envolvidas, também integram o livro artigos que versam sobre a metodologia da pesquisa na ótica do MDS e do Instituto Meta, além de um artigo do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) que aborda tanto a discussão sob a ótica da cidadania, como sobre os arranjos metodológicos da pesquisa que contou com o acompanhamento do MNPR.

Assim, o livro se inicia com o artigo "Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua" em que Veiga, Quiroga, Novo e Pereira discorrem sobre diversos aspectos metodológicos da pesquisa, como a identificação de estudos similares, nos quais o MDS se espelhou para construir a proposta metodológica do I Censo, e a descrição de detalhes da metodologia proposta e de sua aplicação. As autoras enfatizam que o sucesso da execução do trabalho deveu-se, em grande medida, ao estabelecimento de parcerias com diversos atores, sobretudo com entidades representativas das pessoas em situação de rua e órgãos gestores da Assistência Social nos municípios pesquisados.

O artigo de Flavio Silveira, "Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar", dialoga com o de Veiga, Quiroga, Novo e Pereira ao descrever os desafios enfrentados na aplicação da metodologia proposta, do ponto de vista de uma empresa de pesquisa. O primeiro grande desafio deveu-se à condição não domi-

ciliada da população em tela posto que, de praxe, institutos de pesquisa estão capacitados precisamente para pesquisas domiciliares ou em pontos de fluxo. A direção metodológica já havia sido dada pelo MDS, mas para cumpri-la de maneira exitosa, foi preciso aprofundar-se no tema e dedicar-se às especificidades por ele impostas. Aspectos como a pesquisa noturna, intempéries climáticas e dificuldades de localização são tratados neste artigo. Ademais, o autor descreve a importância que tiveram os treinamentos de equipes visto que essas mesclavam membros de equipes de abordagem de rua da Assistência Social com entrevistadores de mercado.

A temática do olhar é o ponto principal do artigo "O olhar do respeito e da atenção na produção de um ensaio fotográfico" de Alderon Costa. O autor apresenta as principais dificuldades e os desafios enfrentados para a construção do banco de imagens que ilustra este livro e, mais do que isso, que ilustra o principal objetivo da pesquisa, ou seja, apresentar quem são e como vivem as pessoas em situação de rua, dando visibilidade a um fato que muitas vezes nos negamos a enxergar.

Como o nome sugere, o artigo "I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - Síntese dos Resultados" apresenta de forma sucinta alguns dados importantes trazidos à luz, no que diz respeito às características sociodemográficas e econômicas desta população, seu perfil e trajetória nas ruas, informações sobre a existência ou não de vínculos familiares, seus hábitos de higiene e saúde, sobre a posse de documentos, o acesso a programas governamentais, discriminações sofridas, a participação em movimentos sociais, dentre outros.

A situação de saúde desta população é discutida de forma mais aprofundada por Sarah Escorel em seu artigo "A saúde das pessoas em situação de rua". A autora aponta que questões de saúde configuram-se como razões possíveis tanto para a ida quanto para a permanência dessas pessoas na rua, apresentando as vulnerabilidades a que estão expostos, especialmente quando se trata de questões de alimentação, higiene e cuidados de saúde.

As dificuldades para a sobrevivência de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos exigem que essas lancem mão de estratégias diversas as quais são analisadas em "Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: Estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano". Nesse artigo, Maria Cecília Loschiavo dos Santos aborda diversos aspectos da dinâmica socioespacial da população em situação de rua nas cidades pesquisadas procurando compreender as estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. A autora analisa a exclusão do grupo pesquisado sob a ótica das cidades revanchistas, caracterizadas por uma relação de oposição ou mesmo "vingança" entre grupos sociais que leva à invisibilização ou a marginalização de uns em detrimento de outros. Na discussão proposta, a catação de materiais recicláveis é reconhecida e valorizada como estratégia de resistência e enfrentamento de uma lógica excludente que afeta diferentemente os grupos sociais.

Se é um fato que os grupos sociais são afetados de maneira diferenciada pela lógica excludente da sociedade, refletida entre outros aspectos nos processos de urbanização, também é uma constatação

que não há homogeneidade interna nesses grupos. As mulheres, por exemplo, compõem um dos subgrupos populacionais mais afetados por processos de marginalização social, e isso não é diferente entre aquelas que encontram-se em situação de rua. Junia Quiroga e Marina Novo, no artigo "Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero" mostram, com base nos dados coletados no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que a vida nas ruas muitas vezes potencializa este processo de marginalização e de vulnerabilização destas mulheres que se veem obrigadas a enfrentar as dificuldades de um cotidiano marcadamente masculinizado, preconceituoso e que se impõe de forma violenta sobre seus corpos e suas atitudes.

A despeito de todas as violações de direitos sobre as quais os artigos deste livro comentam, e que não esgotam as dificuldades enfrentadas pelo povo da rua, esses indivíduos têm alcançado o resgate de sua cidadania em diversos âmbitos. Na perspectiva do associativismo, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) é protagonista de uma trajetória de luta. O artigo "População de Rua: vidas e trajetórias", de sua autoria, disserta sobre o esforço de consolidação de um movimento capaz de traduzir a realidade das ruas de maneira propositiva e que realmente represente as angústias do povo da rua. O MNPR destaca a importância do levantamento realizado, cuja concepção e campo acompanhou de perto, ressaltando que a adequação dos serviços socioassistenciais para essa população depende – entre outras coisas – de que se conheçam as características do público a ser atendido. O artigo lança um apelo para que cessem as frequentes violações de direito contra as pessoas em situação de rua e pela construção de políticas adequadas para esse grupo pelos três níveis de governo.

Aldaíza Sposati recupera referências históricas tanto internacionais como nacionais para abordar o fortalecimento do debate a respeito das pessoas em situação de rua e da necessidade de identificar o seu volume e características para a construção de políticas públicas efetivas. Bem como no artigo do MNPR, em "O Caminho do Reconhecimento dos Direitos da População em Situação de Rua: de indivíduo a população" a autora argumenta sobre a necessidade de um pacto federativo entre governos municipais, estaduais e federal para que se reverta a atual condição – e presença – das pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos.

Finalizando este livro, temos o artigo "Visibilidade e reconhecimento: a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no atendimento da população em situação de rua", de Valéria Gonelli e Fernando Chagas. Os autores fazem uma breve reconstrução do movimento de lutas pelos direitos dessa população e apresentam o processo de construção de políticas públicas para este público por parte do governo federal. Os autores demonstram como a população em situação de rua passou da condição de excluído à de sujeito social apto a intervir sobre as decisões que afetam suas vidas e, portanto, ator fundamental na construção de uma política nacional que responda a todas as questões sublinhadas de forma tão explícita ao longo deste livro.



TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Laura da Veiga — Doutora em Sociologia da Educação, Secretária de Avaliação e Gestão da Informação entre junho de 2007 e julho de 2009.

Júnia Quiroga — Doutora em Demografia, Diretora de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Marina Novo — Mestre em Antropologia Social, Técnica do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cristiane Pereira — Mestranda em História Cultural, Técnica do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.


RECICLA
A
VIDA
ATLANTIS
Peças
JACUZZI
ALBACETE
ANAUGER
Bombas
NOVAS/USADAS
CAPACITORES
PLATINADO
CENTRIFUGA

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE UMA INICIATIVA AUDACIOSA

A iniciativa de realizar o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua decorreu de demandas dos movimentos sociais representativos dessa população (apontadas no Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2005), bem como do interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em discutir estratégias, levantar desafios e recomendações sobre a realidade desse grupo. Pretendia-se, ao realizar o levantamento, quantificar e conhecer um pouco mais a respeito do modo de vida e das características socioeconômicas[1] desse segmento, tendo como objetivo principal a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população.

As indicações empíricas eram da tendência de maior concentração de pessoas em situação de rua em municípios mais populosos e nas capitais dos estados. Frente a isso, o universo da pesquisa foi definido e a pesquisa foi realizada em 71 cidades de todo o país, abrangendo 23 capitais (excluindo aquelas que contavam com levantamentos semelhantes – São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), além de 48 outras cidades com população superior a 300 mil habitantes[2].

Diferentemente de outros estudos já realizados no país, a proposta metodológica do levantamento foi ir além do mero registro do número de pessoas em situação de rua. Procurou-se conhecer as características desses indivíduos em relação a um conjunto de aspectos considerados pertinentes para orientar a construção de políticas mais adequadas para o grupo em foco. Dessa forma, optou-se pela combinação da abordagem censitária – com a identificação do número de indivíduos e a coleta de um conjunto de informações essenciais traduzidas em um questionário reduzido – e da abordagem amostral – com a coleta de um conjunto mais amplo de informações a partir de um questionário ampliado, aplicado a um em cada dez indivíduos identificados[3].

A construção da metodologia apoiou-se na experiência de outras instituições que haviam realizado levantamentos censitários da população em situação de rua em São Paulo, Belo Horizonte e Recife (São Paulo, [200-]; Brasil, 2006; Recife, [200-]). O compartilhamento do conhecimento derivado das pesquisas anteriores foi importante. Contudo, vale ressaltar o caráter singular da iniciativa de procurar obter a cobertura simultânea dessa população em 71 cidades, distribuídas nas cinco grandes regiões do país[4]. A realização do censo permite a identificação das especificidades regionais ou municipais de maneira que possam ser traduzidas em estratégias políticas de intervenção com maior aderência ao perfil dos membros dos agrupamentos sociais de cada área, possibilitando também a comparação inter-regional de segmentos desse setor da população brasileira.

[1] A população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros e mesmo de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar.

[2] Estimativa populacional para 2004, de acordo a projeção dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

[3] Após a coleta das informações, a proporção de questionários extensos equivaleu a 10,4% das entrevistas. Esta proporção superior a 10% foi observada tanto nos locais de rua (10,3%) como nas instituições (10,7%).

[4] O levantamento foi realizado em seis municípios da região Centro Oeste, oito da região Norte, treze da região Nordeste, 36 da região Sudeste e nove da região Sul.

Deve-se ressaltar que o exame das experiências anteriores de censos realizadas em quatro municípios foi central para a antecipação das principais dificuldades com que se defrontaria um levantamento mais amplo. Tal aprendizagem foi relevante, por exemplo, na concepção da pesquisa e na elaboração do Termo de Referência que daria origem à contratação do trabalho. Dentre outros elementos observados nessas outras pesquisas, destacam-se os critérios múltiplos para definir, por exemplo, a localização e a identificação dos indivíduos em situação de rua e os horários prioritários para abordagem.

A mobilidade dessa população, inclusive no período noturno, impõe que o levantamento das informações seja realizado no menor período de tempo possível, para minimizar a dupla contagem. Assim, a estimativa do tamanho das equipes de campo pautou-se na expectativa do MDS de que as entrevistas fossem realizadas em apenas uma noite em cada grande área de concentração de pessoas em situação de rua. Ademais, como precaução para reduzir os efeitos da mobilidade sobre a dinâmica e configuração das ruas, recomendou-se que a coleta de dados não fosse realizada em feriados ou datas festivas, finais de semana, no inverno ou em datas próximas ao fim de ano.

Além de considerar os desafios impostos pela mobilidade, foi importante antecipar especificidades para o contato com essas pessoas, na rua ou em instituições. Nas experiências de caráter municipal, utilizadas como referência, os contatos prévios com representantes de redes de apoio às pessoas em situação de rua se revelaram profícuos para facilitar a "entrada" a grupos ou a instituições.

O MDS, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), juntamente com a empresa contratada por via licitatória para realizar a pesquisa (Meta Instituto de Pesquisa de Opinião), cientes da complexidade que envolve uma pesquisa com um segmento tão diversificado como este e com características tão próprias, promoveram discussões aprofundadas sobre os referenciais teóricos para o estudo, assim como sobre os procedimentos metodológicos que orientaram as etapas do estudo. Todo o processo contou com a participação ativa de movimentos sociais e organizações interessadas que atuam junto à população em situação de rua.

Um alerta inicial se fez necessário para o entendimento correto da pesquisa: a adequada interpretação dos resultados requer que se observem as definições teóricas adotadas e a sua tradução nos conceitos operacionais utilizados. Portanto, era de se esperar que houvesse diferenças entre estudos similares que tenham recorrido a outro referencial teórico-operacional ou que utilizaram orientações metodológicas diferentes tais como as que permitem identificar o público alvo de uma pesquisa. Uma das preocupações do MDS ao realizar o levantamento nacional foi garantir a comparabilidade entre os resultados encontrados para cada um dos municípios visitados.

Norteadas por estas preocupações de caráter metodológico e um segundo conjunto de considerações de natureza ética (respeito à população em situação de rua, redução ao mínimo do tempo de abordagem para coleta de dados das pessoas nos pontos de pernoite, dentre outras), foram adotados procedimentos metodológicos cuidadosos, reconhecidos na literatura especializada sobre pesquisa social, que

incluíram, dentre outros, os seguintes componentes: definição compartilhada dos conceitos entre especialistas e representantes dos movimentos sociais representativos desta população; demarcação de zonas de ambigüidades conceituais; pré-teste; apoio de educadores sociais e membros dos movimentos para facilitar a abordagem da população em pauta e agendamento antecipado para visitas e coleta de dados nas instituições de albergamento.



PESANDO CONCEITOS: QUEM É E ONDE ESTÁ A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?

O ponto de partida para a delimitação do público alvo dessa pesquisa, tendo em mente as considerações apontadas anteriormente, foi a definição utilizada pela SNAS/MDS segundo a qual ¨a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular¨ (BRASIL, 2006, p. 24).

Por não se tratar de uma pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de rua – o que exigiria outra abordagem – o público pesquisado foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais. As crianças e adolescentes em situação de rua somente foram contabilizadas quando o adulto entrevistado declarou ser responsável por alguma criança ou adolescente na rua ou em alguma instituição.

Para a realização deste trabalho o termo "rua" foi considerado em sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência e que poderiam servir desta forma, como abrigo. Portanto, a "rua" incluiu, por exemplo, espaços públicos como parques e praças, ou privados como prédios e depósitos abandonados.

Além disso, tendo em vista que grande parte dessa população encontra-se em instituições de pernoite, a população assim abrigada também foi abordada. As instituições visitadas abrangeram espaços com denominações variadas e que oferecem pernoite gratuito, ou por

preços simbólicos, para a população que dorme na rua. Tais espaços são geralmente mantidos pelo poder público, mas podem também ser subsidiados por ONGs, igrejas, organizações filantrópicas privadas etc. Desta forma, foram visitados na pesquisa, albergues, abrigos e casas de passagem ou de apoio[5]. Além destes espaços, a pesquisa também foi realizada em outras instituições que recebem pessoas em situação de rua, como é o caso de hospitais e clínicas, ou mesmo casas de convivência.

Tendo em vista a definição da SNAS, referida anteriormente, quanto à identificação de quem integra a população em situação de rua, também foram consideradas nesta pesquisa aquelas pessoas que têm casa própria, alugada ou de parentes no interior ou em local afastado do centro da cidade e que por motivos de trabalho dormem na rua uma ou mais vezes na semana. Todavia, foram tomadas as devidas precauções para diferenciar este segmento da população que adota a rua apenas como seu local de trabalho.

Também foram consideradas pessoas que constroem estruturas de plástico, papelão e madeira em áreas públicas ou em áreas privadas abandonadas que não configuram ocupações organizadas de prédios ou de terrenos.

Por outro lado, para efeito desta pesquisa, não foram consideradas pessoas em situação de rua aquelas que ocupam prédios abandonados há mais de cinco anos com características de razoável estruturação (divisórias de alvenaria, uso de luz elétrica, equipamentos domésticos etc.). As pessoas residentes em áreas de favelas também não foram incluídas na amostra pesquisada, exceto as que estivessem em áreas situadas nas cercanias da favela como, por exemplo, nas partes baixas do chamado "pé do morro" em que a favela é localizada, nas quais as pessoas encontram abrigo em locais caracterizados como "rua", no sentido amplo adotado nesta pesquisa.

Os chamados programas de "aluguel social" e os beneficiários dos programas de "pensão social" também não foram incluídos[6].

Além destas definições, em termos operacionais gerais, a principal forma utilizada para distinguir as pessoas em situação de rua das demais foi a seguinte questão: "Onde costuma dormir?". Esta era a primeira questão do questionário e serviu como filtro, ou seja, como forma de selecionar os componentes da população em situação de rua. Quando o entrevistado respondeu que costuma dormir na rua, calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, praia, barco ou em outro local que pudesse ser caracterizado como "rua" ou albergue, abrigo, casa de passagem, ou outra instituição que acolhe pessoas em situação de rua, a entrevista prosseguiu. Quando a pessoa abordada respondeu que estava circunstancialmente dormindo na rua (porque bebeu muito, brigou com o cônjuge ou com um familiar, perdeu o ônibus para retornar ao interior etc.) ou quando respondeu que estava apenas trabalhando ou passando naquele local e depois voltaria para sua residência, o questionário foi encerrado por não cumprir com os

[5] Para maiores detalhes sobre as definições destes espaços, cf. BRASIL, s/d.

[6] Tais programas consistem na concessão de benefícios financeiros exclusivamente destinados ao subsídio para pagamento de aluguel ou equivalente por períodos determinados para as pessoas em situação de rua com pouca adaptação aos serviços de moradia.

critérios definidos previamente para a conceituação da população em situação de rua.

Outro filtro utilizado foi a idade. Conforme expresso anteriormente, o foco da pesquisa era investigar a situação de adultos de rua, e não de crianças e adolescentes que estivessem nesta situação. Dessa maneira a entrevista somente prosseguiu quando a pessoa entrevistada declarou ter acima de dezoito anos de idade.

OPERACIONALIZAÇÃO PARTICIPATIVA DA PESQUISA

Para que a pesquisa ocorresse da melhor forma possível, o MDS representado pela SNAS e SAGI, buscou ao máximo a participação dos interessados (gestores, movimentos, organizações e associações) e a contribuição de especialistas que haviam realizado estudos similares. Assim sendo, os gestores municipais da Assistência Social foram informados sobre todo o processo, desde a contratação da empresa vencedora do processo licitatório até o momento das visitas da pesquisa de campo.

Foram realizadas três oficinas com os técnicos do Ministério envolvidos na elaboração das metodologias da pesquisa. Essas oficinas versaram sobre a realização de pesquisas similares, que ocorreram em São Paulo e Belo Horizonte. A primeira contou com a participação da pesquisadora Silvia Schor (FIPE/USP), a segunda com as pesquisadoras Regina Coeli e Maria Cristina Cesarino (PUC- MG) e, a terceira, com coordenadores de levantamentos municipais semelhantes (Belo Horizonte e Recife), representantes de entidades relacionadas ao tema, representantes de Secretarias Municipais de Assistência Social ou equivalentes (Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife), representantes do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social e do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais da Assistência Social, além de técnicos do MDS e do Instituto Meta.

Todas as secretarias municipais responsáveis pela gestão local da política de assistência social dos municípios visitados foram contatadas sobre a realização da pesquisa e foi solicitada a indicação de um técnico de referência, que ficou responsável por receber o coordenador municipal da pesquisa e fornecer as informações necessárias.

Após as discussões das oficinas, concluiu-se a formulação da primeira versão dos instrumentos de coleta de dados, que foram testados em uma amostra piloto formada por 60 entrevistas, realizadas em três capitais de regiões diferentes do país.

Outra oficina foi realizada no dia 23 de agosto de 2007, reunindo além dos técnicos do Instituto Meta e do MDS, representantes dos movimentos sociais e associações que atuam em defesa dos interesses da população em situação de rua (Movimento Nacional da População de Rua, Associação Rede Rua, Organização de Auxílio Fraterno, Pastoral do Povo da Rua e Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável). Nesta oficina foram apresentados o planejamento do trabalho de campo e os instrumentos elaborados, e foram debatidas as formas de participação dos movimentos sociais na pesquisa.


MULTI-650
LX 40
ON
TON
GUI
MIC
VOL





Após a análise dos resultados do pré-teste e com a versão final dos instrumentos, foi feito o treinamento dos profissionais selecionados para coordenar a pesquisa. Este treinamento dos coordenadores foi presencial, ministrado pela equipe de coordenação do trabalho de campo, formada por representantes da empresa, com a participação de representantes do MDS e dos movimentos sociais relacionados com a população em situação de rua. Além de aspectos gerais, foram discutidas questões específicas deste trabalho, como a definição do conceito de população em situação de rua, hábitos, linguagem, códigos de conduta e as peculiaridades das pessoas desta população, as formas de abordá-las e a segurança dos entrevistadores.





Neste momento de treinamento foi fundamental a participação de representantes dos movimentos sociais e organizações para transmitir aos coordenadores, supervisores e pesquisadores experiências sobre a situação de rua, características desta população e as formas mais adequadas de abordagem. Estes atores também auxiliaram a efetivação da pesquisa disponibilizando sua rede de contatos de pessoas em situação de rua e ex-moradores de rua para auxiliarem no trabalho de campo, ajudando desde o mapeamento dos pontos de pernoite até a localização efetiva das pessoas nos dias de realização da pesquisa.

O trabalho de campo teve atividades preparatórias de grande importância, que consistiram no mapeamento dos pontos de pernoite da população em situação de rua em cada cidade.

A fim de facilitar a coleta de dados, o coordenador de campo da pesquisa em cada cidade estabeleceu contato com as instituições que realizam algum tipo de trabalho com esta população, sejam elas as secretarias municipais de assistência social ou setores das prefeituras municipais responsáveis pelo atendimento aos moradores de rua, ONGs, associações e cooperativas de catadores de material reciclável, igrejas, pastorais, albergues e abrigos.

Os secretários de assistência social, ou os seus equivalentes, das cidades selecionadas receberam um ofício do MDS explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a sua colaboração. O Ministério também forneceu ao Instituto Meta um cadastro de entidades com atividades relacionadas às pessoas em situação de rua. Além das indicações feitas pelo MDS, o coordenador buscou outras fontes de informação em cada cidade, fazendo uma relação exaustiva de todos os albergues, abrigos, casas de passagem, clínicas, hospitais e outras instituições que pudessem ser visitadas na cidade em que estava responsável. Depois, estabeleceu contato com os representantes destas instituições para informar a realização da pesquisa e planejar o levantamento nestes locais.

Auxiliados por profissionais das entidades articuladas e por moradores e ex-moradores de rua, os coordenadores localizaram no mapa das cidades os pontos de pernoite da população em situação de rua. Nesta etapa do trabalho foram tomados certos cuidados metodológicos e procedimentais para a localização destas pessoas (em prédios abandonados, locais de difícil acesso, galerias subterrâneas, vãos existentes em viadutos e pontes, entre outros), que muitas vezes não são percebidas aos olhares dos transeuntes.

Os coordenadores percorreram as ruas da sua cidade durante a noite e madrugada e, com base nas informações levantadas e nos parâmetros da equipe central de coordenação do levantamento, foi feito o mapeamento dos pontos de pernoite. Uma vez concluído o trabalho de mapeamento, foi elaborado o roteiro do percurso das equipes de campo, indicando detalhadamente as ruas e os locais atribuídos a cada equipe.

O mapeamento incluiu o dimensionamento do tamanho desta população. Com base nas estimativas sobre o provável tamanho da população em situação de rua na cidade, além da quantidade dos pontos de pernoite, albergues, abrigos e outras instituições e na dispersão geográfica destes pontos, foi dimensionado o tamanho da equipe de pesquisadores e os subgrupos que realizariam os percursos de cada noite.

Após o período preparatório, foi iniciada a fase do trabalho de campo propriamente dito, que consistiu na aplicação dos questionários em todos os locais que haviam sido mapeados. O trabalho de campo foi conduzido entre os meses de outubro de 2007 e janeiro de 2008 e foi organizado com base em uma estrutura formada pela coordenação central da pesquisa, por coordenadores de campo para cada cidade ou grupos de cidades próximas, supervisores de campo, entrevistadores e pessoal de apoio.

Cabe ressaltar a participação de moradores e ex-moradores de rua, educadores sociais, agentes de ONGs, membros de pastorais entre outros profissionais que trabalham com a população em situação de rua também nesta etapa da pesquisa. Contatadas pela coordenação da pesquisa em cada cidade a partir da sugestão de entidades, pastorais, Movimento Nacional População de Rua, estas pessoas auxiliaram as equipes de pesquisa durante todo o levantamento realizado, mostrando-se centrais para facilitar o acesso e abordagem às pessoas entrevistadas.


Janelas
Ramos
3325
3339-3307
AAA 4648



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi apresentar algumas das especificidades e os principais desafios enfrentados para a construção de um Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, assim como as atividades desenvolvidas pela equipe do MDS para enfrentá-los e assim contornar dificuldades que pudessem comprometer o estudo que havia sido demandado pelos representantes desse segmento da população brasileira.

Dentre os pontos destacados anteriormente vale ressaltar três:

(1) O primeiro tem a ver com as dimensões éticas de abordar pessoas já expostas a inúmeras situações de fragilização e de estigmatização social, além da evidente violação de seus direitos. Os representantes da população em situação de rua no I Encontro Nacional e em outros fóruns expressaram muito claramente as razões que os levavam a demandar que o poder público fizesse o censo. Dentre elas, estava romper a "invisibilidade social", manifesta em primeiro lugar pela ausência de registros oficiais sistemáticos sobre suas condições de vida, perfis, necessidades e problemas. A segunda expressão da "invisibilidade social" é aquela que se expressa nas relações cotidianas nos centros urbanos entre este segmento e os outros agrupamentos que compartilham os espaços públicos – a rua sendo o principal deles. Portanto, foi fundamental construir uma convergência de olhares e percepções das equipes que desenharam e implementaram a estratégia de abordagem de campo e aqueles que iriam fornecer as informações sobre suas condições de vida. Daí a centralidade da participação dos representantes da população em situação de rua e da seriedade das equipes de pesquisa em identificar situações delicadas e muitas vezes conflitivas e antecipar procedimentos lastreados no respeito.

(2) O segundo ponto a ser enfatizado refere-se às condições em que ocorria a abordagem para a coleta de dados. Como decorrência da mobilidade das pessoas que vivem em situação de rua, a aplicação dos questionários foi realizada no período noturno e os entrevistadores muitas vezes acordaram as pessoas para responder perguntas. A taxa de recusa foi menor do que a esperada, como mostram os resultados da pesquisa. Para tal, algumas decisões importantes tiveram que ocorrer ainda na fase de planejamento. Dentre elas, a de uma extrema parcimônia sobre o que iria ser perguntado para evitar que os respondentes fossem perturbados por questionários longos e demorados.

(3) O terceiro está relacionado ao conteúdo das perguntas. Como foi mencionado anteriormente, o conhecimento sistematizado disponível sobre a diversidade do segmento da população em situação de rua era escasso. Os depoimentos dos seus representantes e a experiência dos especialistas que haviam realizado pesquisas em Belo Horizonte e Recife, principalmente, constituíram a base para orientar a seleção das dimensões analíticas que se traduziram nas perguntas sobre condições de vida. Além dessas, procurou-se ter um conjunto mínimo de indicadores socioeconômicos, similares aos utilizados nos censos domiciliares promovidos pelo IBGE para permitir as comparações com os demais segmentos da sociedade brasileira. Finalmente, foram incluídas perguntas de acesso a serviços básicos ou de atenção do poder público.

O empreendimento não foi tarefa fácil e, exatamente por isso, esteve sempre sujeito a debates e discordâncias. Mas a busca de consensos orientou a todos aqueles que se envolveram com o trabalho. Trata-se de uma experiência ímpar e pode-se dizer exitosa, especialmente pelos esforços efetuados em todo o processo de construção da pesquisa, no sentido de proporcionar o debate e a participação dos principais atores interessados e envolvidos com a temática da população em situação de rua, além da identificação de aspectos importantes tais como a heterogeneidade do segmento desta população, tempo de permanência nas ruas, situações de discriminação, saúde dentre outros, que são temas trabalhados nos demais artigos deste livro.





BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte**: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Texto Base para subsidiar acordos e convênios internacionais**. Departamento de Benefícios Assistenciais, do MDS: Brasília. s/d.

ENCONTRO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 1, 2005, Brasília, DF. **Relatório**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

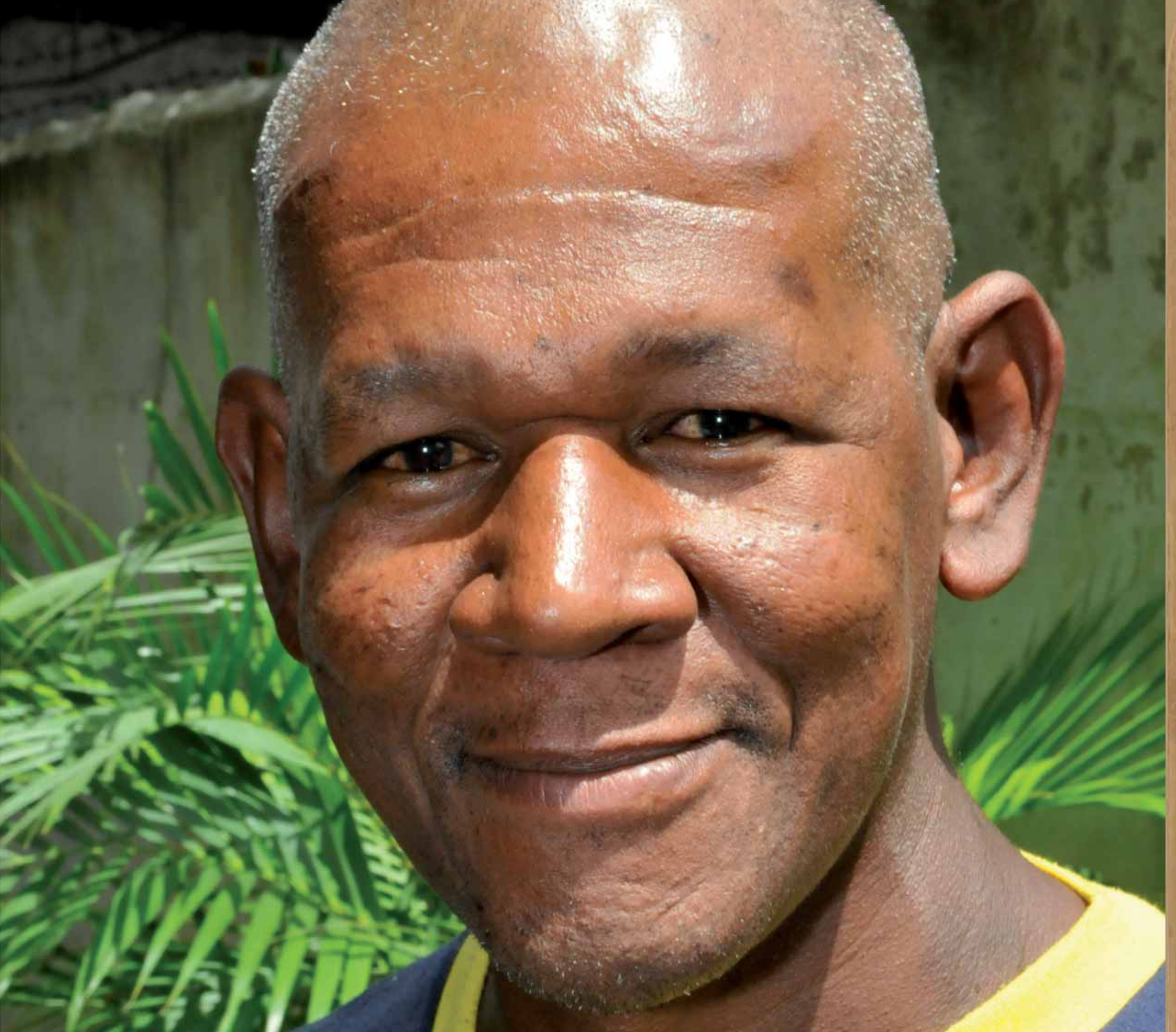
RECIFE (Cidade). Secretaria de Assistência Social. Instituto de Assistência Social e Cidadania. População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa. Recife: IASC, [200-]. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php. Acesso em: abr. 2008.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. São Paulo: FIPE, [200-].

SILVEIRA, Flavio. Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar. In BRASIL. Rua: aprendendo a contar. Brasília, MDS: 2009.


Santo Antônio
Pão dos Pobres





ENXERGANDO O INVISÍVEL: DESAFIOS METODOLÓGICOS DE UMA (RE) CONSTRUÇÃO DO OLHAR

Flavio Silveira | Diretor do Instituto Meta, Coordenador Geral da execução da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua


Adesivo para Carro
Foto Digital
Impressos em Geral
3242 1538
POPULAR
POPULAR

A realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua foi um grande desafio. Institutos de Pesquisa estão acostumados a realizar levantamentos de dados em domicílios previamente estabelecidos ou em pontos de fluxo, com a seleção de entrevistados, segundo características sociodemográficas de um universo conhecido. No caso desta pesquisa, o universo a ser investigado era totalmente desconhecido, além de apresentar características muito específicas: a população que vive nas ruas costuma se deslocar na cidade - torna-se socialmente "invisível"- e os espaços em que se encontra são também, muitas vezes, imperceptíveis ou de difícil acesso.

Para distinguir as pessoas em situação de rua e localizar os espaços em que elas se encontram e também para que fosse possível realizar um levantamento abrangente, foi preciso enfrentar problemas metodológicos, operacionais e logísticos, relativamente complexos.

CUIDADOS METODOLÓGICOS PARA A LOCALIZAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO NÃO DOMICILIADA

O primeiro problema metodológico relevante refere-se à ausência de residência fixa convencional e à elevada mobilidade desta população nos espaços urbanos. A unidade domiciliar constitui referência básica para a localização dos entrevistados em levantamentos censitários comuns. A ausência dessa referência exigiu o esforço de desenvolvimento e aplicação de outras estratégias e metodologias.

Baseado em experiências anteriores (SÃO PAULO, [200-]), pensou-se inicialmente em realizar um levantamento rápido ao estilo "varredura". Esta idéia implicava em dispor estrategicamente equipes volumosas de entrevistadores para percorrer as áreas em que dorme esta população no menor tempo possível. Estimava-se realizar o censo nas cidades menores em apenas um dia. Nas cidades mais populosas estavam previstos de dois a quatro dias, sendo observados, nesses casos, cuidados especiais de estabelecer para cada noite percursos relativamente distantes, situados em locais entre os quais se tornaria pouco provável o deslocamento dessas pessoas.

Esta estratégia é considerada apropriada para uma contagem de pessoas em situação de rua, já que é improvável que se consiga evitar as duplicações das enumerações quando os entrevistadores retornam aos mesmos locais já investigados. Os entrevistadores podem ter dificuldades para distinguir as pessoas já contadas das que ainda não o foram. Por isto, a opção seria de contar as pessoas em apenas uma noite ou, no caso da utilização de mais noites, escolher percursos distantes um do outro para cada noite.

Todavia, conforme relatado no artigo de Veiga et al (2009) deste livro, o I Censo e Pesquisa Nacional sobe a População em Situação de Rua foi feita por meio da aplicação de questionários a todos os recenseados (excetuando apenas os casos de recusa), diferentemente da metodologia adotada nas pesquisas feitas em São Paulo, por exemplo (SÃO PAULO, [200-]). A existência de questionários padronizados possibilita a utilização de mecanismos de verificação, utilizados em outras pesquisas populacionais, para identificar com grande margem de segurança, os questionários duplicados. Esta situação permitiu, por sua vez, realizar o retorno aos locais já pesquisados, tornando a cobertura mais abrangente, garantindo a contagem de pessoas que porventura não se encontravam em seu local de pernoite, quando da primeira visita. A utilização deste procedimento, adotado no decorrer do desenvolvimento do trabalho, teve por referência a estratégia utilizada no Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte (2006).

Além dos controles utilizados nos levantamentos de Belo Horizonte, o I Censo e Pesquisa Nacional acrescentou a análise de consistência dos dados dos questionários aplicados para verificar as possíveis duplicações, por meio do trabalho de crítica dos questionários, de um sistema de consistência e de avaliação qualitativa dos casos em que se suspeitou de duplicação.

Foram considerados duplicados os questionários de uma cidade ou de cidades vizinhas que apresentaram todas as observações 100% coincidentes, abrangendo o nome do entrevistado, a cidade e o conjunto de perguntas formuladas. Foram considerados suspeitos de duplicação os questionários de uma cidade ou de cidades vizinhas que apresentaram entre 95% e 85% das observações coincidentes: nomes completos coincidentes; primeiro nome coincidente, no caso de só ter sido indicado o primeiro nome, e mesmo município de origem. Todos os questionários considerados suspeitos de duplicação foram avaliados qualitativamente. Assim, foi possível identificar, com grande margem de segurança, os questionários duplicados. Foram identificados 187 questionários duplicados, os quais foram devidamente excluídos do banco de dados.



PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DE CAMPO

Para tornar eficiente a coleta de dados nas 71 cidades pesquisadas, em um curto espaço de tempo, foi feita cautelosa preparação anterior e montada estrutura compatível às necessidades do levantamento.

Esse processo abrangeu a estruturação das formas de colaboração e suporte dos órgãos municipais - gestores da assistência social, de um lado, e de uma rede de apoiadores dos movimentos sociais, de outro.

Os profissionais da gestão de assistência social designados para o acompanhamento do trabalho auxiliaram os coordenadores da pesquisa em cada município, fornecendo informações importantes sobre a relação de albergues, abrigos e outras instituições, e sobre a localização dos pontos de pernoite das pessoas em situação de rua.

Os participantes de movimentos sociais também contribuíram para a localização dos pontos de pernoite e forneceram a rede de contatos de pessoas que estavam em situação de rua no momento da pesquisa, ou que haviam estado anteriormente, para auxiliarem no trabalho de campo. Também colaboraram nos treinamentos, transmitindo aos coordenadores, supervisores e pesquisadores experiências sobre a situação de rua, características desta população e as formas mais adequadas de abordagem.

Para os pesquisadores profissionais, acostumados com pesquisas de mercado e de opinião convencionais, foi um grande desafio a preparação para abordagem diferenciada exigida por este trabalho.

Primeiramente foi necessário que se despissem dos, por vezes existentes, preconceitos sobre os sujeitos pesquisados. São preconceitos sociais que tendem a excluir dos esquemas perceptivos as pessoas que se encontram à margem da sociedade, em situação de extrema pobreza. Para pesquisar o tema foi necessário primeiramente reconstruir o olhar a respeito da população em situação de rua, enxergando-a como um grupo que existe e que é socialmente importante, como seres humanos, iguais ao entrevistador, mas que por sua trajetória de vida, se tornaram mais frágeis e vulneráveis, adotando a rua como local de moradia.

Para esta compreensão foi muito importante a colaboração ativa de pessoas que estavam ou já estiveram em situação de rua e que são participantes de movimentos sociais. Esses atores contribuíram nos treinamentos presenciais dados aos coordenadores do trabalho de campo, aos supervisores e aos pesquisadores, através de representações teatrais, relatos de histórias de vida e ensinamentos sobre a realidade das pessoas em situação de rua. Outro recurso importante utilizado no treinamento dos pesquisadores foi a exibição de uma versão sintética do documentário "À margem da imagem", que reúne depoimentos e imagens sobre a situação das pessoas em situação de rua.

Sensibilizados por estes relatos e histórias, informados sobre a situação das pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, os pesquisadores de mercado tornaram-se receptivos à adoção de formas de abordagem adequadas a este público. Os pesquisadores que já conheciam esta realidade, por trabalharem em igrejas, pastorais, ONGs familiarizadas com o assunto, ou por serem assistentes sociais, cumpriram um importante papel de mostrar aos demais as melhores formas de abordar os entrevistados.



Após os treinamentos, os coordenadores de campo auxiliados por trabalhadores da gestão da assistência social e de entidades articuladas com as pessoas em situação de rua, localizaram no mapa das cidades os pontos de pernoite da população em situação de rua. Nesta etapa do trabalho foram tomados certos cuidados metodológicos e procedimentais para a localização de pessoas em locais que em geral não são percebidos pelos transeuntes (prédios abandonados, locais de difícil acesso, galerias subterrâneas, vãos existentes em viadutos e pontes, entre outros).

Os coordenadores percorreram as ruas da sua cidade durante a noite e madrugada e verificaram a localização dos pontos de pernoite. Uma vez concluído o trabalho de localização destes pontos e das instituições que abrigam essa população, foi elaborado o roteiro do percurso das equipes de campo, indicando detalhadamente as ruas e os locais atribuídos a cada equipe.

Cada roteiro foi acompanhado de um mapa da região a ser pesquisada, tendo sido assinaladas as ruas que delimitavam as áreas da pesquisa. Após esse cuidadoso planejamento, foi iniciada a fase do trabalho de campo propriamente dito, que consistiu na aplicação dos questionários em locais de rua e em instituições (Veiga et al, 2009).







ESTRUTURA DO TRABALHO DE CAMPO

A estrutura do trabalho de campo foi formada pela coordenação central da pesquisa, por coordenadores de campo - por cidade, supervisores de campo, entrevistadores e pessoal de apoio.

A coordenação central da pesquisa (Instituto Meta) planejou e comandou o trabalho de campo, mantendo contato permanente com os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa e com os coordenadores de cada cidade para organizar o trabalho de localização dos pontos de pernoite e para acompanhar a execução do trabalho de campo em cada cidade.

Cada coordenador de campo foi o responsável pelo levantamento dos dados na cidade sob sua responsabilidade. Ademais, esse profissional realizou o conjunto de atividades pré-campo mencionadas e coordenou o trabalho de campo, distribuindo as equipes pelas áreas previamente estabelecidas, mantendo contato com os supervisores e entrevistadores, fazendo os ajustes necessários de redimensionamento das equipes e realocação de áreas para a coleta dos dados, mantendo sempre contato com a coordenação central da pesquisa.

Os supervisores conduziram as equipes de entrevistadores em campo, auxiliando os entrevistadores em suas dúvidas sobre perguntas relativas aos instrumentos, formas de abordagem e aplicação dos questionários, solicitando a participação do pessoal de apoio para a entrada em certas áreas ou o início das conversas com as pessoas em situação de rua, resolvendo problemas inesperados surgidos em campo, esclarecendo dúvidas sobre o percurso a ser realizado e as

delimitações da área estabelecida para a equipe por ele supervisionada e consultando, quando necessário, o coordenador da cidade.

Os entrevistadores aplicaram os questionários, preencheram a planilha de recusas, conforme as orientações oferecidas no treinamento e presentes no manual do entrevistador, observando o uso das formas de abordagem indicadas, os critérios de seleção dos entrevistados (perguntas-filtro) e o modo adequado de preenchimento dos questionários.

O pessoal de apoio contribuiu ao fazer a primeira abordagem dos entrevistados em certos lugares, ao conversar com lideranças locais para a liberação da entrada da equipe de pesquisa - em áreas de elevada periculosidade ou difícil acesso - e ao indicar pontos de pernoite localizados em espaços de difícil visualização.

O trabalho de campo em locais de rua foi conduzido por equipes formadas por 4 a 10 entrevistadores, distribuídos em duplas, e por uma pessoa da equipe de apoio, acompanhadas e orientadas por um supervisor. O grupo se manteve em área visualmente acessível. Quando ocorreram deslocamentos para outro local, o grupo se deslocou em conjunto.

Os pesquisadores percorreram, caminhando ou em veículos, as áreas determinadas. Nos casos de áreas com maior concentração de pessoas em situação de rua os pesquisadores realizaram o percurso a pé. Em áreas de maior dispersão, os percursos foram feitos de automóvel.

O trabalho de campo nos albergues, abrigos e outras instituições foi realizado por equipes de 2 a 27 pessoas, conforme a quantidade de abrigados na instituição, nos mesmos dias de aplicação dos questionários, ou em dias subseqüentes, conforme o caso.



O conjunto da equipe totalizou 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores, totalizando 1250 profissionais. Apoiaram o trabalho de campo 147 moradores ou ex-moradores de rua e 86 educadores ou profissionais que trabalham com população em situação de rua, totalizando 233 apoiadores. Ao total 1483 pessoas atuaram nas atividades de coleta de dados.

Cada coordenador orientou em média 4,89 supervisores; cada supervisor orientou em média 3,44 entrevistadores, e cada entrevistador aplicou em média 36,26 questionários, incluindo as anotações na folha de recusa.

PERFIL DAS EQUIPES DE PESQUISA E DE APOIO

As mulheres constituíram majoritariamente os grupos de coordenadores (70,9%), supervisores (56,9%) e de entrevistadores (59,3%). O predomínio feminino foi intencional, decorrente da experiência da coordenação do Censo 2005 de Belo Horizonte que considerou melhor a receptividade das pessoas em situação de rua às entrevistadoras mulheres.

A média etária das equipes foi superior a 30 anos de idade, sendo relativamente mais elevada na equipe de coordenadores (37,74 anos) e de supervisores (35,95 anos) e um pouco menor na equipe de entrevistadores (31,68 anos).

As informações sobre a atividade profissional das equipes indicam a existência de três grupos principais: pesquisadores profissionais, assistentes sociais e profissionais que trabalham com população em situação de rua. A presença dos pesquisadores profissionais foi relativamente maior na equipe de coordenadores (57,8%), uma vez que estes profissionais foram selecionados entre os que costumam realizar trabalhos de pesquisa para o Instituto Meta. Mas mesmo na equipe de coordenação houve uma participação importante de profissionais da área de assistência social (7,8%), e de profissionais com algum conhecimento sobre o tema ou mesmo relacionamento com população em situação de rua, especialmente professores (6,2%) e pedagogos (3,1%).

Na equipe de supervisores, grupo relativamente maior também foi composto por pesquisadores profissionais (45,1%). A presença dos assistentes sociais nesta equipe também foi considerável (6,7%). A participação de profissionais diretamente relacionados com a população de rua foi relativamente grande na equipe de supervisores: educadores sociais e agentes de ONGs corresponderam a 8,5%. Outros profissionais com perfis agregadores para a pesquisa também devem ser mencionados, como professores (5,3%), psicólogos (4,9%) e pedagogos (3,1%), entre outros.

Na equipe de entrevistadores o grupo de pesquisadores profissionais igualmente se destacou como o maior (39,4%), sendo também relevantes as participações dos assistentes sociais (6,2%) e dos educadores sociais e agentes de ONGs (8,2%). Outro grupo em relevo nesta equipe foram os estudantes (15,7%), especialmente das áreas de serviço social, pedagogia, psicologia, história, ciências sociais e áreas afins.





ABORDAGEM DOS ENTREVISTADOS

A forma de abordar os entrevistados foi essencial para o êxito do levantamento. Considerando as particularidades do segmento investigado, foram estabelecidas estratégias amplamente debatidas nos treinamentos de equipes, a fim de garantir a adequação da abordagem realizada.

Os entrevistadores abordaram as pessoas em situação de rua de modo informal, porém respeitoso, procurando deixar o entrevistado à vontade, facilitando a receptividade à entrevista.

Embora seja entendido apenas como espaço "público", por muitos dos que passam nas ruas, o espaço em que se encontra a pessoa em situação de rua é percebido por ela como um espaço privado, seu ou de seu grupo, "a sua casa". Assim, a entrada nesse espaço foi feita de maneira cautelosa, pedindo autorização. No caso de pessoas em situação de rua que estavam dormindo, o entrevistador buscou não provocar sustos e desconfortos.

Os entrevistadores se mantiveram vigilantes para evitar constrangimentos, deixando as pessoas se expressarem na sua própria linguagem e procuraram não inibir o entrevistado, tratando todas as histórias relatadas com seriedade e naturalidade, abstendo-se de fazer comentários quanto às respostas dadas.

Em caso de qualquer constrangimento por parte do entrevistado durante a realização da entrevista, o pesquisador garantiu que as informações obtidas através do questionário eram confidenciais, que não seriam analisadas individualmente e que não seriam transmitidas para quaisquer outros órgãos (prefeitura, polícia etc.). Esse procedimento facilitou para que os entrevistados se sentissem livres para responder às perguntas com sinceridade.

Considera-se que as estratégias de abordagem utilizadas possibilitaram a obtenção de uma taxa de recusa muito reduzida. Apenas 13,4% das pessoas em situação de rua abordadas se recusaram a responder à entrevista[1]. Este resultado é muito positivo, sobretudo considerando-se as especificidades descritas.

[1]No censo 2005 de Belo Horizonte, que também foi muito cuidadoso com as formas de abordagem dos entrevistados, a taxa de recusa foi de 20,4%.





DESAFIOS ENFRENTADOS NO TRABALHO DE CAMPO

Além dos aspectos já mencionados, foram enfrentados problemas práticos no desenvolvimento do trabalho campo.

Foi necessário grande esforço e dedicação para localizar os numerosos locais em que se encontra essa população, abrangendo além das calçadas, margens das rodovias, rodoviárias, praças e parques, pontos comerciais, áreas próximas às feiras, pontes, becos, postos de gasolina, estradas de ferro desativadas, estações de trem, portos e embarcações, galerias subterrâneas mocós ou esconderijos, espaços internos de túneis, prédios abandonados, as cercanias de lixões, ferro velhos e locais de reciclagem. Nas cidades litorâneas, as entrevistas foram realizadas também na orla marítima, nas praias e em locais abrigados do entorno.

Em cinco das 71 cidades em que foi realizada a pesquisa, não foram identificadas instituições voltadas ao atendimento de pessoas em situação de rua. Nas demais cidades houve realização de entrevistas em instituições e, nesses casos, o principal problema foi a grande circulação de pessoas, fato que demandou o retorno aos locais. As entrevistas foram realizadas em 384 instituições. A maior parte delas foram albergues e abrigos (237). Também foram encontradas pessoas em situação de rua em hospitais e clínicas (83), igrejas (23), centros de convivência (22) e casas de passagem e de apoio (19).

Houve dificuldade em relação às pessoas em situação de rua internadas em clínicas psiquiátricas, que não responderam a entrevista por não apresentar condições de saúde mental. Fortes chuvas ocorridas no período de realização da pesquisa geraram transtornos na condução do trabalho. Além disso, entre as principais dificuldades encontradas, inclui-se, ainda, a prática, recorrente em algumas cidades e que não cessou durante a realização da pesquisa, de retirada, por parte de órgãos públicos, especialmente prefeituras e polícias militares, de pessoas em situação de rua dos seus locais de pernoite, com o deslocamento das mesmas para espaços distantes, margens de estradas, terrenos desocupados, bairros da periferia, cidades vizinhas, entre outros.

Nos casos de retirada de pessoas em situação de rua dos seus locais de pernoite, o campo foi suspenso e transferido para período posterior. No caso da ocorrência de chuvas nos horários de realização do campo em locais de rua, a suspensão foi restrita à noite chuvosa, sendo continuado o trabalho nos dias subseqüentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das estratégias mencionadas, foi muito importante para o êxito do levantamento a participação ativa dos técnicos do MDS, desde a concepção do projeto até o acompanhamento direto das atividades de campo. A interação entre os técnicos do Ministério e Instituto Meta possibilitou a solução rápida e eficiente dos problemas surgidos no campo. Cabe também destacar a dedicação das equipes de entrevistadores, supervisores, coordenadores e pessoal de apoio, que assumiram suas funções de forma responsável e não se intimidaram frente às dificuldades de realizar um trabalho no período da noite e da madrugada nas ruas das cidades em locais de acesso nem sempre fácil.

A colaboração das pessoas em situação de rua foi outro aspecto positivo. Houve poucos casos de reações conflitivas e nenhum tipo de agressão física nas 31.922 abordagens, realizadas no conjunto de 71 cidades. A maior parte dos entrevistados se sentiu muito valorizada por estar sendo ouvida, se dispondo a responder ao questionário em situações que poderiam ser consideradas desagradáveis, como após uma pessoa ter sido acordada na madrugada. A atitude cooperativa das pessoas em situação de rua foi decisiva para o sucesso do censo.


SÓ
Temos Lanches
PIZZA
SALGADO
PASTEL
BOLO
SUCOS
REFRIGER
SOPA
Temos
CIGARROS
PACOTE
PERBY
GOOL
SCHIN
CARLTON
FREE
777
CARTÃO TELEFÔNICO
PAIVA RIBEIRO
FERRAGENS

BIBLIOGRAFIA

À MARGEM da imagem. Direção: Evaldo Mocarzel. Produção: Ugo Giorgetti. Brasil, 2003. Curta-metragem (35 mm).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte**: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003**. São Paulo: FIPE, [200-].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte**: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

VEIGA, Laura. et al. Trajetória de Construção do I Censo Nacional e Pesquisa amostral sobre a população em situação de rua. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar**. Brasília, MDS: 2009.







O OLHAR DO RESPEITO E DA ATENÇÃO NA PRODUÇÃO DE UM ENSAIO FOTOGRÁFICO

Alderon Pereira da Costa

Consultor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela organização do Banco de Imagens.
Fotógrafo, jornalista, editor do jornal O Trecheiro.



É sempre um grande desafio deixar a máquina fotográfica e dirigir-se ao computador para escrever sobre o processo de trabalho de um ensaio fotográfico referente à população em situação de rua. Este implica na abordagem de múltiplos aspectos, entre os quais, o que significa registrar imagens de uma realidade complexa e desafiadora.

A fotografia necessita de um complemento, de outro tipo de texto que a contextualize historicamente na sociedade e traga à tona a história e a vida das pessoas fotografadas. "É no cotidiano que se tece a vida, e a fotografia documental é um instrumento poderoso de tradução da realidade" (SAMPAIO, 2000, p. 117).

Espera-se que o ensaio fotográfico aqui apresentado seja esse complemento ao que já foi dito nesta publicação, pelos resultados apresentados e analisados, e que enriqueça ainda mais a compreensão do universo das ruas - ao apontar diversidades de um fenômeno equivocadamente considerado homogêneo. Ao contrário, essa realidade é multifacetada e heterogênea e, apesar de tudo, há possibilidades de saídas dessa situação se for levado em conta o protagonismo dos atores envolvidos.

Este ensaio fotográfico – um outro tipo de conhecimento e de aproximação com a realidade das pessoas em situação de rua – pretende oferecer elementos que possam, consequentemente, operar mudanças na percepção do contexto onde vivem essas pessoas e estimular reflexões sobre possíveis preconceitos existentes. Este é o objetivo do Banco de Imagens produzido: ampliar o repertório dos gestores sociais e da sociedade em geral sobre quem são e como vivem as pessoas em situação de rua.

E como não podia deixar de ser, é uma tentativa de captar os instantes importantes dessa realidade. Segundo Cartier-Bresson: "Não há nada neste mundo que não tenha um instante decisivo" (ASSOULINE, 2008, p. 210). O importante é a sensibilidade do fotógrafo em perceber esse momento.

A realização do trabalho teve todo apoio da Unesco e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação(SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

PLANEJAMENTO DO TRABALHO

No início dos trabalhos, eram muitos os questionamentos. O que, por que e onde fotografar? Quais os objetivos e demandas do trabalho? O que o fotógrafo pode oferecer? Quais os elementos importantes a serem fotografados? O que já se conhece do tema? Como se aproximar das pessoas? O que apreender além das fotografias? Aos poucos estas questões foram sendo elucidadas em equipe e tomando forma. Devido ao caráter nacional da pesquisa e à necessidade do registro de especificidades locais e diferenças regionais, optou-se pela realização de registros fotográficos em cinco municípios, de quatro estados brasileiros, escolhidos entre as 71 cidades onde a pesquisa foi realizada. Dentre os fatores relevantes para essa seleção, destacam-se as especificidades e diferenças regionais; a facilidade de contato e o número de pessoas em situação de rua nas cidades, a existência de serviços públicos na área da Assistência Social e de organizações sociais que trabalham com a população em situação de rua.

Destaca-se que antes das viagens, foi realizada uma reunião de preparação com a equipe da SAGI/MDS para refletir sobre a linha editorial do ensaio, fornecer material informativo sobre as cidades e listar os apoios com os quais se contaria em cada cidade selecionada.

APROXIMAÇÃO: CIDADES, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E INSTITUIÇÕES

Uma das primeiras preocupações dessa preparação foi com a questão ética, uma constante no processo de produção deste trabalho. De inicio, a equipe tinha clareza que apenas se fotografaria com prévia concordância das pessoas, respeitando-as como sujeitos de direitos e tendo em vista a possível publicação das imagens. Mais ainda, as pessoas assinariam um documento que explicasse os objetivos deste trabalho, cujas fotos seriam utilizadas sem contrapartida financeira de qualquer espécie e desobrigação de direitos autorais. Para aqueles sem documentos ou que não sabiam assinar, foram preparados formulários específicos de autorização.

Outro ponto destacado foi que as imagens deveriam mostrar pessoas e não somente situações. A equipe da SAGI chamou a atenção à inevitabilidade de mostrar situações degradantes, mas na perspectiva de que as pessoas em situação de rua são cidadãos e que, mesmo na situação em que se encontram, merecem respeito. Em síntese, fotografar de forma a mostrar a realidade em que esses indivíduos vivem, dentro de parâmetros éticos de dignidade.

De posse de todos os questionamentos e informações, partiu-se a campo tendo em mente a tarefa primordial de enriquecer os resultados e retratar o modo de vida dos indivíduos em situação de rua, reconhecendo-os fundamentalmente como sujeitos de direitos.

CIDADES

Apesar de conhecer a realidade das pessoas que vivem em situação de rua e ter dados sobre as cidades pesquisadas no I Censo e Pesquisa Nacional, essas informações deveriam ser complementadas com a observação e o contato direto. O aprofundamento do conhecimento sobre a realidade local e a aproximação com os atores principais – as pessoas em situação de rua, as instituições e serviços de atendimento e seus responsáveis – permitiu o conhecimento de diferenças regionais e o registro fotográfico específico de cada localidade.

As informações da Pesquisa Nacional e a listagem dos contatos foram imprescindíveis nessa aproximação. Em todas as cidades foi possível encontrar pessoas que, em diferentes graus, foram fundamentais porque conheciam a realidade das ruas, como: amigos, gestores públicos, participantes da pesquisa e indivíduos que já viveram em situação de rua. Esses contatos possibilitaram uma rápida aproximação, segurança e o resultado do trabalho foi muito mais enriquecedor.



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Além de contar sempre com os apoios em cada cidade, foi importante desenvolver um caminho de aproximação com as pessoas que têm a rua como modo de vida. "Morar na rua implica ter aí o seu habitat, o que promove uma reutilização dos espaços públicos, conferindo-lhes novos significados. Passa a se realizar no domínio da rua, o que habitualmente faz parte do domínio da casa. Isto pode explicar a natureza repressiva da intervenção que o Estado historicamente tem realizado junto à população de rua" (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 131).

Diferentemente de como são geralmente tratadas nas ruas, as aproximações realizadas foram muito cuidadosas, sempre com educação, gentileza e respeito, por meio de um diálogo que resultasse não somente positivamente em aceitação do registro fotográfico, mas também que expressasse o olhar humano de quem reconhece a precariedade da situação de vida do outro que se apresenta ao mundo de forma tão despojada. Havia o pedido de licença para a conversa porque mesmo sendo um espaço público, aquele era o "seu canto". Em seguida à apresentação pessoal e às explicações dos objetivos do trabalho, indagava-se o nome e empreendia-se o diálogo sobre aquela situação. Com essa forma de abordagem, houve bons resultados nas relações, confiança e obtenção de todas as formalidades da autorização, exigência institucional e ética.

É importante salientar que essa forma de aproximação cuidadosa perde em cenas mais espontâneas, mas ganha na questão ética. Na maioria das vezes solicitei a autorização antes de iniciar o trabalho, exceções dessa prática foram raras e adotadas apenas para fotografar pessoas de costas e os planos gerais.

Não faz parte dos objetivos deste ensaio relatar as inúmeras histórias de vida com trajetórias familiares e de trabalho num cotidiano muitas vezes sem perspectivas, mas destaco uma situação em que foi preciso usar a criatividade:

-Ao lado de um viaduto, protegido por sua beirada, havia um jovem adulto, com seus 28 anos, magro, com aparência de estar há muito tempo na rua. Após seguir o ritual de aproximação, a concordância foi para uma foto. Assim, impôs-se o desafio de pensar bem, para cumprir o compromisso de tirar apenas uma. Após alguns minutos, uma interrogação pintada no viaduto e lá estava o homem cabisbaixo, magro, agora com um olhar para o horizonte, numa pose de artista. Não tive dúvida que aquela era uma boa foto: composição, luz, ângulo, relações dos elementos da foto e um bom enquadramento.

Nessas aproximações foi constante a solicitação de uma contribuição em dinheiro para comida ou até uma "barrigudinha", nome de um vasilhame de cachaça. É muito comum escutar uma história sofrida que sensibilize a pessoa que ouve. Por uma questão pessoal, ética e de transparência, não houve nenhuma troca, contraparte material ou "compra de imagens". O fato é que pedir dinheiro, para alguns que estão em situação de rua, já é rotina. É uma forma de sobrevivência.

Por outro lado, as imagens não têm preço, pois no limite, são a denúncia da hipocrisia de nossa sociedade que trata essas pessoas com desprezo e preconceito. Na realidade, para grande parte da sociedade, elas não são consideradas como seres humanos.



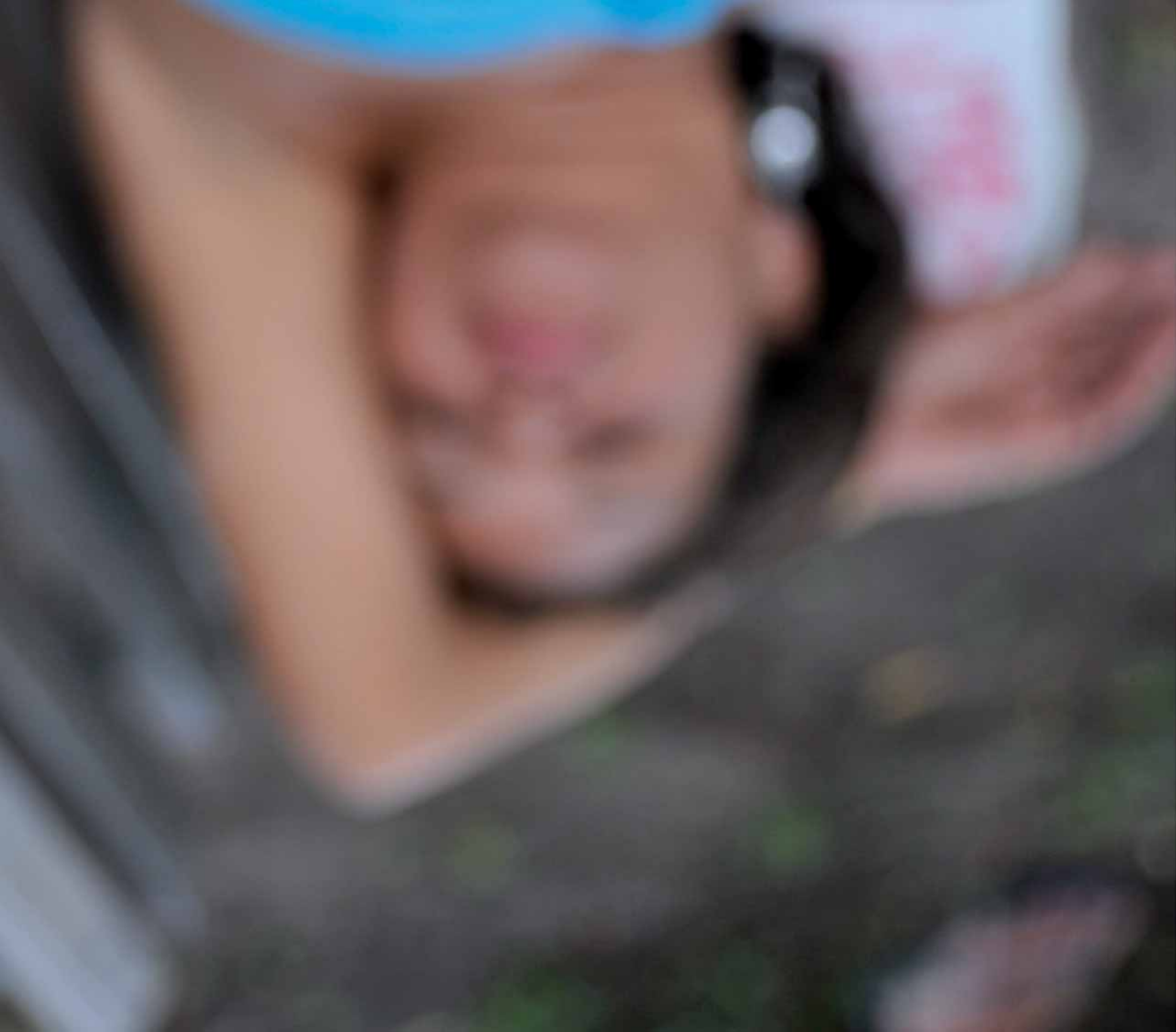
INSTITUIÇÕES

Se as relações estabelecidas com as pessoas em situação de rua foram bastante positivas em todas as cidades visitadas e o trabalho fluiu sem dificuldades maiores nas relações, não é possível dizer o mesmo sobre a aproximação com as organizações sociais e instituições públicas. Estas são permeadas de regras e procedimentos internos que, de alguma forma, representam elementos não facilitadores do trabalho e mesmo impeditivos à entrada de pessoas "estranhas" nos serviços. Assim, o conjunto das fotos que compõem o Banco de Imagens retratam muito mais a vida nas ruas.

Como já é do conhecimento dos gestores públicos, há uma grande recusa dos moradores de rua de irem para os abrigos e albergues. Os motivos mais comuns são a alegação da violência, roubo, sujeira e a rigidez das normas. De fato, as regras existentes nos serviços quase sempre disciplinadoras, de obediência e restritiva aos dependentes químicos são elementos que afastam as pessoas.

"Essas normas e práticas impedem a emergência de conflitos internos à instituição, uma vez que reforçam o poder de seus agentes quanto à funcionalidade da instituição. As poucas manifestações de resistência como o desagrado diante da não admissão de pessoas alcoolizadas, ou a não aceitação da norma que prevê que os objetos pessoais devam ser deixados na portaria, são encarados como transtornos. Seria ingênuo supor o funcionamento sem regras básicas. A questão se agrava, no entanto, quando se observa a existência de um pacto implícito que consiste em vincular bom comportamento a tempo de permanência. Bom comportamento é entendido como obediência às regras de forma resignada e conformista, ou seja, aceitar desprover-se de seus objetos pessoais". (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 137). Esta realidade permeia as instituições prestadoras de serviços que atribuem essas dificuldades e problemas muito mais às pessoas do que aos dispositivos e procedimentos internos das organizações e serviços.







A RUA PODE SER UMA SAÍDA E TER SAÍDAS

Na construção deste Banco de Imagens, foi possível reconhecer duas realidades aparentemente antagônicas: uma considerada o "fim da linha" e outra em que se apresentam possibilidades de saídas das ruas. Conheci em todas as cidades, algumas pessoas que já não conseguem mais sair da rua e que têm a rua como modo de vida, isto é, única alternativa de vida, seja por ineficiência das políticas públicas, ou pela própria situação de rua. "De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo o uso constante do álcool" (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 137). Conforme aumenta o tempo em situação de rua, mais difícil fica a sua saída.

Aqueles que estão nesta situação nas ruas são conhecidos dos educadores sociais que integram as equipes de abordagem de rua e continuam nesta situação, porque não aceitam ir para as instituições. Segundo os educadores, há algumas pessoas que já pertencem à cidade e não aceitam nenhuma proposta de saída da rua. Normalmente, já são conhecidos e mais que isto, são aceitos pelas comunidades locais que os ajudam e os mantêm nesta situação.

As imagens desses personagens nos questionam sobre os valores humanos e até onde o sofrimento pode ir, bem como a falta de atendimento principalmente por políticas de habitação, trabalho e saúde. Até que ponto pode a cumplicidade da sociedade suportar situações que negam a humanidade dessas pessoas?

Nesse sentido, percebe-se que as cidades não estão preparadas para acolher os que moram nas ruas, ao contrário, tentam expulsá-los desses espaços, ou ofertar quase sempre o conhecido albergue, como única forma de atendimento.

Para o que tem a rua como modo de vida, há poucas possibilidades. Há pessoas que já não conseguem mais se inserir na sociedade produtiva. Alguns vão viver dos direitos sociais conquistados ou vão depender da rede de Assistência Social do Estado.

No entanto, o universo das ruas abarca uma heterogeneidade de perfis e, por consequência, diversas saídas devem ser implementadas e desenvolvidas para aqueles que ainda querem e podem se qualificar no mundo do trabalho.

Foi possível fotografar projetos que possibilitam esperança de saídas para algumas pessoas que querem, podem e encontram a oportunidade de sair das ruas. Visitei, por exemplo, projetos de "Inclusão Produtiva" financiados pelo MDS e desenvolvidos por organizações sociais que representam oportunidades de trabalho e renda. A esse respeito, os principais problemas identificados referiram-se à questão da comercialização e ao controle de qualidade dos produtos.




DIXIE TOGA S.A.
DIVISÃO FÍGIDOS
VP0649
RONI O
ROTE É SEU

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com ou sem saída a rua vai continuar sendo um grande desafio para aqueles que querem transformá-la. Com este ensaio, penso que vai ser reforçada a idéia de que quem está em situação de rua são pessoas que, com suas identidades - mesmo que destruídas - têm nomes, possuem história e imagens. Textos e imagens vão se completar em uma verdadeira reciprocidade, mesmo que às vezes na contradição, no questionamento dessa dura realidade.

Da relação com as pessoas fotografadas ficou a impressão que ser retratado é bom, seja pela forma de abordagem, pela possibilidade de sair num livro ou pela sensação de estar sendo eternizado. A reação da maioria foi de aprovação. Um ou outro também se mostrava um pouco desconfiado. No mais, tive muita liberdade e confiança das pessoas. De cada um ou uma que foram fotografados ficou a comprovação que é possível olhar para elas com respeito e atenção, com um outro olhar.

Recordo-me de um senhor com seus sete cachorros e de tantos outros que dividiam comida, dormida, água, carinho, enfim suas vidas com estes animais. Um cuida do outro, essa é a regra. Sua criatividade para sobreviver, seja no aproveitamento dos vazios da cidade, na utilização das sobras, no reaproveitamento daquilo que já não serviu.

Fotografei um rapaz que fez um caixote no meio de uma via e um casal que aproveitou uma carroceria de carro para fazer seu cantinho. Outro que usa seu próprio carrinho para dormir. A sobrevivência faz a vida ter sentido, mesmo que aos olhos dos outros não pareça. Aos olhos da sociedade, sete cachorros é muito para quem não tem nada para si. Como disse um senhor que mal conseguia andar: "Onde vive um, vivem dez!". Sem contar que, com apenas um cachorro ele não vai ser visto, como ele o é com os sete. Nesse sentido, há uma recíproca. O homem ajuda os cachorros e os cachorros devolvem em carinho – o único vínculo afetivo, que lhe dá sentido à vida.

Mesmo que sejam apenas alguns enquadramentos da dura realidade das pessoas em situação de rua, espera-se um conhecimento maior deste contexto. As imagens, mais do que contemplação, são reveladoras de uma sociedade injusta e denunciam a desigualdade social. Além disso, mostram como as pessoas se fazem presentes na construção de um mundo paralelo, talvez mais justo, alternativo e solidário.

BIBLIOGRAFIA

ASSOULINE, Pierre. **Cartier-Bresson**: O olhar do século. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

SAMPAIO, Paula. **Entrevista In** Persichetti, Simonetta (Org.). **Imagens da Fotografia Brasileira** 2. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Senac, 2000. 113 a 118 p.

VIEIRA, Maria Antonieta da Cosa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo, Editora Hucitec, 1992.









I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - SÍNTESE DOS RESULTADOS

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome



Realizado entre agosto de 2007 e março de 2008[1], o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua responde às demandas levantadas pelos movimentos sociais, associações, ONGs e órgãos governamentais, que atuam com essa população, apontadas especialmente durante o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em setembro de 2005. Ao mesmo tempo, a pesquisa alia-se ao interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em discutir estratégias, levantar desafios e recomendações, objetivando a formulação de políticas públicas dirigidas especificamente para esse segmento populacional.

O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes[2] e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes[3].

Foram identificadas 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua nas cidades pesquisadas, vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferros-velhos ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Esse contingente equivale a 0,061% da população dessas cidades (tomando como base os dados da Contagem da População 2007), índice semelhante aos encontrados em outros levantamentos realizados sobre esta população.

Tabela 1 - Percentuais de População de rua em relação à população de algumas capitais brasileiras. 2003/2005

Cidade	Ano	%
São Paulo	2003	0,086
Belo Horizonte	2005	0,049
Recife	2005	0,059

Fonte: PMSP, 2003; Brasil, 2006 e Recife, [200-]

Do total de entrevistas, 27,5% foram realizadas em instituições e as demais ocorreram em locais caracterizados como rua (calçadas, praças, parques, viadutos, entre outros). A taxa de recusa dos entrevistados em responder o questionário foi de 13,4% (4275 pessoas), índice baixo, se consideradas as características específicas desta população e mesmo se comparado ao padrão de pesquisas de base domiciliar. Os resultados revelam características sociodemográficas e econômicas da população em situação de rua, que permitem que se conheça

[1] Dados coletados entre outubro de 2007 e janeiro de 2008.

[2] Estimativa populacional para 2004, com a projeção dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

[3] Estas pesquisas foram realizadas nos anos de 2003 em São Paulo, 2005 em Recife e Belo Horizonte e 2007 em Porto Alegre.

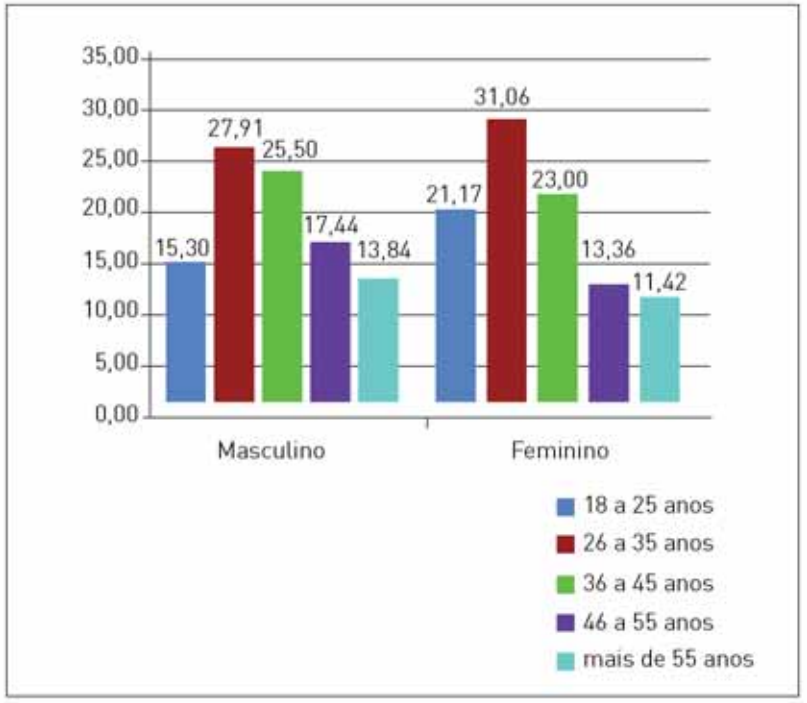
um pouco mais sua realidade. Foram levantadas informações a respeito das principais razões da ida à rua ou ao albergue, da mobilidade desta população, do tempo de permanência na rua e/ou em albergue, dos vínculos familiares, da relação com o mundo do trabalho, das formas de obtenção de renda, do acesso aos programas governamentais, da posse de documentação, além de informações sobre as maneiras de obtenção de alimentos, os níveis educacionais, as condições de saúde, os recursos utilizados para a higiene, as discriminações sofridas e a participação destas pessoas em movimentos sociais.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

A pesquisa aponta resultados que, em certa medida, reproduzem os dados encontrados em pesquisas semelhantes, feitas em municípios brasileiros, especialmente no que diz respeito às características sociodemográficas desta população. Inicialmente, cabe destacar que é notável a predominância de homens (82%) em relação às mulheres entre a população em situação de rua. Em artigo deste livro, Quiroga e Novo (2009) discutem as principais razões e conseqüências da predominância de homens na população em situação de rua e das implicações de gênero relacionadas à "vida na rua".

A população identificada é, em geral, jovem, havendo maior concentração de pessoas em idade economicamente ativa, e com leve prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos, conforme se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de mulheres e homens por grupos etários



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

No que tange à distribuição por raça/cor, destaca-se que de todos os entrevistados, 39,1% se declararam pardos, uma proporção semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%[4]). O contraste com a população brasileira, em geral, é maior para aqueles que se declararam brancos, 29,5% (53,7% na população em geral) ou pretos, 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral). Desta forma,

[4]Salvo indicação contrária no corpo do texto, todos os contrastes dos resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com a população brasileira tem o Censo Demográfico 2000 como referência.

tem-se que, entre as pessoas em situação de rua entrevistadas, a proporção de negros (pardos somados a pretos, conforme classificação proposta pelo IBGE) é substancialmente maior (67%), comparado aos níveis encontrados na população em geral (44,6%).

No que diz respeito à formação escolar, a maior parte (63,5%) não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Conforme se nota na Tabela 2, esta é uma população com pouco acesso ao sistema escolar formal, existindo, todavia, pessoas com nível superior que estão atualmente em situação de rua.

Tabela 2 - Distribuição da população em situação de rua por escolaridade

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
Total	**27.647**	**100,0**

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

TRAJETÓRIA NA RUA

Os dados referentes às razões da ida para as ruas e dos deslocamentos desta população também foram reveladores e indicam as diversas vulnerabilidades a que esta população está exposta. Os principais motivos por eles apontados se referem a problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, muitas vezes de forma correlacionada, ou indicando uma relação causal entre eles.

Considerando-se as razões apontadas, há uma que não aparece expressivamente nos relatos, mas que merece ser destacada: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida em que, mesmo quando as razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou as ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões da permanência na rua. Após vivenciar a situação de "liberdade" que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor.

A questão do tempo de permanência na rua também merece destaque, já que parece ser uma situação que facilmente se torna "crônica". Quase metade da população em situação de rua (48,4%) está

há mais de 2 anos dormindo na rua ou em albergue e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos. Este último grupo, se forem considerados aqueles que estão dormindo na rua desde que nasceram – os filhos de famílias há muito tempo em situação de rua (1,3%) – alcançamos um total de 30,9% de pessoas que estão na rua há mais de 5 anos (Tab. 3).

Tabela 3 - População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não Respondeu	292	1,1
Total	**27.647**	**100,0**

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Sabe-se que a situação migratória especialmente do campo para a cidade foi um fenômeno que marcou o processo de desenvolvimento urbano brasileiro, especialmente na primeira metade do século XX (Bursztyn, 2003). Todavia, ao contrário do que comumente se imagina, esse fenômeno aparentemente não se reflete no panorama atual das ruas: parte considerável dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente e outra parte importante (30,3%) deslocou-se de um município dentro do mesmo estado. Assim, 76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado, refutando uma idéia difundida de que as pessoas em situação de rua são migrantes, ou seja, oriundas de outros municípios e estados. Além disso, os dados coletados mostram que das pessoas que vieram de outros municípios, 71,9% são originárias de áreas urbanas. Pode-se afirmar, portanto, que parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não tendo se deslocado de outras cidades ou migrado do campo para a cidade.

Apesar de os dados mostrarem um elevado grau de permanência desta população, a pesquisa também conseguiu captar a presença dos "trecheiros", indivíduos que se deslocam de cidade em cidade, muitas vezes, permanecendo um período variável e não muito largo de tempo em cada uma delas, percorrendo uma quantidade grande de localidades de vários estados. Sua presença não é desprezível, chegando a 11,9% aqueles que já viveram em 6 ou mais cidades.



REFEITO

SEMPRE MAIS
FONTER

As principais razões apontadas para a mudança de cidade são a procura por oportunidades de trabalho (apontado por 45,3% dos entrevistados que mudaram de cidade) ou o conflito intrafamiliar (razão apontada por 18,4% deles).

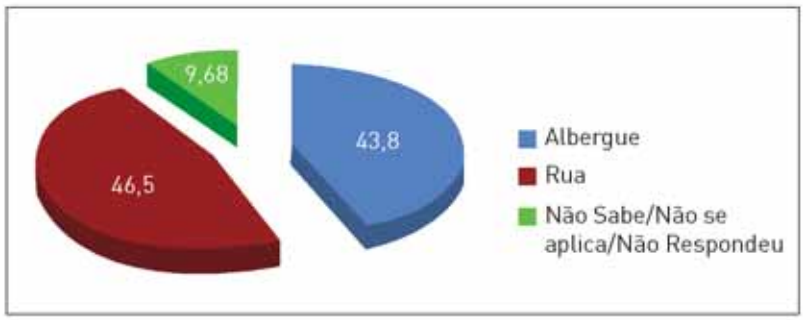
Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Isto indica a associação entre o deslocamento efetuado e a situação de rua. Essa parcela considerável dispunha de algum tipo de moradia convencional em seu município de origem. Ao se deslocar, pelos mais diversos motivos, não conseguiu no novo município uma inserção profissional, ou somente conseguiu uma inserção precária e passou a dormir nas ruas.

O conjunto de dados, associado à baixa mobilidade espacial desses indivíduos entre municípios e estados, remetem à busca de relações entre os contextos locais e o aumento da quantidade e do tempo de permanência destas pessoas na rua. A situação do grupo com mais de cinco anos na rua ou em instituições pode indicar uma acentuada cristalização da situação de rua como modo de vida, o que é mais evidente no caso daqueles que se encontram na rua desde que nasceram.

PERNOITE

Uma questão que surgiu nas entrevistas e que chama atenção é a preferência pela permanência na rua em detrimento dos albergues.

Gráfico 2 - População em situação de rua por local de preferência para o pernoite



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Como se nota, preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. As razões principais apontadas para a preferência pela rua são a falta de liberdade nos albergues (44,3%), seguida do horário de entrada, saída e demais rotinas (27,1%) e, em terceiro lugar o fato de ser proibido em tais locais o uso de álcool e drogas (21,4%). Estas duas últimas razões podem também ser associadas com a falta de liberdade, apontada como principal problema.

Dos entrevistados que costumam dormir na rua, mas prefeririam dormir em albergue, a dificuldade de conseguir vagas foi apontada por 20,7% como obstáculo para a utilização de albergues. Estes dados sugerem uma significativa falta de vagas em relação à demanda efetiva existente nos municípios.

Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua, seguido pelo desconforto (45,2%).



VÍNCULOS FAMILIARES

Nesta seção, são apresentados os resultados das respostas obtidas em questionamentos a respeito de vínculos familiares nas ruas e também fora delas. A maioria dos entrevistados (90,9%) afirmou que não toma conta de criança ou adolescente na rua e apenas um grupo pequeno de 7,1% respondeu afirmativamente a este questionamento. Deste percentual, as mulheres aparecem em maior proporção (20,0%) em relação aos homens (4,3%).

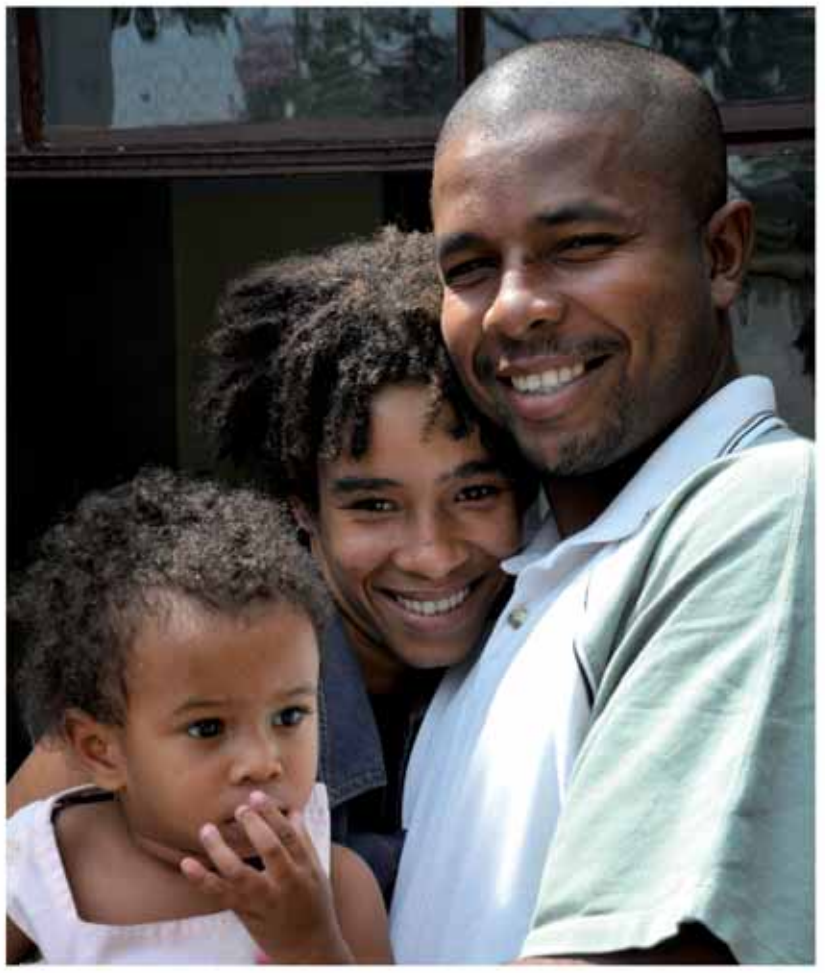
Os dados analisados sugerem a necessidade de reexaminar a conhecida tese de que as pessoas em situação de rua perderam os vínculos familiares ou têm vínculos muito frágeis. O rompimento de vínculos familiares constitui fator importante para explicar a ida à rua no caso de 27,1% dos entrevistados, conforme apresentado anteriormente. Todavia, para outra parte considerável dos casos, os vínculos familiares com parentes na mesma cidade ou em outra não foram rompidos após a saída de casa.

A maioria dos entrevistados (51,9%) possui algum parente residente na cidade em que se encontra, mas há que se considerar também que 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais freqüentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados, parcela que pode ser considerada expressiva, em função das características e condições de vida desta população.

No que diz respeito à "qualidade" dos relacionamentos familiares, 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que

mantêm com os parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo.

Além dos parentes residentes na cidade em que moram, também devem ser considerados os parentes existentes em outros municípios. Dos entrevistados, 81,5% afirmaram ter parentes em outras cidades e 23,1% mantêm contatos com eles.



O cruzamento dos dados indicou que 95% dos entrevistados têm parentes na cidade em que moram ou em outra cidade e que 40,9% do conjunto dos entrevistados mantêm contato com estas pessoas, residentes na cidade em que vive ou em outros municípios.

TRABALHO E RENDA

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, sendo que 70,9% deles exercem alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre essas atividades destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), "flanelinha" (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Contrariando a imagem comumente difundida, constituem minoria (15,7%) aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Esses dados são importantes para desmistificar a percepção de que a população em situação de rua é composta por "mendigos" e "pedintes".

A maior parte das atividades de trabalho realizadas situa-se na chamada economia informal e apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa não é uma situação circunstancial, considerando-se que 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada.

Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte declarou que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos e 22,9% de dois há cinco anos).



ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E HIGIENE[5]

As questões de alimentação, saúde e higiene estão profundamente relacionadas e serão aqui apresentadas de forma conjunta.

No que diz respeito à alimentação, a maioria dos entrevistados (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia. Não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19% dos entrevistados. O segmento que se destacou negativamente em relação à alimentação foi o das pessoas que pedem dinheiro para sobreviver: 31,3% delas não se alimentam todos os dias. Observou-se ainda, a esperada associação entre alimentação e renda, já que proporções mais elevadas de indivíduos que conseguem garantir a realização de alimentação diária foram encontradas nos níveis mais elevados de renda.

No que diz respeito às questões de higiene, os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para tomar banho são a rua (32,6%), os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para fazer suas necessidades fisiológicas são a rua (32,5%), os albergues/abrigos (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%).

Na maior parte dos casos, os recursos disponíveis para a higiene pessoal desta população são precários e impróprios, podendo ocasionar problemas de saúde, constrangimentos morais, violência sexual, sujeira no espaço urbano, entre outros danos.

Considerando as condições em que vivem, a precariedade de alimentação, de higiene e de cuidados, era esperado que se encontrassem altos índices de adoecimento entre os entrevistados, o que se confirmou, em certa medida. Cerca de 30% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde e os problemas mais citados foram: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), diabetes (5,4%) e HIV/AIDS (5,1%).

Esses números são preocupantes, encontrando-se por vezes em níveis muito superiores aos da população brasileira em geral. Como exemplo, menciona-se que a prevalência de HIV/AIDS entre a população em foco (5,1%) é consideravelmente superior à prevalência estimada pela Unaids (The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS) para o Brasil, que é de 0,6% entre os adultos com idade entre 15 e 49 anos. Estes dados são alguns dos indicativos das más condições de vida dessas pessoas e estão associados à sua maior exposição às mais diversas violações de direito.

Dos entrevistados, 18,7% fazem uso de algum medicamento, e os postos/centros de saúde são as principais vias de acesso a eles. Daqueles que afirmaram fazer uso de medicamentos, 48,6% afirmaram consegui-los por esse meio.

[5]Para maiores considerações sobre o tema, cf. Escorel, 2009.

Quando doentes, 43,8% dos entrevistados procuram em primeiro lugar o hospital/emergência. Em segundo lugar, 27,4% procuram o posto de saúde.

Como se poderia esperar, a proporção de indivíduos com problemas de saúde é superior no caso da população em situação de rua, mesmo quando comparamos com os dados referentes ao segmento de baixa renda da população brasileira. A ocorrência de problemas de saúde está diretamente associada a fatores como renda, idade e local de pernoite.

POSSE DE DOCUMENTAÇÃO

Porcentagem significativa das pessoas em situação de rua (24,8%) não possuem quaisquer documentos de identificação. Menos da metade das pessoas possuem CPF (42,2%), carteira de trabalho (39,7%), certidão de nascimento ou casamento (37,9%) ou título eleitoral (37,9%). A situação é pouco mais favorável quando se trata da carteira de identidade, que 58,9% dos entrevistados possuem. A falta de documentos tem implicações diversas, que vão desde a dificuldade para obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania de forma mais geral.

ACESSO AOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

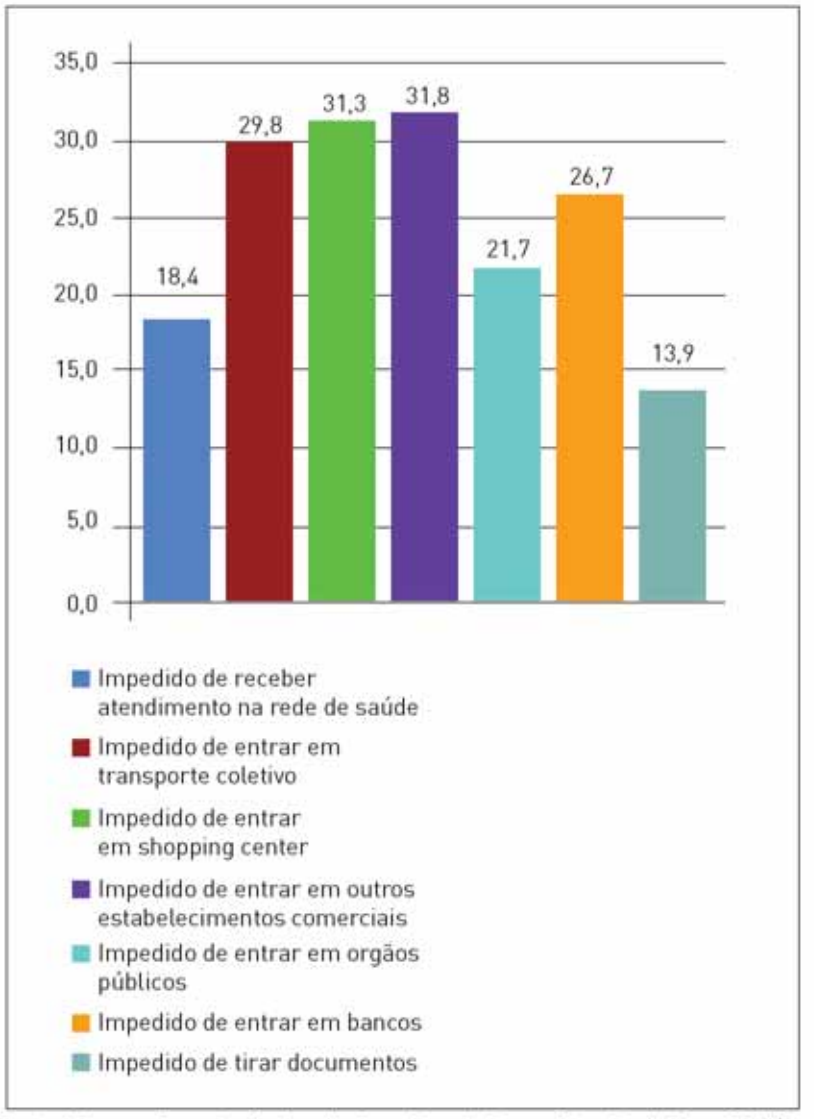
A grande maioria desta população não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (1,3%).

A cobertura dos programas governamentais é pequena na população em situação de rua e os grupos que menos recebem são os jovens (na faixa etária de 18 a 24 anos, 92,6% não recebem, enquanto que entre aqueles com 55 anos ou mais, 73,6% não recebem); os que dormem na rua (91,3% não recebem, contra 77,1% dos que pernoitam em albergues); e os mais pobres (94,9% dos que ganham semanalmente até R$ 20,00 não recebem, bem como 86,4% dos que possuem renda semanal superior a R$ 120,00).

DISCRIMINAÇÕES SOFRIDAS

As pessoas em situação de rua sofrem muitas discriminações, sendo impedidas de entrar em diversos locais e de realizar atividades que necessitam ou desejam. Muitas nem tentam entrar em certos locais para evitar o constrangimento decorrente da provável expulsão. Para avaliar tais discriminações, os entrevistados foram perguntados somente sobre impedimentos sofridos, sem que fossem considerados os casos de pessoas que optaram por nem sequer tentar (Graf. 3).

Gráfico 3 - População em situação de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

O cruzamento dos dados mostrou que 54,5% das pessoas em situação de rua entrevistadas já foram impedidas de praticar pelo menos uma das atividades citadas anteriormente.

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

A grande maioria desta população (95,5%) não participa de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação. Entre os movimentos sociais dos quais as pessoas em situação de rua disseram participar, destacaram-se movimentos religiosos (31,3%) e movimentos populares (7,2%).

Além disso, a maioria (61,6%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, uma vez que não possui título de eleitor. Impedidas de exercer o direito de voto, essas pessoas não possuem representantes nas esferas decisórias o que as impede muitas vezes de fazer valer o seu legítimo direito de pressão em defesa dos seus interesses políticos.



Ministério do Trabalho e Emprego

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações colhidas neste I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, pode-se concluir, primeiramente, que as pessoas em situação de rua constituem uma parcela da população brasileira, nos limites inferiores de pobreza e vulnerabilidade. É uma população que, além de extremamente pobre, é escassamente escolarizada e se compõe predominantemente por negros, que, embora estando predominantemente em idade economicamente ativa, não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

Apesar de estas características confirmarem, em certa medida, uma percepção comumente difundida, há de se considerar que, ao mesmo tempo, os dados indicam a provável tendência de alteração do perfil tradicionalmente encontrado em situação de rua. Os dados permitem afirmar que se trata de uma população formada por trabalhadores com algum nível de formação (ainda que precário) e que ocupam, sempre que possível, espaços no mercado de trabalho – formal ou informal – para garantirem sua sobrevivência. Todavia, esta inserção é cada vez mais difícil, considerando-se as características do competitivo mercado laboral, fazendo com que este segmento não possua condições de se manter fora das ruas. Nesse sentido é interessante observar a presença, pequena, porém significativa, de pessoas com formação universitária em situação de rua, fenômeno observado atualmente em grandes cidades dos países desenvolvidos.

Os dados examinados também permitem concluir que, ao contrário do que aconteceu no início do processo de desenvolvimento urbano brasileiro, marcado pela intensa migração campo-cidade, atualmente as pessoas que se encontram em situação de rua não correspondem a este perfil. Os dados coletados demonstram que a maioria dessas pessoas é originária do mesmo município em que se encontra ou se deslocou de municípios situados no mesmo estado.

Em contrapartida, é importante ressaltar que a cristalização da situação de rua – indicada pelo maior tempo de permanência na rua –, conduz a uma situação crônica de difícil reversão, onde a baixa ou nenhuma escolaridade, pobreza, desemprego, problemas de saúde e discriminações sociais vivenciadas, entre outros fatores apontados pela pesquisa, cruzam-se, estabelecendo um denso quadro de isolamento social deste público.

Por fim, a constatação de que as pessoas em situação de rua apresentam um perfil indicativo de menores probabilidades de reintegração social e profissional, ressalta a necessidade de maior atenção a este contingente, por meio de políticas públicas mais abrangentes, que incluam, além da ampliação e reorganização das instituições de albergamento, cursos de formação, aperfeiçoamento, atualização nas áreas profissional e de cidadania e saúde, assim como oportunidades para a realização de atividades remuneradas de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal/ MDS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l], março 2008a. v.1 – Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l], março 2008b. v. 2 – Resultados.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de janeiro: Garamond, 2003.

ESCOREL, Sarah. A saúde das pessoas em situação de rua. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009.

QUIROGA, Junia., NOVO, Marina. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009.

Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório final do primeiro censo nacional e pesquisa amostral sobre a população em situação de rua. Porto Alegre, 2008.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. São Paulo: FIPE/ PMSP, 2003.

Secretaria de Assistência Social de Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania. População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa. Recife: IASC, [200-]. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php. Acesso em: abril de 2008.

ANEXO – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
ANANINDEUA	484.278	116	0,024
ANÁPOLIS	325.544	223	0,069
APARECIDA DE GOIÂNIA	475.303	188	0,040
ARACAJU	520.303	197	0,038
BAURU	347.601	152	0,044
BELÉM DO PARA	1.408.847	403	0,029
BELFORD ROXO	480.555	248	0,052
BETIM	415.098	47	0,011
BOA VISTA	249.853	67	0,027
BRASÍLIA	2.455.903	1734	0,071
CAMPINA GRANDE	371.060	70	0,019
CAMPINAS	1.039.297	1027	0,099
CAMPO DOS GOYTACAZES	426.154	138	0,032
CAMPO GRANDE	724.524	313	0,043
CANOAS	326.458	96	0,029
CARAPICUÍBA	379.566	189	0,050
CARIACICA	356.536	131	0,037
CAXIAS DO SUL	399.038	58	0,015
CONTAGEM	608.650	172	0,028
CUIABÁ	526.830	229	0,043
CURITIBA	1.797.408	2776	0,154
DIADEMA	386.779	176	0,046
DUQUE DE CAXIAS	842.686	324	0,038
FEIRA DE SANTANA	571.997	237	0,041
FLORIANÓPOLIS	396.723	426	0,107
FORTALEZA	2.431.415	1701	0,069
FRANCA	319.094	78	0,024
GOIÂNIA	1.244.645	563	0,045
GUARULHOS	1.236.192	130	0,011
ITAQUAQUECETUBA	334.914	87	0,026

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
JABOATÃO DOS GUARARAPES	665.387	270	0,041
JOÃO PESSOA	674.762	205	0,030
JOINVILLE	487.003	274	0,056
JUIZ DE FORA	513.348	607	0,118
JUNDIAÍ	342.983	139	0,041
LONDRINA	497.833	296	0,059
MACAPÁ	344.153	86	0,025
MACEIÓ	896.965	372	0,041
MANAUS	1.646.602	463	0,028
MARINGÁ	325.968	226	0,069
MAUÁ	402.643	211	0,052
MOGI DAS CRUZES	362.991	310	0,085
MONTES CLAROS	352.384	54	0,015
NATAL	774.230	223	0,029
NITERÓI	474.002	529	0,112
NOVA IGUAÇU	830.672	649	0,078
OLINDA	391.433	217	0,055
OSASCO	701.012	140	0,020
PALMAS	178.386	16	0,009
PELOTAS	339.934	106	0,031
PIRACICABA	358.108	192	0,054
PORTO VELHO	369.345	58	0,016
RIBEIRÃO PRETO	547.417	441	0,081
RIO BRANCO	290.639	90	0,031
RIO DE JANEIRO	6.093.472	4585	0,075
SALVADOR	2.892.625	3289	0,114
SANTO ANDRÉ	667.891	349	0,052
SANTOS	418.288	713	0,170
SÃO BERNARDO DO CAMPO	781.390	558	0,071
SÃO GONÇALO	960.631	289	0,030
SÃO JOÃO DO MERITI	464.282	130	0,028

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	402.770	149	0,037
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	594.948	1633	0,274
SÃO LUIS	957.515	284	0,030
SÃO VICENTE	323.599	180	0,056
SERRA	385.370	136	0,035
SOROCABA	559.157	127	0,023
TERESINA	779.939	370	0,047
UBERLÂNDIA	608.369	196	0,032
VILA VELHA	398.068	168	0,042
VITÓRIA	314.042	296	0,094
TOTAL	**52.253.807**	**31922**	**0,061**

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/2008.







A SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Sarah Escorel | Médica sanitarista, mestre em Saúde Pública, doutora em Sociologia, Pesquisadora titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)



PREMISSAS INICIAIS

Na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, o movimento sanitário[1] cunhou o conceito ampliado de saúde que abrange mais do que a atenção médica, assim como supera, em detalhes e na sua determinação social, o tradicional conceito da Organização Mundial de Saúde.

> "Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida" (Brasil, 1986).

Esse conceito de saúde, assim como várias das deliberações da 8ª CNS, foram plasmados no texto constitucional de 1988, que garante a toda população brasileira o direito à saúde.

> "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Brasil, 1988).

Pessoas que vivem nas ruas, temporária ou permanentemente, sofrem a experiência da exclusão social em suas diferentes dimensões: sociofamiliar, econômico-ocupacional, política ou de cidadania, cultural e da própria vida (Escorel, 1999; 2000).

> "No âmbito da própria vida podem ser analisadas trajetórias de inserção/desvinculação por meio de fenômenos relacionados à saúde/doença e à violência. Entre o pólo positivo de uma vida saudável e longeva e o pólo negativo da morte, encontramos diversos episódios de morbidade, mortalidade, diferenças de esperanças de vida, gravidade de patologias, incidência 'preferencial' de causas de doenças e mortes em determinados grupos sociais, além de iniqüidades existentes em relação ao acesso e à utilização dos serviços de saúde de qualidade. Todos esses fenômenos revelam tanto a distinção que há entre viver e sobreviver quanto o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos" (Escorel, 2000: 145).

Tendo em mente o conceito ampliado de saúde e a garantia do direito à saúde, são analisadas as condições de saúde e de acesso aos serviços de saúde da população em situação de rua a partir dos dados obtidos no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008a; 2008b).

[1] Sobre este assunto, cf. Escorel, 1998; 2008.

SAÚDE – CAUSA E CONSEQUÊNCIA DA SITUAÇÃO DE RUA

A situação de saúde das pessoas em situação de rua pode revelar tanto as causas quanto as consequências da vida nas ruas. O alcoolismo e o consumo de drogas, por exemplo, podem ser elementos de processos de fragilização e ruptura dos vínculos familiares e ocupacionais prévios à ida para as ruas. Por outro lado, o consumo abusivo de álcool e, em menor escala e frequência, de outras drogas, parece fazer parte do necessário "processo de anestesia" para a permanência das pessoas em situação em rua.

> "A população em situação de rua costuma usar abusivamente o álcool e outras drogas, seja por comportamentos e hábitos anteriores ou pelos adquiridos em função da necessidade de não sentir o frio e de esquecer as realidades adversas" (Brasil, 2008a:9).

Problemas psíquicos e distúrbios psiquiátricos são também arrolados como causas da existência de pessoas vivendo nas ruas, particularmente em países que implementaram processos de desospitalização sem o estabelecimento de políticas e programas de proteção social aos loucos e seus familiares.

Entre os problemas de saúde gerados pela vida nas ruas, encontramos problemas respiratórios como pneumonias e tuberculose, problemas dermatológicos diversos, lesões externas por atropelamentos, brigas e outras formas de violência, e a presença de HIV/AIDS. Todas constituem morbidades passíveis de serem adquiridas pela existência nas ruas que podem ou não se sobrepor a doenças pré-existentes, como hipertensão arterial, diabetes e outras muito comuns na população brasileira, que são agravadas, todavia, pelas condições da vida na rua.

Considerando o conceito ampliado de saúde, examinamos os dados encontrados pela pesquisa sobre as variáveis que determinam as condições de saúde. A grande maioria da população investigada é composta por homens (82%) em idade produtiva (18 a 54 anos) (86%). A vulnerabilidade educacional incide sobre 64% do grupo pesquisado – 15% nunca estudaram e 48% têm o primeiro grau incompleto. Um quarto dos entrevistados não é alfabetizado (17%) ou só sabe assinar o nome (8%). A maior parte (53%) recebe entre R$ 20,00 e R$ 80,00 semanais, ou seja, menos de um salário mínimo mensal, o que os caracteriza como miseráveis ou indigentes.

Cerca de 70% costumam dormir na rua, 22% dos pesquisados dormem em albergues ou instituições similares e 8% alternam entre a rua e o albergue. A comparação das principais características (sexo, idade, escolaridade, cor ou raça e nível de renda) entre os que costumam dormir nas ruas e os que fazem uso mais frequente de albergues, mostrou a distinção entre os dois grupos, com maior vulnerabilidade de escolaridade e rendimentos dos primeiros. Essa distinção se manteve em relação à posse de documentos de identidade: percentuais menores dos que costumam dormir nas ruas possuem carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, certidão de nascimento ou casamento, e título de eleitor.

A pesquisa reitera a configuração de dois grupos distintos:

> "o grupo majoritário, que costuma dormir na rua e o grupo minoritário que pernoita em albergue. Dormir na rua ou em albergue não significa apenas uma opção por um local de pernoite. Evidencia a existência de perfis sociais e comportamentais distintos de dois grupos que integram o mesmo universo da situação de rua" (Brasil, 2008b:27).

Esses dois grupos, além de serem diferentes entre si por diversas características, o são também pelos motivos que os levaram à situação de rua: "os que dormem na rua apresentam quadros de rupturas e doenças de caráter mais permanente" (Brasil, 2008b:28). Dessa forma, estabelece-se uma hierarquia social em que os albergados estão em posição superior.

Entre os 1823 pesquisados que se declararam oriundos de outros municípios, cerca de 7% (126) alegaram tratamento de saúde como motivo da ida à cidade de moradia atual, configurando o quarto motivo mais mencionado, ainda que em proporções muito menores do que a busca por trabalho (45%) e os conflitos familiares (18%). Em relação a isso, na pesquisa, conclui-se que

> "A busca de acesso aos serviços públicos, característica das migrações nas décadas de 1960, 1970 e 1980 se manifestaram no momento atual, minoritariamente e mais restritas à área de saúde" (Brasil, 2008b:38).

As condições de saúde estão também fortemente relacionadas com o tempo de moradia nas ruas, sobretudo daqueles que costumam dormir nas ruas. A pesquisa revelou que um terço das pessoas vive nas ruas há mais de 5 anos, indicando um processo de cronificação e cristalização da situação de rua.

Embora os problemas com familiares, em conjunto, sejam citados por maior percentual de entrevistados como motivações para a ida para as ruas, o uso abusivo de álcool e outras drogas foi a causa isolada mais mencionada (36%). "Tratamento de saúde" foi referido por 6% dos entrevistados. Outros motivos relacionados com as condições de saúde foram citados por menos de 1% dos entrevistados, como problemas psiquiátricos (0,18%), ou o fato de ter sofrido algum acidente (0,10%).

Ainda que os problemas psiquiátricos tenham sido pouco mencionados como causa da ida para as ruas,

> "a desorganização psíquica também se destacou como um dos principais motivos de recusa de responder à entrevista: 14,0% dos que se recusaram (13,4% do universo de recenseados) apresentaram problemas mentais aparentes" (Brasil, 2008b:42).

Além dos 17% que informaram ter histórico de internação em hospital psiquiátrico, 28% mencionaram terem passado por casas ou clínicas de recuperação de dependentes químicos. Segundo a pesquisa, os dados

> "indicam possíveis associações [entre] trajetórias de institucionalização, nas proporções indicadas e situação de rua. Os problemas de dependência química, desorganização psíquica, atos infracionais e necessidades de proteção social, inclusive durante a infância e a adolescência, remetem à consideração de que um histórico de institucionalização nas instituições referidas significa, em alguma medida, propensão à situação de rua" (Brasil, 2008b:45).

Aspectos relacionados com a saúde do trabalhador como condições insalubres de trabalho, jornadas extensas e riscos de acidentes devem ser considerados na análise das ocupações exercidas nas ruas, ou seja, o trabalho nas ruas é também causa de problemas de saúde. Dos 70% que exercem alguma atividade remunerada, as mais frequentes são: catador de materiais recicláveis (28%), guardador de carros (14%), construção civil e vendas (ambos por 6%), limpeza (4%) e carregador/estivador (3%). Embora seja o segundo grupo em frequencia de ocupação, apenas uma minoria de 16% das pessoas pede dinheiro como principal meio para a sobrevivência (Brasil, 2008b: 52).

Nas considerações sobre as atividades ocupacionais das pessoas em situação de rua a pesquisa considera:

> "... a população em situação de rua é composta, majoritariamente, por trabalhadores pobres. Não se tratam de pessoas desqualificadas, de acordo com as informações por eles fornecidas, mas de pessoas que passaram por processo de desqualificação social, ou seja, são percebidas como desqualificadas e são socialmente discriminadas" (Brasil, 2008b:55). "Não se trata de pessoas destituídas de conhecimentos e habilidades, mas de pessoas que são percebidas como desqualificadas e são socialmente discriminadas" (Op., cit., p. 61).

Outro aspecto de importância fundamental nas condições de saúde da população em geral e extensivamente desta população específica é a sua nutrição, isto é, a quantidade e qualidade da alimentação. Os dados da pesquisa não permitem essa avaliação, mas dão algumas pistas. Oitenta por cento dos entrevistados afirmaram fazer pelo menos uma refeição ao dia. Um terço dos que pedem dinheiro para sobreviver informaram que não se alimentam todos os dias. As formas mais usuais de obtenção dos alimentos são o pedido a pessoas que passam, comerciantes ou em residências (33%), a compra com dinheiro próprio (27%), programas assistenciais (16%) e instituições (10%). Três por cento informaram obter o alimento catando em lixeiras.

A grande maioria (94%) dos que pernoitam em albergues costumam se alimentar todos os dias, enquanto 75% dos que dormem na rua fazem o mesmo. Cerca de 10% dos albergados e 41% dos que dormem na rua costumam pedir comida, e 1% dos que dormem em albergues e 4% dos que dormem na rua costumam catar alimentos em lixeiras.

De forma associada e combinada, todos esses aspectos interferem nas condições de saúde, piorando doenças pré-existentes – que podem ter sido ou não as causas da ida para as ruas – e/ou provocando outras doenças, pelo fato de residirem nas vias públicas em condições insalubres, indignas e desumanas. Entre os diversos subgrupos que as variáveis acima mencionadas conformam, os mais vulneráveis, considerando a determinação social do processo saúde/doença e o conceito ampliado de saúde, são os 70% que costumam dormir nas ruas, os 25% analfabetos ou analfabetos funcionais, os 53% com rendimentos miseráveis, os 30% que vivem nas ruas há mais de 5 anos, os 13% com 55 ou mais anos de idade, os 20% que não se alimentam todos os dias e os 4% dos que dormem nas ruas e que costumam catar alimentos em lixeiras.

UNIVERSIDADE DO BRASIL

M.S. HOSPITAL PINEL

S.N.P.E.S. D.N.S.M.

PRONTUARIO: Nº 6317

NOME: ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA

JUSTIÇA FEDERAL
DE 1º GRAU
AV. AMARAL BALDI

CONDIÇÕES DE SAÚDE

A pesquisa apresenta um capítulo específico sobre condições de saúde da população em situação de rua. As perguntas feitas para uma amostra representativa dos entrevistados referiam-se à auto-avaliação do estado de saúde, à existência e especificação de problemas de saúde, ao uso de medicamentos e sua forma de obtenção, e à utilização de serviços de saúde.

Incorporamos nesta parte também as informações relacionadas com as condições cotidianas de higiene pessoal.

Trinta por cento dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde, percentual que a pesquisa considera que pode estar subestimado já que possivelmente certos hábitos (alcoolismo, tabagismo) ou doenças crônicas não são considerados como problemas de saúde (Op. cit, p.76).

Tabela 1

Auto-avaliação do estado de saúde da população em geral, de pessoas com renda familiar mensal de até 1 salário mínimo e da população em situação de rua

Auto-avaliação do estado de saúde	%
Estado de saúde bom ou muito bom – população em geral[1]	78,6
Estado de saúde bom ou muito bom – renda familiar mensal de até 1 salário mínimo[1]	72,7
Não tem problemas de saúde – população em situação de rua[2]	62,3

Fontes: (1) IBGE/PNAD, 2003; (2) Brasil, 2008b



A pesquisa identificou uma relação inversamente proporcional entre rendimentos e problemas de saúde. Porém, como as faixas de rendimentos situam-se em patamares muito baixos e as diferenças percentuais entre os dois grupos são extremamente pequenas (2%) não é possível fazer afirmações conclusivas. Além disso, assim como no restante da população, o número de pessoas com problemas de saúde aumenta com a faixa etária.

Paradoxalmente, os entrevistados que costumam dormir em albergues, situados num patamar superior da hierarquia social das pessoas em situação de rua, declararam ter problemas de saúde em maior proporção (47%) do que os que costumam pernoitar nas ruas (24%). A pesquisa considera os seguintes fatores explicativos deste fenômeno: o termo 'albergue' abrange um conjunto de instituições que inclui hospitais e clínicas; entre os moradores de albergues há maior percentual de pessoas idosas; e, possivelmente, os que têm problemas de saúde buscam pernoitar em albergues.

A pesquisa amostral perguntava aos entrevistados sobre a existência de problemas de saúde e em caso positivo estes poderiam se referir a até três. Foram construídas três listas com os problemas de saúde mencionados. A primeira totalizou 855 sinais e sintomas, a segunda 112 e a terceira lista continha 22 problemas de saúde.

O relatório indica que os problemas de saúde mais citados foram: hipertensão arterial (10%), desordem psiquiátrica ou mental (6%), diabetes e AIDS (ambos com 5%). A pesquisa verificou que a proporção encontrada de hipertensão referida entre as pessoas em situação de rua é bastante similar à encontrada pela PNAD de 1998 – 8% dos homens e 13% das mulheres. O mesmo aconteceu em relação aos distúrbios mentais – 6% entre as pessoas em situação de rua e 5% entre homens e mulheres verificados pela PNAD de 1998. Entretanto, a consonância desse tipo de problema entre os que vivem nas ruas e a população em geral é refutada por outros dados da pesquisa: 17% apresentaram histórico de internação psiquiátrica e 14% dos que se recusaram a responder a entrevista o fizeram em função de distúrbios mentais aparentes (Op. cit., p.81).

A prevalência de pessoas vivendo com HIV/AIDS entre os pesquisados (5%) foi considerada como pequena e, provavelmente, subestimada pela dificuldade de acesso à assistência de saúde, pelo preconceito que envolve a doença e pela ausência de uma pergunta específica sobre cada problema de saúde mencionado.

Os principais problemas mencionados, – ou seja, os primeiros mencionados durante a entrevista – foram agrupados por aparelhos e sistemas sem o rigor da Codificação Internacional de Doenças. Problemas cardíacos incluindo hipertensão arterial foram os mais citados (14%), seguidos de problemas mentais (10%) que incluem, além de distúrbios psiquiátricos, depressão, esquizofrenia, amnésia, distúrbio bipolar, ataque nervoso, agitação e hipocondria. O terceiro grupo de problemas de saúde mais referidos foram os respiratórios (10%), abarcando tuberculose, asma, bronquite, pneumonia, ou simplesmente problema respiratório.

Dores foram mencionadas por 8% dos entrevistados – cervical, de cabeça, no corpo, em geral. Entre 5 e 6% dos entrevistados informaram problemas de origem endócrina (diabetes, hipotiroidismo e ácido úrico),




AGUARDENTE DE CANA ADOÇADA
Caninha Duelo
CONTEÚDO 500 mL

neurológicos (epilepsia, convulsão, disritmia, Parkinson), relacionados com os órgãos de sentido (como dificuldades de visão e de audição), e AIDS. Quatro por cento dos entrevistados referiram alcoolismo ou dependência química, problemas gástricos e intestinais, e problemas referentes a traumatismos e presença de próteses (cervical, craniana, maxilar, fraturas, platina na perna, na bacia, no fêmur).

Entre 2 e 3% informaram a existência de paralisias e deficiências físicas, de problemas de origem circulatória (derrame, trombose, varizes), e reumáticos (artrose, reumatismo, espondilite).

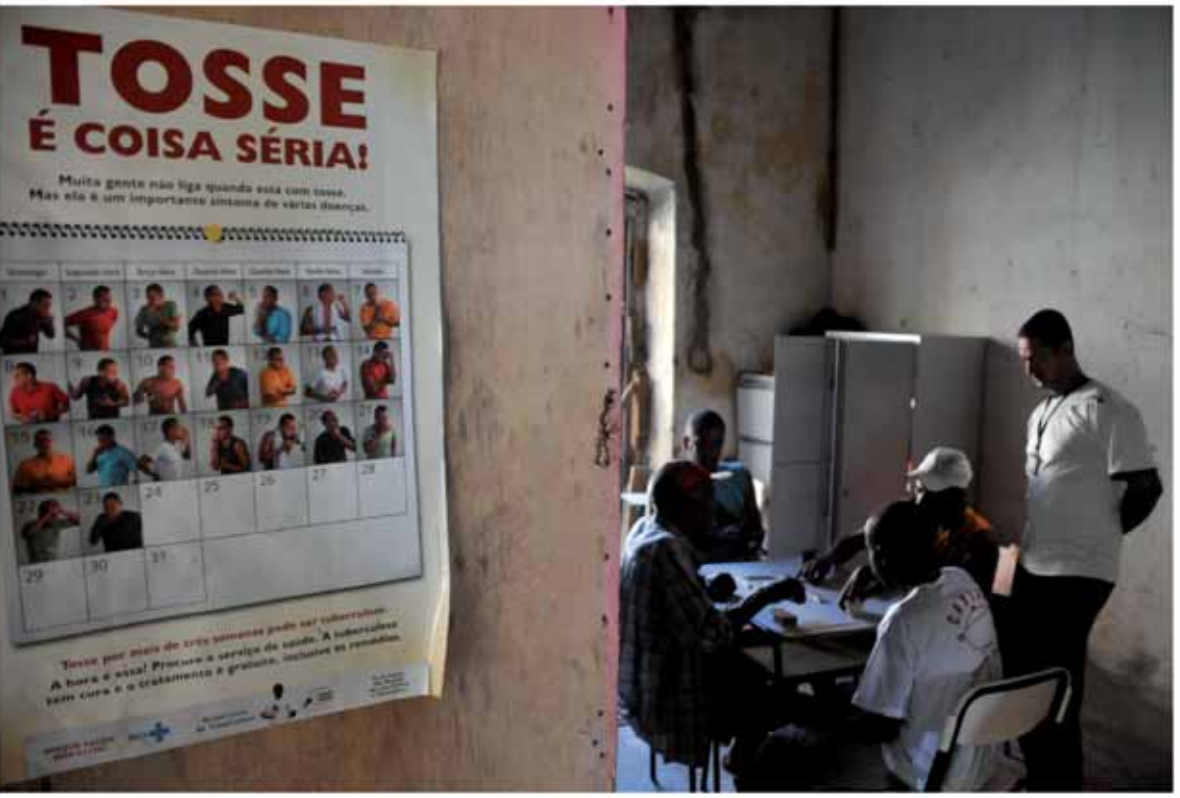
Diversos problemas foram referidos por um ou dois entrevistados (7%), sem que fosse possível agrupá-los; alguns não informaram ou não especificaram o problema (3%) e não foi possível entender o significado de cerca de 1% dos problemas citados.

Tabela 2

Principais problemas de saúde referidos por pessoas em situação de rua

Problemas de saúde referidos	n	%
Cardíacos	116	13,6
Mentais	82	9,6
Problemas respiratórios	81	9,5
Dores em geral	69	8,1
Endócrinos	51	6,0
Neurológicos	48	5,7
Órgãos de sentido	46	5,4
AIDS	44	5,1
Alcoolismo e dependência química	38	4,4
Gástricos e intestinais	35	4,1
Traumatismos e próteses	34	4,0
Paralisias e deficiência física	24	2,8
Circulatórios	17	2,0
Reumatológicos	16	1,9
Hepáticos	13	1,5
Câncer	9	1,1
Resfriados	8	0,9
Anemia, cansaço, fraqueza	8	0,9
Dermatológicos	7	0,8
Renais e urinários	7	0,8
Alérgicos	5	0,5
Saúde bucal	4	0,4
Diversos	60	7,0
Não informado/Não especificado	23	2,7
Sinais e sintomas mal definidos	8	0,9
Total	**855**	**100,0**

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua



A análise das três listas de problemas de saúde referidos – totalizando 989 diagnósticos, sinais ou sintomas –, evidenciou distribuição muito similar à lista dos primeiros problemas mencionados, com algumas diferenças para mais ou para menos que não superaram 0,6 ponto percentual.

História pregressa de internações em estabelecimentos de saúde também nos informa sobre as condições de saúde dos entrevistados. Quase metade já esteve em hospitais gerais, 17% passaram por hospitais psiquiátricos e 28% já estiveram em clínicas de recuperação de dependentes químicos.

Tabela 3
Internações em estabelecimentos de saúde de pessoas em situação de rua

Internação	Sim		Não		Não sabe/não respondeu	
	n	%	n	%	n	%
Hospital ou clínica geral	1358	47,1	1501	52,1	23	0,8
Hospital ou clínica psiquiátrica	481	16,7	2372	82,3	29	1,0
Casa de recuperação de dependentes químicos	809	28,1	2052	71,2	21	0,7

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua


PAZ
AMOR
ALEGRIA
FELICIDADE
PERSEVERANÇA

As informações do capítulo sobre recursos para a higiene pessoal também oferecem pistas das condições de saúde desse segmento populacional: a própria rua é o local onde 33% costumam tomar banho e 33% utilizam como banheiro para suas necessidades fisiológicas, em ambas as situações sendo mais utilizada por homens que por mulheres.

Tabela 4

Locais utilizados por pessoas em situação de rua para banho e necessidades fisiológicas

Locais	Tomar banho		Usar o banheiro	
Rua	940	32,8	938	32,6
Albergue ou abrigo	904	31,4	725	25,2
Banheiro público	410	14,2	613	21,3
Casa de parentes ou amigos	151	5,2	79	2,7
Casas de convivência	125	4,3	55	1,9
Estabelecimentos comerciais	79	2,7	271	9,4
Pensão ou Hotel ou Motel	24	0,8	-	-
Igreja	21	0,7	-	-
Outro	94	3,3	108	3,7
Não respondeu	134	4,6	93	3,2
Total	**2882**	**100,0**	**2882**	**100,0**

Fonte: Brasil, 2008b

Esses dados informam que

> "na maior parte dos casos, os recursos disponíveis para a higiene pessoal desta população são precários e impróprios, podendo ocasionar problemas de saúde, constrangimentos morais, violência sexual, sujeira no espaço urbano, entre outros danos" (Brasil, 2008b:93).

É grande a diversidade de problemas de saúde mencionados pelas pessoas em situação de rua, assim como são grandes as dificuldades para realizar atividades de asseio e higiene pessoal. Se por um lado o perfil de morbidade não parece se distinguir muito do encontrado na população em geral, por outro lado, viver nas ruas padecendo de certas doenças torna muito mais difícil o cotidiano assim como os cuidados ou tratamentos necessários, e muito provavelmente, aumenta a letalidade das patologias.

USO E OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS

Cerca de 20% da população em situação de rua referiu fazer uso de medicamento, proporção muito inferior à encontrada em investigação realizada em 2002, na cidade de Pelotas[2], citada pela pesquisa, em que 66% das pessoas faziam uso de medicamentos, possivelmente pelo baixo poder aquisitivo e pela falta de diagnóstico.

O uso de medicamentos foi maior entre os albergados (40%) do que entre os que pernoitam nas ruas (12%), o que é explicado tanto pela

[2] Bertoldi, A. et al, "Drug utilization in adults: prevalence and individuals determinants", Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 2, 2004, citado em Brasil, 2008b, p.81.

definição utilizada de albergue que inclui hospitais e clínicas, quanto pela renda mais elevada desse grupo.

Entre os que fazem uso de medicamentos, estes são obtidos em postos ou centros de saúde (49%), por intermédio de doações de instituições ou pessoas (28%), em hospitais (13%), e pela compra, seja em uma Farmácia Popular, seja em outro tipo de local (6%).

É grande a probabilidade de serem públicos os referidos centros e postos de saúde assim como os hospitais, e nesse caso fica patente o papel desempenhado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no acesso aos remédios de cerca de 60% dos entrevistados que informaram fazer uso de medicamentos.

ACESSO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

A situação de rua favorece o aparecimento e/ou a piora de doenças previamente existente, e a relação com os serviços de saúde agrava ainda mais essa condição. Além da dificuldade em acessar e utilizar os serviços de saúde, as pessoas em situação de rua não conseguem – por diversos motivos – seguir o tratamento indicado, seja de cuidados higiênicos seja de uso de medicamentos na dosagem e tempo prescritos.

Acrescente-se também a experiência de discriminação e maus tratos nos serviços de saúde onde são considerados como portadores de "patologia social", diante da qual os profissionais de saúde sentem-se, ao mesmo tempo, impotentes e sem qualquer responsabilidade.

Mais da metade das pessoas em situação de rua entrevistadas (55%) já sofreram discriminações sob a forma de impedimento de entrar em estabelecimento comercial, shopping center, transporte coletivo, bancos, órgão público, de receber atendimento na rede de saúde ou de tirar documentos. Entre os entrevistados, 18% informaram já terem sido impedidos de receber atendimento na rede de saúde (18%) (Brasil, 2008b: 87).

Desta situação pode-se concluir que

> "Os serviços públicos de saúde não estão adequados à realidade e às necessidades das pessoas em situação de rua. Não existem condições de acolhimento e as pessoas que vivem nas ruas não procuram tais serviços, por conhecerem as limitações de acesso e por sentirem-se discriminadas. (...) É necessário assim, o desenvolvimento de ações especiais na área do atendimento de saúde, abrangendo a capacitação dos profissionais de saúde, a alteração da atual cultura sobre a população em situação de rua e a mudança de regras e procedimentos adotados no funcionamento dos hospitais e centros de saúde" (Brasil, 2008a:22).

O hospital com emergência é o primeiro lugar que 44% das pessoas em situação de rua recorrem quando estão doentes, seguido do posto de saúde (27%). Esses dados podem significar a procura de pronto-socorros por motivos agudos em detrimento de um cuidado mais regular e contínuo que pode ser ofertado pelos postos e centros de saúde. Nesse aspecto, a população que vive nas ruas não difere da população em geral que também costuma procurar com mais regularidade hospitais de emergência, principalmente em se tratando de casos agudos. A dificuldade de acesso é também propiciada pelo horário limitado de funcionamento dos postos e centros de saúde.




ESCOLA MEU PEDACINHO DO CEU

PROBLEMAS DE SAÚDE NÃO DISTINGUEM OS SUBGRUPOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A pesquisa identificou a constituição de dois subgrupos entre as pessoas em situação de rua a partir do cruzamento de variáveis. As características de clivagem foram:

> "1) Baixo nível de renda (até R$ 40,00 semanais, que corresponde a 33,9%) e alto nível de renda (mais de R$ 120,00 semanais, que corresponde a 7,4%); 2) Pede dinheiro (15,7%) ou alimentos (32,8%) e não pede dinheiro (84,3%) ou alimentos (67,2%); 3) Dorme na rua (69,6%) e dorme em albergue (22,1%); 4) Pouco tempo de permanência em situação de rua (até 1 ano, 33,3%) e muito tempo de permanência na rua (mais de 5 anos, 30,9%); 5) Sabe ler e escrever (74,0%) e não sabe ler e escrever (17,1%)" (Brasil, 2008b:114).

O grupo de renda mais baixo costuma dormir na rua, não sabe ler e escrever, não consegue garantir sua alimentação diária, pede alimentos ou dinheiro, possui algum problema de saúde, é formado por pessoas que são mais discriminadas, já tendo sido impedidas, em maior proporção, de entrar em algum estabelecimento ou em transporte coletivo.

Os grupos dos que costumam pedir dinheiro ou alimentos, dos que costumam dormir nas ruas, dos que estão há mais de 5 anos nas ruas e daqueles que não sabem ler e escrever apresentaram todas as características do grupo de menor renda, exceto a existência de problemas de saúde. Portanto, a associação com problemas de saúde mostrou-se relevante apenas no caso da renda.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados e analisados pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua formam um conjunto inédito e representativo de informações das condições de vida em âmbito nacional das pessoas em situação de rua. Ainda está por ser feita uma análise que consiga explorar toda a riqueza das entrevistas realizadas sobre os aspectos que determinam as condições de saúde.

Neste texto, buscamos agrupar os dados e as informações coletadas, restringindo-nos por hora aos cruzamentos das variáveis já realizados pela equipe de pesquisa. O conjunto de perguntas mais diretamente relacionado com as condições de saúde e o acesso aos medicamentos e aos serviços de saúde – história de internação em hospital geral, em hospital psiquiátrico, em clínica de recuperação de dependência química, obtenção de alimentos diariamente, uso e forma de obtenção de medicamentos, existência e tipo de problemas de saúde, utilização de serviços de saúde quando doente, local em que costuma tomar banho e usar o banheiro, e discriminação no acesso e utilização dos serviços de saúde – podem ser cruzados com variáveis como tempo de rua, porte populacional da cidade, região do país, além de rendimentos, escolaridade, idade, atividade ocupacional e local mais frequente de pernoite para a obtenção de um retrato mais fiel da heterogênea realidade das pessoas que moram nas ruas.

É necessário também analisar com mais detalhes a (falta) de associação entre a existência de problemas de saúde e as diferentes variáveis de clivagem – local de pernoite, escolaridade, tempo de permanência na rua e a obtenção de alimentos ou dinheiro através do pedido. Isso significaria que apenas os rendimentos influenciam a existência (ou a menção) de problemas de saúde? Ou, pelo contrário, que a distribuição dos problemas de saúde se dá de maneira "uniforme" dado o grau de vulnerabilidade que os acomete?

Por outro lado, as informações são suficientes para evidenciar que problemas de saúde são causas da ida para as ruas e também consequências de viver nas ruas. Pessoas em situação de rua apresentam vulnerabilidades em todos os aspectos que determinam as condições de saúde – escolaridade, renda, habitação, alimentação, ocupação e acesso a serviços de saúde. Às dificuldades que diversos outros grupos que também experimentam processos excludentes, principalmente os mais pobres, para usufruir o direito à saúde, é acrescida a discriminação nos serviços de saúde pela aparência da miséria e da falta de asseio.

A análise dos dados permite evidenciar também a necessidade de políticas e programas de saúde específicos para esse grupo populacional, visando acabar com as iniqüidades e minorar as desigualdades existentes de acesso e utilização dos serviços de saúde. Embora seja relevante o papel desempenhado pelo SUS no acesso aos medicamentos por pessoas em situação de rua, este ainda é insuficiente não só na obtenção de remédios, mas em todo o conjunto de ações que envolvem promoção, prevenção, tratamento e reabilitação dos problemas de saúde.

Não é simples o desenho de políticas de saúde voltadas para garantir o direito à saúde dos diversos subgrupos que moram nas ruas. Experiências nacionais e internacionais parecem indicar que nesse caso os serviços devem ir onde estão os seus usuários e pacientes, ao invés de

aguardar que estes venham a demandar ações e cuidados de saúde. No entanto, isso tampouco é suficiente para garantir as condições de continuidade do acompanhamento e sucesso do tratamento, considerando inclusive a presença de doenças como tuberculose, hanseníase, câncer e AIDS, que exigem uso continuo de medicação. Tornam-se necessárias então, políticas que articulem saúde e proteção social, emprego, moradia e educação.

Se o problema é complexo, as dificuldades grandes e a diversidade desafiadora, a quantidade de pessoas em situação de rua é relativamente pequena, o que torna factível e exeqüível a ação governamental de propiciar condições de vida e de saúde dignas, garantindo o acesso e usufruto do direito à saúde.


HONDA

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 8. **Relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** [S.l], março 2008a. v. 1: Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** [S.l], março 2008b. v. 2: Resultados.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - síntese dos resultados. In. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua:** aprendendo a contar. Brasília, MDS: 2009.

ESCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L. (Org.) et al. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p.385-434.

ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde:** origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: Burszty, M. (Org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 139-171.




havaianas



NOTAS SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E O MANEJO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO MEIO URBANO

"Como pessoas que vivem – em um sentido amplo – juntas, não podemos escapar à noção de que os acontecimentos terríveis que vemos à nossa volta são essencialmente problemas nossos. Eles são responsabilidade nossa – e independentemente de serem ou não de mais alguém."

Amartya Sen

Maria Cecília Loschiavo dos Santos | Professora Livre Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Pesquisadora do CNPq



Milhões de pessoas sem moradia vivem em cidades de plástico e de papelão, localizadas nas áreas centrais das principais metrópoles contemporâneas. Esse não é um fenômeno isolado, mas coletivo e que, consequentemente, clama por uma solução universal. As cidades brasileiras, dentre as quais algumas capitais, também manifestam essa realidade, conforme apontam os dados levantados pelo I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua.

As cidades de plástico e papelão são construídas a partir do lixo e do descarte que nossa cultura industrial e tecnológica produz diariamente. A população em situação de rua enfrenta a experiência de mergulhar vertiginosamente nas sobras do consumo excessivo de nossa sociedade e com elas construir abrigos frágeis, movidos pela necessidade de sustentar a própria vida.

O presente texto comenta aspectos da dinâmica socioespacial da população em situação de rua nas 71 cidades recenseadas. Procura compreender as estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano pelas pessoas em situação de rua recenseadas. Qual o caráter da vida nas ruas das cidades pesquisadas? Como essa população se adaptou à presente condição? O fato da grande maioria da população recenseada ser originária de áreas urbanas, nos leva a considerar como elemento fundamental de seus processos adaptativos à condição de estar sem casa, a construção e a posse de um repertório de conhecimentos sobre os recursos disponíveis nessas áreas.

Nesse sentido é importante compreender como diferentes tipos de espaços urbanos se tornaram nichos de sustentação para a vida diária das pessoas em situação de rua, propiciando recursos para essa população organizar sua rotina e sobreviver. É nesses espaços que várias condições locais interagem e influenciam a vida das pessoas em situação de rua. Há uma tendência em se encarar as ações dessas pessoas no espaço público, como fruto do acaso, mas a longa permanência nesses espaços trouxe para essa população conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando assim, práticas e dinâmicas específicas em cada uma das cidades pesquisadas, estabelecendo negociações caso a caso.

Observa-se uma diversidade de recursos presentes em cada cidade, que em geral se referem às diferentes funções da vida diária: presença de equipamentos públicos de atenção a essa população, alimentação, pernoite, locais para higiene e banho, acesso à água, doações de esmolas, acesso a materiais descartados. Muitas vezes a disponibilidade de recursos acaba gerando a concentração dessa população em certos pontos nas cidades.

Percebemos também que não apenas a distribuição espacial dos recursos interfere nos comportamentos de adaptação das pessoas em situação de rua, mas também os diversos modos através dos quais a sociedade os vê, nas diferentes cidades pesquisadas. Ou seja, as respostas da sociedade à persistência da presença e às diferentes apropriações que essa população faz dos espaços públicos são fatores que interagem nessa dinâmica socioespacial.

A pesquisa indicou que os albergues, por exemplo, que tradicionalmente ocupam posição destacada nas políticas públicas para essa população, apresentam significativo déficit de vagas. Consequentemente, a dificul-

dade em se conseguir vagas nessas instituições acaba se constituindo num dos fatores apontados para dormir nas ruas, nas calçadas, sob viadutos ou nos intermináveis acampamentos de papelão ou plástico. Segundo a pesquisa, a este fator somam-se três outros apontados pela população: a falta de liberdade nos albergues (44,3%), o seu horário de funcionamento (27,1%) e a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%).



Efetivamente, os resultados da pesquisa indicam que só 22,1% dos entrevistados dormem em albergue e poucos usam suas estruturas para higiene pessoal e necessidades fisiológicas. Aliás, a partir de tais considerações revela-se a necessidade de repensar a gestão administrativa desses equipamentos, afinal para quem estes espaços são projetados?

Numa outra perspectiva, destacamos as variadas reações contrárias à permanência da população de rua nas cidades pesquisadas. Frequentemente os moradores de rua constituem-se em alvo de expulsões forçadas, gerando hostilidades, produzindo um fenômeno descrito pelos americanos como síndrome de NIMBY (*Not In My BackYard*, cuja tradução em Português corresponde a "Não No Meu Quintal").

O conceito de NIMBY designa as práticas de estigmatização contra a população em situação de rua em sua dimensão espacial. Ou seja, a discriminação contra o corpo, a aparência física, a forma de se vestir e os comportamentos dessa população também se estenderam aos espaços onde ela se localiza, inclusive os espaços onde estão implantados os serviços de atenção a essa população. Estas práticas trazem complexos desdobramentos sobre as dinâmicas de valorização do solo urbano, impossíveis de serem tratadas nos limites do presente texto. Dentre os vários autores que discutiram a síndrome de NIMBY, vale destacar a contribuição da professora Lois Takahashi (1998), que analisa de forma aprofundada as práticas de estigmatização exercidas pela sociedade americana em relação aos portadores de HIV/AIDS e às pessoas em situação de rua.








Banco

Em geral, essas práticas recrudesceram sob o impacto do neoliberalismo, quando, para atrair investimentos globais, as cidades passaram a adotar mundialmente diversas estratégias de renovação e regeneração urbana, organização de eventos esportivos e culturais para públicos privilegiados, que geraram profundos impactos sobre a população em situação de rua. No Brasil, também se manifestam essas práticas e observa-se o crescimento de medidas anti-população em situação de rua, em nossas cidades. Neste sentido, a pesquisa aponta que 54,5% desta população já foi vítima de discriminações e impedimento de entrada em locais públicos, comércio, shopping centers, bem como de utilização da rede de saúde e de transporte coletivo, entre outros.

Essas práticas de exclusão dessa população por parte das cidades levou alguns especialistas – Mike Davis, Neil Smith (1996), entre outros – a pensar o espaço das cidades como o lugar da punição, da opressão e da revanche. Desde o início dos anos 90 esses especialistas descrevem a cidade como repressiva e punitiva para os pobres, particularmente nos Estados Unidos.

As origens da cidade punitiva estão diretamente ligadas às práticas neoliberais que impuseram as regras do capital e a lógica de mercado como solução para os problemas urbanos, frequentemente acompanhada de transformações urbanas que não levam em conta os direitos humanos das populações em situação de rua.



Para atrair e reter o capital as cidades procuram construir imagens positivas através de projetos de transformação urbana que sistematicamente tentam esconder as diferenças entre os ricos e os pobres, estabelecendo rígido controle sobre as populações marginalizadas, levando à emergência de práticas higienistas, punitivas e repressivas contra essas populações.

O professor Neil Smith (1996) introduziu o conceito de cidade revanchista: "a cidade revanchista é representativa de uma violência vingativa e reacionária contra várias populações acusadas de roubar a cidade das classes superiores [de cor branca]".

Lembramos que o termo revanchismo vem do substantivo francês revanche, que significa reparação dura, rude, de afronta, ofensa, vingança, donde revanchismo é o ato pelo qual alguém busca desforrar-se de ofensa ou agressão recebida. Hoje em muitas cidades do mundo observam-se as práticas citadas.

Grandes centros urbanos, como São Paulo são exemplos dessa situação, marcada pela polarização extrema entre ricos e pobres. Os ricos vivem em condomínios fortificados, em geral se deslocam na cidade em viagens de helicópteros e trabalham nas chamadas "zonas de investimento global", considerados pontos chave para acumulação e controle do capital global. No extremo oposto, está a população em situação de rua, espalhada na cidade de plástico e de papelão.

Em decorrência de um amplo processo macroestrutural, essa população foi empurrada para a rua somando-se a isto os diversos fatores biográficos da vida de cada um, que tornaram algumas pessoas mais vulneráveis do que as outras.

Essa população sofre na pele as práticas da cidade revanchista, bem como outros expedientes repressivos e dispositivos legais que não apenas restringem severamente a sua mobilidade, e o seu acesso aos espaços públicos da cidade, como também criminalizam ou tentam torná-los invisíveis, ou mesmo os exterminam. O trágico massacre de 7 moradores de rua ocorrido em agosto de 2004, na região central da cidade de São Paulo é um exemplo dessa situação.

A repressão também se manifesta contra as atividades exercidas pela população em situação de rua para geração de renda, como é o caso da catação de materiais recicláveis.

Dentre as atividades remuneradas, a pesquisa apontou que essa população está engajada em atividades nas áreas de construção civil ou limpeza, ou exercem ocupações como flanelinha – guardador de carros –, carregador, estivador ou catador. A principal atividade é a catação de materiais recicláveis, sendo que 27,5% desta população trabalha nesta condição. A partir desta constatação devemos analisar a contribuição desta porcentagem da população em situação de rua que vive da catação, bem como o significado e alcance desta atividade contemporaneamente.


parmalat



Recolher objetos e materiais pós-consumo, descartados por outras pessoas, constitui-se hoje numa atividade preponderante entre populações despossuídas, do primeiro ao terceiro mundo. Trata-se de um sistema, no qual o descarte da sociedade afluente se torna o capital dos despossuídos. A catação vem contribuindo para a redução da pobreza e apresenta impactos sociais e ambientais significativos, articulando os dois grandes desafios do presente século: redução da pobreza e preservação do meio ambiente. Todos os tipos de materiais são recolhidos das ruas: papel, papelão, plástico, vidro, alumínio, metal e são reintroduzidos no ciclo da produção, movimentando a economia da reciclagem.

Apesar da grande relevância das atividades dos catadores, eles também estão sujeitos às mesmas práticas repressivas e revanchistas, utilizadas em muitas cidades contra a população em situação de rua. O catador é participante ativo e decisivo na coleta seletiva.

Dentre as principais contribuições dos catadores, vale mencionar a redução do custo de operação dos aterros sanitários e da coleta convencional de lixo; a redução de custos de energia e matérias primas através do aproveitamento de resíduos sólidos; a expansão nas atividades de reciclagem de materiais; e a geração de renda.

No contexto das tecnologias espaciais de dominação, revanchismo, nymbiismo, entre outras é preciso reconhecer também, como apontou Michel Foucault, no célebre ensaio "Des espaces autres",[De outros espaços] que as ligações entre espaço, conhecimento, poder e política cultural devem ser vistas ao mesmo tempo como opressivas e possibilitadoras, compostas não somente pelos perigos autoritários, mas também pelas possibilidades para resistência.

Nesse sentido, é grande a contribuição dos c atadores engajados na coleta de recicláveis para a promoção da cidadania e para a justiça ambiental, nesse momento em que todos buscamos a sustentabilidade.

Enfim, a pesquisa nos mostra a existência de brasileiros discriminados, excluídos da sociedade, não documentados, sem acesso a programas de governo, não votantes e quase 80% fazem menos que uma refeição por dia, sendo que 20% não se alimentam diariamente. Mesmo em condições tragicamente adversas, 71% trabalham e exercem atividades remuneradas, a maioria das quais no espaço público.

Diante desse quadro, é preciso pensar de forma interdisciplinar e articulada. É necessário propor abordagens críticas e criativas para enfrentar as contradições inerentes à vida na rua e quebrar o ciclo do "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", como disseram Ferreira Gullar e Oduvaldo Viana Filho no título da peça teatral de sua autoria, no ano de1966.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. **De outros Espaços.** (Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967). Disponível em www.virose.pt.

FRY, Tony. Design Futuring. **Sustainability, Ethicas and New Practice**. Oxford, Berg, 2009.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. **Cidades de Plástico e Papelão**. O habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. Tese de Livre docência. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. **Arquitetura, os moradores de rua e a transfiguração de nossa sociedade**. ArqTextos 7, número 7. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p.12-15. (http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7).

SMITH, Neil. **The new Urban Frontier**. Gentrification and the revanchist city. New York, Routledge, 1996.

TAKAHASHI, Lois. **Homelessness, AIDS ans stigmatization**. The NIMBY síndrome in the United States at the End of the Twentieth Century. Oxford, Claredon Press, 1998.







ELAS DA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A QUESTAO DE GÊNERO

"O olhar tem algo de estranho, de paradoxal: a total facilidade de olhar contrasta com a dificuldade de olhar bem. Se há luz, só de abrir os olhos as coisas que nos rodeiam nos aparecem, mas, em compensação, é preciso prestar atenção, reparar bem, para perceber aspectos da realidade e, sobretudo, para perceber as coisas de outra maneira"

Josep M. Esquirol

Júnia Quiroga

Marina Novo

Doutora em Demografia, Diretora de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mestre em Antropologia Social, Técnica do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.


ASSIM
ASSIM
GRÁTIS
CONTÉM 14 FRESCOS

A população em situação de rua constitui um segmento populacional peculiar. Trata-se de um grupo que ocupa espaços urbanos considerados marginais e, em função disso, permanentemente sujeito às mais diversas formas de violência – não só física, mas também moral –, à exclusão e a vulnerabilidades. É sabido que esta é uma população heterogênea, composta por diversos "tipos" e perfis, todavia, pouco se sabe e se fala a respeito de um dos subgrupos que compõem essa população: as mulheres. Minoria e em condições extremas, como vivem estas mulheres? Quantas são? O que fazem? Como fazem?

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua traz algumas questões que ajudam a conhecer um pouco mais estas mulheres e nos auxiliam a olhar para elas com olhos diferentes. Mesmo não sendo a intenção original da Pesquisa, alguns de seus resultados unidos a dados apresentados em outros estudos, permitem que se façam alguns questionamentos e considerações a respeito da situação de vida das mulheres que vivem nas ruas do Brasil.

MULHERES NA RUA

Conforme apresentado no artigo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - Síntese dos Resultados (SAGI, 2009) deste mesmo livro, de todas as pessoas entrevistadas, 82% (o que equivale a 22.669 pessoas) eram homens e apenas 18% (4.964) mulheres. Esta diferença significativa não acontece por acaso. A vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que os casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua. Isto porque são consideradas frágeis e, portanto, "menos adaptadas" a esta situação extrema, o que faz com que sejam percebidas como "vítimas fáceis".

Além destas dificuldades, a vida na rua para estas mulheres exige também que lidem, cotidianamente, com uma diversidade de fatores e situações que envolvem diretamente a relação com o corpo, a sexualidade e, algumas vezes, o cuidado dos filhos (cerca de 20% do total de mulheres entrevistadas declararam ser responsáveis por alguma criança e/ou adolescente nas ruas e/ou albergues, enquanto que dos homens, apenas 4,3% o fazem). Estas situações, por sua vez, implicam na necessidade de criarem estratégias específicas de sobrevivência,

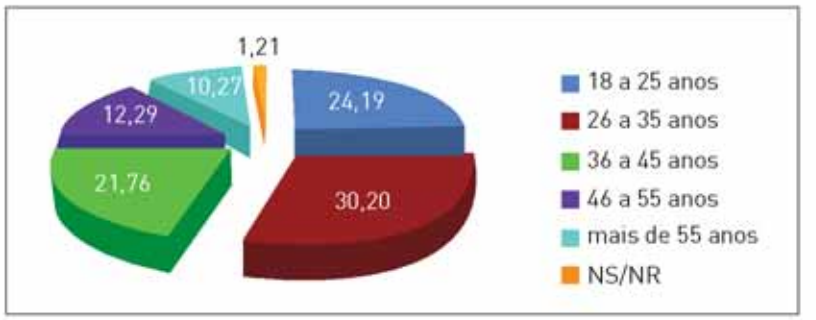
conforme se observa em outras pesquisas[1], optando muitas vezes por se "travestirem" a fim de evitarem – ou ao menos reduzirem as chances – as violências, especialmente as sexuais.

Envolve ainda a necessidade de lidar (e porque não, reinventar) com um estereótipo criado com base em uma imagem "feminina ideal" – da "mulher-mãe", a "mulher-cuidadora" – estereótipo presente tanto no senso comum quanto nas próprias políticas públicas (especialmente da Assistência Social) que valorizam o papel da mulher dentro da família.

Todas estas questões contribuem grandemente para a desproporção no número de mulheres vivendo nas ruas, em relação aos homens. Apesar desta desproporção, quando se trata de definir o perfil deste grupo, pode-se supor ao se olhar os dados de forma inadvertida, que os dois grupos sejam muito semelhantes, já que se observam muitas semelhanças no comportamento dos dados encontrados para homens e mulheres. Apesar desta aparente semelhança, as informações ganham contornos diferenciados em se tratando de mulheres e homens em situação de rua.

Por exemplo, quando se trata da faixa etária desta população, a maior parte tanto de mulheres como de homens, encontra-se em idade produtiva, ou seja, entre 18 e 55 anos, apenas com a diferença de que as mulheres tendem a ser mais jovens. Todavia, esta situação por si só implica em diferenças significativas entre os dois grupos, considerando-se o fato de o período reprodutivo feminino estar concentrando precisamente nessa faixa.

Gráfico 1 - Mulheres em situação de rua por faixa etária



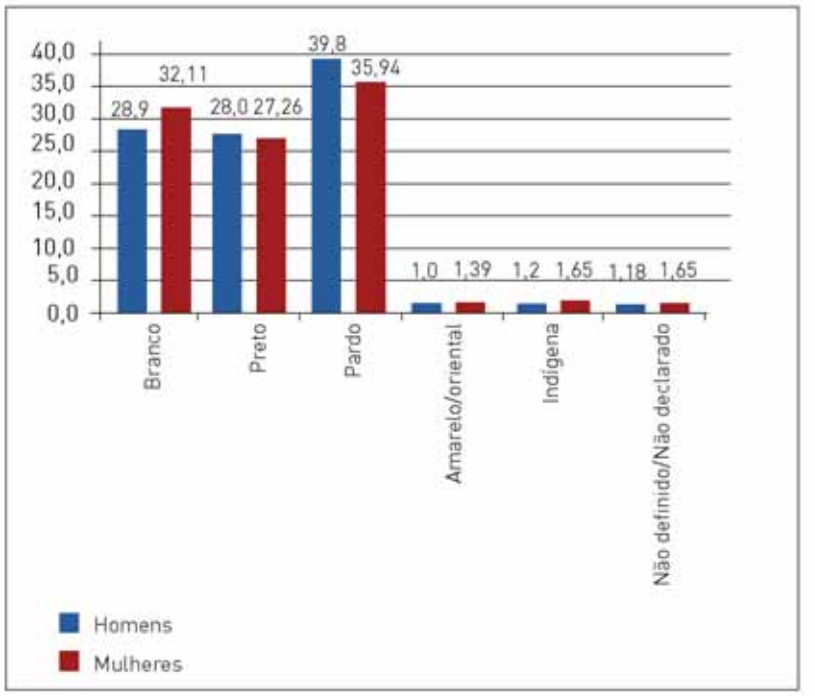
Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

[1]Entre outros, Cf. FRANGELLA, Simone Miziara. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo. UNICAMP/IFCH, Campinas: s.n, [2004]. 361p. (Tese de Doutorado).

Ainda em relação ao perfil destas mulheres, grande parte delas estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental (com um total acumulado de 45,87%, em comparação a 42,14% de homens com o mesmo perfil) e apenas 2,28% delas concluiu o ensino médio. Comparativamente, mais mulheres não sabem ler e escrever em relação aos homens: 16,18% de homens em comparação a 21,87% de mulheres, o que pode ser mais um indício da maior vulnerabilidade feminina quando se trata da situação de rua[2].

No que diz respeito à raça cor, a maior parte das mulheres se autoidentifica como parda, seguida da identificação como branca, conforma se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Mulheres e Homens em situação de rua por raça/cor



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Outra questão que merece destaque é a trajetória destas mulheres por instituições prisionais e/ou de saúde[3]: 21,4% afirmaram que já estiveram em hospital psiquiátrico (em contraposição a 15,9% dos homens) e 20,5% em casas de recuperação de dependentes (comparado a 29,5% de homens). Por um lado, este alto índice de mulheres que já passaram por instituições psiquiátricas e de recuperação pode ser um indicativo das razões de sua ida – ou permanência - nas ruas.

[2]De acordo com dados da PNAD 2007-2008, na população em geral, as taxas de analfabetismo para homens e mulheres são muito próximas, mas a tendência é inversa, com maior proporção de homens analfabetos: 9,6% em comparação a 9% de mulheres.

[3]A questão que perguntava sobre essa trajetória aceitava múltiplas respostas.

Ao mesmo tempo, 79,2% das mulheres contra 46,8% dos homens afirmaram que já haviam passado ao menos por algum hospital. Estas situações podem indicar, uma vez mais, a maior vulnerabilidade das mulheres e as razões de sua ida - ou permanência - nas ruas ou, por outro lado, a reprodução de uma situação amplamente comentada pela literatura de que as mulheres, de forma geral, tendem a ter mais cuidados com a saúde do que os homens.

O pequeno número de mulheres (em comparação à quantidade de homens) vivendo nas ruas pode ser um indicativo de que muitas mulheres optam por permanecer em suas casas, muitas vezes suportando situações de violência e opressão – situações indicadas por 22% dos homens como a principal razão para passarem a viver nas ruas/albergues –, a terem que morar nas ruas, enfrentando as dificuldades que esta vivência implicaria.

Quando perguntadas sobre as razões de terem ido para as ruas, a principal razão indicada por 22,56% das mulheres é a perda da moradia, seguido de problemas familiares (21,92%), alcoolismo e drogadição (11,68%) e o desemprego (8,8%). O fato de a perda da moradia aparecer como razão principal para a ida às ruas é mais um fator que corrobora a hipótese levantada anteriormente de que as mulheres veem a rua apenas como última opção, nem sempre vinculada à noção de liberdade, tão frisada pelos homens.



SAÚDE, HIGIENE E CUIDADOS

Os cuidados com o corpo, saúde e higiene no caso de quem vive nas ruas são extremamente precários e as condições em que vivem exigem que sejam encontradas estratégias para conseguir suprir as necessidades básicas cotidianas afetas a estes cuidados. A maior parte das mulheres (81,1%) afirmou que realiza ao menos uma refeição ao dia, refeição esta comprada com dinheiro próprio por 20,5% delas, conseguida em programas assistenciais (17,54%), ou ainda pedindo para as pessoas que circulam pelas ruas (14,35%). Muito em função desta precariedade e também refletindo as razões da ida às ruas, 35,54% das mulheres afirmam ter problemas de saúde, em contraposição a 28,6% dos homens.

As doenças que foram mais comumente informadas pelas entrevistadas são as de ordem psiquiátrica (9,0%), a hipertensão (8,3%), diabetes (8,3%), problemas de visão/cegueria (5,1%) e a aids (5,1%). Outro número que merece destaque é o de mulheres que disseram fazer uso de algum medicamento no momento em que foi feita a pesquisa: 27,8%, enquanto que entre os homens, responderam positivamente 17,04%. Esta é outra informação que pode ser lida de duas formas distintas: por um lado, indicando a maior incidência de doenças entre as mulheres e, por outro lado, indicando o fato já citado de as mulheres serem, na maior parte das vezes, mais cuidadosas e/ou preocupadas com a saúde do que os homens.

A respeito das condições de higiene, distintamente dos homens, quando perguntadas sobre os locais utilizados para tomar banho, a maior incidência de respostas para as mulheres foram os albergues e abrigos (35,8%), seguidos pelas ruas (28,47%) e banheiros públicos (12,7%). Mais da metade das mulheres entrevistadas afirmaram que procuram locais que fornecem alguma privacidade para o banho, enquanto que entre os homens este número está em torno de 45%. Esta informação nos leva uma vez mais a pensar nas especificidades de ser mulher nas ruas e das formas encontradas por elas para lidarem com situações desagradáveis, constrangedoras e insalubres.




FAMADA
DESDE 1950
ajudando a preservar a natureza
4005-8844



OPORTUNIDADES E PRECONCEITOS

Um dado interessante e que demonstra a diferença de oportunidades entre homens e mulheres em situação de rua é a frequência com que ambos afirmaram já terem trabalhado alguma vez com carteira assinada. Enquanto para os homens este percentual chega a 52,2%, para as mulheres entrevistadas este percentual é de 26,4% apenas. Estes números são especialmente significativos se considerarmos que, conforme apontado anteriormente, tanto homens quanto mulheres em situação de rua encontram-se em idade produtiva, havendo inclusive maior prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos e, portanto, com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Os dados também apontam uma diferença percentualmente pequena, mas que merece ser considerada, de mulheres que são impedidas de entrarem em locais públicos ou acessarem serviços como tratamentos de saúde, shoppings center e órgãos públicos, tendência esta que se inverte apenas quando se trata de estabelecimentos comerciais, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 1 – População em situação de rua por sexo e locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que foram impedidos de realizar, segundo sexo

Locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que não puderam realizar	% de Homens	% de Mulheres
Tratamento de Saúde	18	20,3
Transporte Coletivo	29,6	31
Shopping Center	31,1	32,6
Estabelecimentos Comerciais	31,9	31,4
Órgãos Públicos	21,7	21,9
Bancos	26,2	29,4
Tirar Documentos	13,8	14,4
Outro	1,4	0,9

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Por outro lado, e muito possivelmente pelo fato de as políticas de Assistência Social privilegiarem o pagamento de benefícios às mulheres e pelo fato de elas se encontrarem efetivamente em situação de maior vulnerabilidade, porcentagem maior de mulheres afirmou que recebe algum tipo de ajuda ou benefício do governo em contraposição aos homens, ainda que a cobertura seja baixa para os dois grupos: 82,6% das mulheres não recebem nenhum tipo de benefício contra 89,7% dos homens. Do total de mulheres que recebem algum benefício, 34,2% recebem o Bolsa Família, 21,5% aposentadoria e 9% o Benefício de Prestação Continuada.




vivo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pode observar a partir dos dados apresentados ao longo deste artigo, as mulheres em situação de rua constituem o grupo mais vulnerável de uma população que, pelas condições em que (sobre) vive, pode ser considerada nos limites inferiores de pobreza e vulnerabilidade.

Esta pesquisa, em função de seus objetivos serem outros, não nos permite um olhar mais acurado acerca de algumas questões como as estratégias de sobrevivência destas mulheres, por exemplo, mas por outro lado fornece um panorama muito consistente a respeito das dificuldades e especificidades deste grupo. E ainda mais importante do que isso, permite fazer ver estas mulheres que passam por nós diariamente e que são quase sempre tratadas com indiferença, truculência e preconceitos. Nos esquecemos que "do outro lado" está alguém com necessidades, vontades e direitos, assim como nós, mas que por razões diversas encontra-se marginalizada e apartada do convívio social mais amplo.

Esta pesquisa lançou a possibilidade e criou a obrigação de que, a partir de agora, seja feito por parte de todos – seja o poder público ou sociedade civil – um esforço cada vez maior de não apenas olhar para estas pessoas, mas de "olhá-las bem".







POPULAÇÃO DE RUA: VIDAS E TRAJETÓRIAS

Movimento Nacional de População de Rua

DORMINDO SEM GARANTIA
NOITES DE SOLIDÃO
ME CUBRO COM MEDO
POR COLCHÃO O PAPELÃO

Não podemos precisar o exato momento da nossa história em que se deu o surgimento de pessoas vivendo literalmente nas ruas das cidades brasileiras. Porém, foi na década de cinqüenta que esse fenômeno começou a se tornar visível.

Muitos adultos, quando lembram de sua infância, lembram da mãe, da tia, ou de uma irmã ou irmão mais velho dizendo que se não obedecessem seriam levados pelo "velho do saco". Quando ouvíamos isso, a primeira imagem que vinha à cabeça era a de um homem de idade avançada, barbudo, cabeludo, mal trajado e que levava nas costas um saco misterioso.

Há poucas décadas, quando uma criança se entretia com futebol ou pique esconde e, por conseqüência, se atrasava em voltar para casa, assim que chegava era chamada pelos pais de "moleque de rua". Isto era dito e ouvido como sendo o pior dos males.

Com o surgimento das grandes construções decorrentes do processo de desenvolvimento urbano, principalmente na região sudeste do país, houve uma intensa migração (êxodo rural) para essa região, sobretudo de famílias das regiões Norte e Nordeste. Se somarmos a isso a mecanização da mão de obra no campo, perceberemos que milhares de famílias foram obrigadas a buscar alternativas de sobrevivência nas grandes cidades, sendo esta a provável causa do esvaziamento do campo e da superlotação das cidades. Esses são alguns dos principais elementos responsáveis pelo surgimento da hoje chamada população em situação de rua.

A verdade é que essa população, formada por indivíduos e famílias vivendo nas ruas, surgiu lentamente, cresceu e ainda continua crescendo em um ritmo muito mais acelerado do que antes.

Neste processo de surgimento dos centros urbanos, quem havia de fato confeccionado as grandes edificações, não tinha o direito nem de morar por perto, sendo expulsos para as periferias. Somou-se a isso o fato de que, com as cidades superlotadas, era – e ainda é – possível exigir o perfil ideal para os candidatos ao preenchimento de qualquer vaga no mercado de trabalho, por mais simples que ela fosse.

Morando nas periferias dos grandes centros urbanos e desempregados, restavam poucas alternativas às pessoas, e uma delas era vender mercadorias nos sinais de trânsito ou nas calçadas das cidades.

Com o surgimento dessa atividade considerada ilegal pelo Estado, pois sobre ela não se arrecadam tributos, veio a repressão violenta e desumana por parte dos agentes de segurança pública. As pessoas que encontraram na venda destes materiais um meio de sobrevivência passaram a ser perseguidas, muitas vezes presas, a terem suas mercadorias apreendidas e conseqüentemente, ficavam sem nada, nem mesmo o dinheiro que haviam investido. Sem mais nenhuma opção, só lhes restava a rua ou os serviços de abrigamento noturno. Portanto, podemos considerar que estavam literalmente na rua.

Aqueles que persistiram nessas atividades, devido aos altos preços do transporte urbano, também passaram a optar por dormir em albergues ou qualquer outro espaço próximo aos locais onde exerciam as suas atividades para garantir a sobrevivência.

Nas rodas de conversa em albergues, ruas ou grupos alternativos, descobrimos que os motivos da ida para as ruas variam de pessoa para pessoa, porém, os mais citados são: o desemprego, as desavenças com pais e irmãos, o fim do casamento, o desejo de se aventurar para conhecer novas cidades e novas oportunidades e a busca por trabalho.
Para o Movimento Nacional de População de Rua isso faz sentido. Com a fuga em massa do campo para a cidade, que na época parecia brilhar como o "eldorado", o sertanejo acreditava que ficaria rico em pouco tempo. Poucos ficaram, a maioria não. Ao contrário, foram sendo empurrados cada vez mais para as periferias ou encostas das cidades, contribuindo para o surgimento das favelas.
As famílias das periferias dependem do trabalho do pai e da mãe para sobreviverem. Os filhos pequenos ficam sempre sob a responsabilidade de irmãos mais velhos ou de outras pessoas. Com os pais saindo de manhã cedo e chegando sempre à noite, ou seja, passando curto espaço de tempo na companhia dos filhos, fica difícil educar e orientar para uma vida social que conduza à formação adequada das crianças.
Todo esse corre-corre da vida diária resulta em um stress inevitável, onde uma simples depressão se torna uma grande desavença, responsável por inúmeras separações de famílias, o que tem levado muitos homens, mulheres e até crianças a viverem em situação de rua. Com a desilusão amorosa e a fria vida nas ruas, essas pessoas se entregam ao uso de álcool e drogas desde muito cedo, dificultando o retorno à vida social convencional.
Existem também entre nós, da população em situação de rua, os chamados trecheiros. São pessoas que buscam oportunidades de trabalho em outros lugares, ou que têm o desejo de conhecer novas cidades. Geralmente andam a pé, vivem do artesanato e pequenos bicos que fazem nas cidades ou na zona rural, nas curtas paradas de descanso ou para compra de materiais que servem como matéria prima de seus artesanatos.
Esses homens e mulheres que há tempo romperam com a família e com o mundo do trabalho engrossam - e muito - as fileiras da população em situação de rua. São ainda mais invisíveis que o restante dos moradores e moradoras de rua, pois geralmente estão em trânsito pelas rodovias de todo o país, porém não se pode de modo algum ignorar sua existência.
Não é possível precisar datas nem nomes, porém o fato é que, com o aumento de pessoas vivendo nas ruas, grupos ligados principalmente às igrejas, com a intenção de ajudar, começaram a se mobilizar levando alimentos, roupas e remédios àqueles que mais necessitam. Movidos pelo espírito de caridade e do amor cristão, não mediram esforços para atender a essas pessoas. Muitos de nós sobrevivemos aos piores momentos na rua graças à dedicação incansável dessas pessoas.
Os grupos dessa natureza sentiram então a necessidade de se organizar para melhor atender a demanda do público que aumentava a cada dia. Parte deles descobriu que não bastava a alimentação, roupas etc. e passaram a prestar outros serviços a essas pessoas.


Ocas"
A única coisa que
nós pedimos é que
você leia mais!
Nº 253
Angel Albornoz


DA
NASC
Ler, doce ler
Conheça a história de
Joaquim, a mãe e os
vizinhos e saiba mais
sobre a sua vida e
a sua casa. Pág. 7
sta da casa

Começaram a surgir movimentos espontâneos, sem nenhum tipo de ajuda por parte do poder público. Um exemplo é o que aconteceu com os catadores de materiais recicláveis que viviam nas ruas catando papelão e outros recicláveis, e deram origem a associações, cooperativas e, posteriormente, ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Foram criados modelos alternativos de atendimento em parceria com universidades e outros grupos, visando corresponder às diversas demandas da população em situação de rua. Em seguida, de maneira ousada, as reivindicações passaram a ser transmitidas diretamente por estes órgãos e entidades ao poder público. Foram eles que, como veremos adiante, nos ajudaram a formar o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), movimento que passou a ser um valioso instrumento na luta social e política da população em situação de rua, fazendo ecoar ainda mais forte o grito vindo da rua.

Em 19 de agosto de 2004 ocorreu um fato que jamais vamos esquecer. Um episódio que ficou conhecido como a chacina da Praça da Sé, onde sete moradores de rua foram brutalmente assassinados, sem nenhum motivo que justificasse tamanha covardia. A notícia correu o país provocando grande comoção social, mas apenas isso.

O que se pode extrair de positivo dessa tragédia é a maior visibilidade ao grande contingente de pessoas vivendo nas ruas, entregues à própria sorte, sem nenhum amparo ou proteção. A chacina da Praça da Sé, lembrada sempre com muita tristeza por todos nós, moradores e ex-moradores de rua, é um marco histórico em nossa luta por direitos. Até hoje, porém, os responsáveis não foram julgados.




GRUPO ESCOTEIRO
QUEBRADO





Vidas foram ceifadas pelo simples fato de dormirem em um espaço público, sendo esta a maior explicitação, em nossa opinião, da criminalização da pobreza. Após a chacina, os grupos e as pessoas que desenvolviam trabalhos com as pessoas em situação de rua mobilizaram algumas lideranças da própria população de rua no sentido de cobrar ações concretas das autoridades, com alternativas para as pessoas que se encontram nessa situação.

O Festival Lixo e Cidadania , cuja proposta é dar visibilidade ao importante trabalho dos catadores, vivia então o seu quarto ano. As organizações, junto com algumas pessoas com trajetória de rua, aproveitaram o evento e convidaram moradores de rua de outras cidades para possibilitar o encontro. Essa iniciativa provocou o desejo entre a população de rua de organizar-se, surgindo como conseqüência o Movimento Nacional de População de Rua. A partir de então, este segmento participa ativamente do Festival, trazendo demandas e propostas para discussão com políticos e pensadores diversos.

A nossa participação neste espaço, somada aos encontros de capacitação que promovemos em parceria com as entidades que trabalham conosco, têm promovido o crescimento e o conhecimento político e histórico, que tem nos ajudado na organização e articulação com o poder público e com outros segmentos da sociedade.

O surgimento do MNPR se deve ao descaso das autoridades, à violência nas ruas e aos grupos que têm essa população como público alvo de trabalho. É claro que o Festival Lixo e Cidadania contribuiu, colocando nossas principais questões em discussão, sem intermediários, ou seja, diretamente entre nós, o poder público e os grandes

estudiosos do tema a quem muito devemos, pois nos ajudam na formulação de políticas públicas sociais. Assim que o festival de 2004 se encerrou com o Movimento recém-formado, foi marcada uma reunião com as lideranças de São Paulo e Belo Horizonte, na qual foram acordadas as primeiras diretrizes.

Em 2005 foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua , que visou discutir a situação dessa população, fato marcante para o movimento e para o governo federal, pois ali se iniciava uma nova fase de relacionamento entre o poder público e os moradores de rua. Pela primeira vez, os moradores de rua adentravam um espaço governamental tão importante.

No dia 25 de outubro de 2006, após estudos e análises feitas tanto pelo governo como pela sociedade civil organizada, foi assinado pelo Presidente da República, Sr. Luis Inácio Lula da Silva, o decreto criando o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), formado por representantes de seis ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério das Cidades e Ministério da Cultura mais a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica, a Sociedade Civil representada pela Pastoral do Povo da Rua e pelo Movimento Nacional de População de Rua. A finalidade da criação do GTI foi a de elaborar uma política de inclusão social dos moradores de rua.

Foram inúmeras reuniões em Brasília, momentos de escuta e conversas no sentido de apresentar propostas para a elaboração da política voltada à inclusão da população de rua. Uma das atribuições do Grupo de Trabalho foi a de pensar uma pesquisa que permitisse conhecer o perfil da população em situação de rua. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou edital de licitação e contratou a empresa vencedora para executar a pesquisa. O Movimento acordou com a empresa contratada e com o MDS que sua contribuição na pesquisa se daria com a participação direta de algumas pessoas, tanto nas capacitações das equipes como no trabalho de campo. O Movimento, por contar com um número pequeno de pessoas na equipe de coordenação, não pôde acompanhar a pesquisa nos setenta e um municípios onde foi realizada, mas onde se fez presente procurou contribuir no sentido de legitimar o trabalho. Para realizar essa tarefa, algumas pessoas em situação de rua foram inclusive contratadas como pesquisadores em algumas cidades.

Consideramos a pesquisa valiosa e imprescindível para a eficácia das políticas a serem implementadas. Será ainda objeto de estudo em escolas e universidades, com o intuito de melhor preparar os futuros profissionais, principalmente os da área social, que optarem por trabalhar com esse público.

A presente pesquisa apresenta dados que confirmam os resultados de outros trabalhos já realizados por iniciativas locais, como por exemplo a questão dos negros, que sempre foram discriminados e marginalizados. Entre os demais pontos da pesquisa vale a pena destacar que, ao contrário do que muitos pensavam e da história da própria população de rua, a maioria é constituída por pessoas do próprio estado onde foram entrevistadas, não se caracterizando mais como migrantes.

Ainda que o trabalho não tenha sido feito em todo o país , a pesquisa traz um retrato da população de rua em 71 municípios e aponta elementos suficientes para a implantação de uma política capaz de orientar o enfrentamento e as dificuldades encontradas pelas pessoas em situação de rua, proporcionando aos gestores públicos um caminho para a solução desse grave problema social que aflige a sociedade brasileira.



Acreditamos ser humanamente impossível implementar qualquer serviço sem antes saber a quem ele se destina, daí a importância da pesquisa. Toda a mobilização social que culminou na criação do GTI deu visibilidade ao Movimento, que assumiu o papel de protagonista nas discussões sobre as questões da rua.

Com um novo posicionamento das organizações dando apoio total ao Movimento, o mesmo passa a pleitear espaço nas esferas públicas, principalmente na área da assistência social. Atualmente, o Movimento tem assento no Conselho Distrital de Saúde em Belo Horizonte, na comissão do Orçamento Participativo de Belo Horizonte e no Fórum Mineiro de Direitos Humanos. Nacionalmente, a maior conquista nesse sentido foi a eleição de um membro para o Conselho Nacional de Assistência Social. Todos esses espaços nos permitiram conquistas de grande valor para resgate de nossa auto-estima e dignidade.

O modelo de Estado adotado e implantado no país visa somente o crescimento econômico, sem pensar no desenvolvimento social e na qualidade de vida para todos. A agilidade com que se constroem edifícios, avenidas e praças, não se aplica em nenhum momento às perspectivas de uma política mais humana e social. O que se vê é a população de rua sendo retirada do único espaço que lhe restou, muitas vezes com o uso da força policial, sendo amontoados em albergues sucateados, ou mesmo expulsos das cidades.


havaianas


PAIVA RIBEIRO
FERRAGENS

Vemos com preocupação a omissão por parte do Estado, pois as chamadas secretarias municipais de assistência social nada resolvem. Elas conduzem programas paliativos e em nenhum momento discutem políticas estruturantes que promovam a inserção da população de rua.

Os programas sociais dos governos municipais por nós conhecidos são, em sua maioria, terapias ocupacionais, ou seja, visam ocupar nosso tempo e nunca primam pelo protagonismo. As secretarias têm nos transformado em verdadeiras marionetes. Todos os dias precisamos falar com uma assistente social. Nossa indignação diante da realidade insuportável é tratada como distúrbio mental por muitos profissionais das referidas secretarias. Parecem não compreender que o que de fato precisamos e queremos: trabalho, direito à educação e à saúde, enfim, todos os direitos garantidos pela constituição federal a todos os cidadãos e que nos foram tirados quando, por falta de opção, nos tornamos pessoas em situação de rua.

Como se não bastasse a omissão, o Estado tem agido de forma repressiva. As prefeituras, por meio de seus agentes, abordam todos os moradores de rua de forma truculenta, mostrando seu despreparo ao lidar com esse público. A polícia militar e os demais agentes de segurança pública têm feito intervenções nos espaços públicos por nós ocupados de forma arbitrária e intimidatória, agindo sempre com ameaças e nos expulsando do único espaço que restou, ou seja, a rua. Agindo dessa forma eles mostram o mesmo despreparo visto nos agentes das prefeituras. Quem deveria garantir segurança, espalha o medo e a insegurança entre os que moram nas ruas.



Urge a necessidade de se vencer a omissão, tanto do Estado quanto da sociedade, que por sua vez nos vira o rosto e faz vista grossa às ações aplicadas contra nós. Cegos pela beleza das praças maravilhosamente revitalizadas, as pessoas não percebem ou não querem perceber que por trás disso existe uma política higienista que busca limpar as cidades, e promover a retirada ou a expulsão do povo da rua. Isso é parte da limpeza. O objetivo desse tipo de ação é proporcionar aos turistas uma visão privilegiada, podendo através de suas lentes, gravar o belo cenário e atender à demanda dos grandes empreendimentos que exigem ruas limpas.

Com o crescimento e a banalização da violência urbana somados à proliferação das drogas, a cada dia mais acessíveis, a rua se torna um lugar cada vez menos seguro e as pessoas em situação de rua são assassinadas e violentadas em várias partes do país pelos mais variados motivos.

O Movimento tem recebido convites nacionais e internacionais para palestras sobre o tema, comprovando que para muitos o assunto ainda é desconhecido. Por meio de seus legítimos representantes, o Movimento tem soltado a voz e sempre traduzido sua realidade no sentido de mostrar as reais reivindicações da rua. Dessa forma ele se coloca à disposição da sociedade e do governo com a intenção de construir alternativas viáveis para este segmento populacional.

Além disso, o Movimento tem participado de debates na imprensa (rádio e TV), além de conceder entrevistas aos jornais sempre que convidado, o que tem propiciado à sociedade maior visibilidade das ações do MNPR.

Com todas essas articulações acontecendo, a população em situação de rua acredita e espera que as três esferas de governo percebam a urgência de implementação de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. Nossa expectativa de futuro é de que os lamentáveis episódios de discriminação e violação de direitos aqui relatados sejam superados o mais breve possível.

Dito isso, temos como perspectiva um futuro melhor, pois acreditamos verdadeiramente que, com o empenho do governo federal, todas as pessoas em situação de rua terão seus direitos respeitados e passarão a reivindicá-los onde quer que se encontrem.









O CAMINHO DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DE INDIVÍDUO A POPULAÇÃO

Aldaíza Sposati

Professora titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (Nepsas/PUC-SP), coordenadora do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (Cedest/PUC-SP-Inpe). Vereadora da cidade de São Paulo (1993-2004), Secretária Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo (2002-2004)



Qual é a população do Brasil? De pronto e consultando um site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou o Google respondemos: 183,9 milhões de habitantes. Mas, se a seguir vier a pergunta: qual é a população que vive em situação de rua no Brasil? Nem o Google nem o IBGE auxiliarão na resposta. Isto ocorre porque os brasileiros são contados a partir de suas casas, seus domicílios, ou diriam os mais antigos, seus fogos. Estes, no caso, descreviam o conjunto de pessoas que se reuniam ao redor de uma fogueira para se aquecer, cozinhar e comer.

Talvez, se o critério de fogos ainda valesse para localizar os habitantes dos centros urbanos e incluísse as fogueiras das latas de sardinha com álcool, para cozinhar ou esquentar comida, os brasileiros que vivem sobre a "sola dos pés", isto é, os sem teto, estariam aí incluídos, pois é assim que se reúnem, ou que se aquecem, sob pontes, viadutos e vãos de marquises.

O Censo Demográfico brasileiro conta a população a partir de um teto, ou domicílio, portanto a primeira grande exclusão da população de rua é essa: não possuem sequer a condição de "gente" para ser recenseada, pois, não contam com um teto para viver. Saber quantos são os brasileiros em situação de rua é o primeiro passo para romper sua invisibilidade e avançar no reconhecimento social de que "são gente", isto é, pessoas humanas, parte da população. Lembro que é indigno a cada um de nós, que existam cidadãos brasileiros vivendo nas ruas.

Por mais paradoxal que possa ser, a rua torna-se um lugar para viver e conviver quando se esgotam as capacidades de autossustento, do convívio familiar e a alta espoliação gerada pela sociedade para homens e mulheres que a ela pertencem. A rua é a destituição da privacidade, a expressão de vida isolada e nômade. Representa a expressão aguda da quebra de laços de afinidades, de filiações, do pertencimento.

O encontro entre o cão abandonado e uma pessoa em situação de rua é, sem dúvida, um símbolo de mútuo reconhecimento de identidades perdidas. São relações fortes ao ponto de muitos moradores de rua rejeitarem a ida para os albergues quando estes não permitem que o cão o acompanhe. Laços de pertencimento são reatados a partir da relação com pequenos objetos, símbolos e animais.

Saber quantos e quem são aqueles em situação de rua significa transitar da esfera das individualidades para a esfera coletiva da população. É o início do reconhecimento que poderá levar à restauração da identidade social.

A iniciativa do governo federal de identificar os que vivem em situação de rua nas grandes cidades é, sem dúvida, uma decisão que se coloca no âmbito da luta pelo reconhecimento dos direitos humanos para todos os brasileiros.

É preciso esclarecer que essa iniciativa, operada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), de realizar a contagem nacional dos que vivem nas ruas das cidades brasileiras precisa ganhar sua completude, fazendo com que o IBGE incorpore em seus censos esse segmento populacional e o inclua nos resultados dos censos brasileiros. Tanto o Censo Demográfico, de periodicidade decenal, como a Pes-

quisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) realizada a cada ano não censitário, precisam incluir os não domiciliados em sua coleta de dados, demonstrando a precariedade da vida nas ruas, por mais vexatório que isso possa ser aos brasileiros.

O ano de 2008 incluirá, entre suas marcas, aquela de ter realizado, pela primeira vez na história da sociedade brasileira, a estimativa daqueles que estão em situação de rua nas grandes cidades.

Alguns dirão que se trata de um feito às avessas, já que demonstra a precariedade e a incivilidade, e não o desenvolvimento ou os bons resultados. A estes deve-se responder que o primeiro passo para quem defende os direitos humanos é o reconhecimento da situação de espoliação como uma infringência; o segundo, a restauração da dignidade dos vitimados, e nesta, o alcance de condições de vida decentes e o reconhecimento como cidadãos. Cabe ao Estado no âmbito federal, estadual e municipal exercer esse papel, mesmo que isso represente ao governante de plantão tornar transparente a presença de um problema que exige seu desempenho e compromisso para solucioná-lo.

Com isto afirmo que é um ato de coragem do gestor, prefeito, governador, ou presidente tornar transparente à sociedade a permanência desta forma de violação aos direitos humanos que aparece quase a cada esquina dos grandes centros urbanos.

Naturalizar, banalizar, desconsiderar ou – pior – esconder, jogar jatos de água, afastar para a periferia e adotar medidas higiênicas contra os que vivem nas ruas são, de fato, expressões de fraqueza e não de força dos governantes e gestores.

A política pública de assistência social deve ser desencadeadora do processo de identificação e reconhecimento desse coletivo populacional pela sua responsabilidade em afiançar a segurança de acolhida como proteção e seguridade social. Deve ficar claro que, do ponto de vista da infringência aos direitos humanos, a responsabilidade por essa exclusão alcança o âmbito, não só do executivo, mas da Justiça, do Judiciário e do Legislativo. As múltiplas necessidades desse segmento exigem a ação de diversas áreas do executivo. A assistência social não pode se ausentar de realizar o grito de alerta quanto à infringência dos direitos humanos vivida por essa população.

É imprescindível que se tenha condições de incluir entre as questões a resolver no Brasil, aquelas relativas às pessoas em situação de rua. Este passo supõe a ruptura com a invisibilidade de uma parte dos brasileiros que não são vistos ou tratados sequer como gente, o que dirá como cidadãos portadores de direitos humanos e sociais.

A mera associação dessa situação com a mendicidade fez crescer, ao longo dos anos, a noção de que não constituíam um contingente populacional, mas somente indivíduos ou figuras isoladas vagueando pelas cidades.

Eis aqui uma nova noção que a contagem da população em situação de rua permite. Trata-se da identificação de um coletivo, um segmento da população, e não um indivíduo, ou alguns indivíduos. Identificou-se um coletivo de espoliados urbanos nas principais cidades brasileiras.

A destituição vista como fenômeno isolado termina por ser banalizada como parte da paisagem: o bêbado, o mendigo, o homem do saco – que assustava as crianças – e assim por diante. No caso das mu-

lheres, sua presença nas ruas sempre adquiriu o rótulo imediato de prostitutas, todavia, muitas das mulheres em situação de rua, sós ou com seus filhos, fogem da violência de seus maridos e companheiros. Preferem a rua ao sofrimento em casa.

Designações fragmentadas nos impedem de enxergar que os "personagens" das ruas do meio urbano mundial, muito mais do que figuras isoladas constituem sim, uma população que é parte do total da população de uma cidade ou de um país. Constatação perversa, mas real, quanto à significativa destituição das condições humanas que se amplia desde o final do século XX e cresce neste terceiro milênio. Porque homens e mulheres que vivem nas ruas foram se multiplicando? O que as políticas sociais e econômicas fizeram ou deixaram de fazer para provocar esse efeito? Estas são seguramente questões que devem compor as análises das condições de vida dos brasileiros.



ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Em 1987 a ONU declarou o Ano Internacional do Abrigo para os Sem Teto. Isto veio a fomentar a discussão e a reflexão por parte de agentes de várias organizações que trabalhavam com indivíduos em precárias condições de vida. Em 1989 foi fundada, pela Comissão Européia, a Federação Européia de Organização Nacional do Trabalho com os sem teto (FEANISA) que, em 1992, preparou seu primeiro relatório descrevendo contornos dessa situação (MARPSAT, 2008:53-64). No início dos anos 90 ocorreu o reconhecimento da presença de uma população em situação de rua em grandes capitais européias, a começar por Paris.

Na cidade de Nova York, no fim da década de 70, apareceu uma grande quantidade de pessoas dormindo nas ruas e em locais públicos como parques e terminais de transportes. À época não existia o direito ao abrigo e os poucos espaços destinados a esse fim eram precários. Um dos símbolos dessa situação era o Abrigo Municipal na East Third Street no Bowery. Em 1979, o advogado Robert Hayes resolveu entrar com uma ação contra o Estado de Nova York para que afiançasse o direito ao abrigo daqueles cidadãos que se encontravam nas ruas. Ele tentava resolver a situação do senhor Callahan com quem cruzava diariamente dormindo na calçada próxima ao seu escritório. Em 1981 o processo Callahan chegou ao fim com a publicação de um "decreto judicial" que estabeleceu o "direito de acolhida" na cidade de Nova York, destinado, todavia, exclusivamente aos homens. O decreto determinou o padrão de funcionamento dos abrigos quanto a leitos, colchões, dormitórios, roupas de cama, chuveiros, banheiros, lavanderia, equipe de atendimento, lazer, correio e telefone (detalhes em anexo).

Em 1983 o direito ao abrigo foi estendido às mulheres e às famílias por meio de uma nova ação legal, também oriunda do processo Callahan. Mas isto só durou uma década, pois o então Prefeito Rudolph Giuliani, em sua campanha de 1993, pautada na tolerância zero, restringiu o direito ao abrigo e aplicou rígidos critérios de elegibilidade para seu eventual acesso. Os 25 mil pernoites nos abrigos foram reduzidos. Como reação a esse desmanche foi criado, pela sociedade civil, um serviço de ouvidoria para os direitos da população sem teto denominado: Coalização para os sem teto[1]. Cada estado americano passa a ter legislação própria sobre a matéria, constatando-se nos últimos anos um retrocesso dos direitos até então obtidos para quem vive nas ruas.

[1]Este serviço Homeless Coalization é localizado na 89 Chambers Street, 3ºa, NY, fone 212-964-5900 com Programa de Advocacia que pode ser acionado por telefone. Visitei o trabalho ainda na década de 90 e pude constatar sua efetividade.





Na Europa a elaboração do Plano Urbano de Paris, em 1991, incentivou a elaboração de vários estudos sobre a população sem teto que ocupava os espaços públicos. Outra ação de efeito que ocorreu no mesmo período foi o "desafio" que o Abade Pierre, figura emblemática do trabalho com os "sem abrigo" na França, apresentou para os candidatos às vagas do parlamento. Ele propôs que assinassem um manifesto de compromisso com a efetivação de uma política a favor dos sem teto. Essas iniciativas, entre outras, levaram a que o *Conseil National de l'Information Statistique* (CNIS), da França, assumisse a realização de um programa estatístico de âmbito nacional. O Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), da França, criou em 1995 um método de amostragem da população sem teto e fez uma primeira enquete piloto em Paris. Esse método foi aperfeiçoado e generalizado pelo CNIS. A enquete francesa – INSEE de 2001 – foi a primeira de âmbito nacional sobre os sem teto realizada na União Européia. A contagem de 1944 (CNIS/INED) distinguiu a população em situação de rua em três grupos: os "sem teto estrito senso", aqueles que vivem na rua ou em abrigos improvisados; os que viviam em moradias substitutas, isto é, em espaços emprestados; e os que viviam em casas pobres. As questões postas eram: quantos sem teto estavam em certa data, em certo local? Quem eram e de onde procediam? Como eles se arranjavam para resolver suas demandas e se tinham vontade de procurar outra solução à de permanecer nas ruas?

O desenvolvimento desses estudos gerou, 10 anos após, a primeira proposta da União Européia para que os países membros realizassem a medição dos sem teto e desenvolvessem uma classificação da população sem teto (European Typology on Homelessness and Housing Exclusion – ETHOS) (MARPSAT, 2008). Outras referências são as do censo realizado em 1991 na Inglaterra e no Canadá. Nesse período o canadense Jim Ward estimava que existissem 100 milhões de *homeless* no mundo, incluídos aqui aqueles vivendo em moradias precárias. Ainda em 1991 foi registrado, somente nos Estados Unidos, a existência de cerca de 200 mil *homeless* (VIEIRA et al., 1992:48). Outro estudo de referência foi realizado na cidade de Lisboa em 2000 a partir de Centros de Acolhimento (PEREIRA et al., 2000).



Esse conjunto de referências busca mostrar que se trata de um fenômeno recentemente estudado no contexto mundial. Como se pode perceber, a questão passa a ser notória a partir da década de 80, ocupando espaço no debate social, político e acadêmico nos anos 90.



O FENÔMENO NO BRASIL

O marco do debate público sobre a população em situação de rua no Brasil ocorreu em 1992, em São Paulo, durante um encontro internacional paralelo à Cúpula Mundial do Meio Ambiente, conhecida como Rio-92. Em maio de 1991 numa aliança entre a Prefeitura de São Paulo e ONGs da cidade foi concluído o primeiro levantamento da população de rua da área central da cidade de São Paulo, envolvendo as regiões da Sé, Móoca, Penha, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Santana. Este foi o primeiro estudo realizado no Brasil (VIEIRA et al., 1992).

Buscava-se com essas iniciativas que a Prefeitura de São Paulo incluísse em sua agenda atenções à população em situação de rua. São Paulo, por meio do Governo do Estado, mantinha há longa data um grande centro de acolhimento nominado Central de Triagem e Encaminhamento (Centren), voltado principalmente aos migrantes que ali poderiam permanecer por no máximo três dias, em pavilhões que separavam homens e mulheres, que por sua vez eram separadas das crianças. Em paralelo à Cetren, localizada próximo à antiga Hospedaria dos Migrantes – construída no início do século para realizar a quarentena dos migrantes europeus que vinham substituir a mão de obra escrava nas lavouras paulistas – havia também um albergue para "mendigos" e doentes crônicos que ali permaneciam por um tempo ou eram levados para uma chácara na cidade de São Roque, que associava o processo de reabilitação ao trabalho de plantio. A Pastoral do Migrante mantinha, no bairro central do Glicério, um abrigo destinado inicialmente ao migrante: a Associação dos Volun-

tários pela Integração dos Migrantes (AVIM). Criada em 1974, pelo Pe. Alberto Zabiazi, a AVIM estende seus serviços a outros desabrigados, principalmente no inverno. No Glicério se instalou ainda a pastoral da "Comunidade dos Sofredores de Rua". É de se lembrar que São Paulo exerceu forte catalização de mão de obra nacional e, consequentemente, forte presença de migração interna.

No levantamento de 1991, São Paulo registrava 329 pontos de pernoite com 3.392 pessoas nas regiões centrais da cidade. Esse estudo foi completado com os dados do "Estudo sobre a População sem Residência Fixa" que recorreu aos dados dos plantões de atendimento da Secretaria de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo (Sebes, 1991) e ainda, ao levantamento da população atendida em abrigos, albergues e casas de convivência (VIEIRA et. alli, 1992).

Além desse primeiro levantamento, outros foram realizados na cidade de São Paulo, abrangendo toda a cidade e não mais só a área central. Essas experiências permitiram o desenvolvimento de competência específica para o estudo da população em situação de rua, caracterizando-a em dois grandes grupos: população infanto-juvenil nas ruas, ou meninos e meninas de rua, isto é, com menos de 18 anos; e adultos e idosos em situação de rua.

Os diversos censos e contagens realizados em São Paulo permitem construir uma série histórica. Aliás, a única no país com registros de mais de uma década de levantamentos realizados.

Tabela 1

População em situação de rua da Cidade de São Paulo. 1991-2003

Anos	Total pop. de rua	Em albergue	Nas ruas
1991	3.852	460	3.392
1994	4.449	1.749	2.800
1996	5.334	1.913	3.421
1998	6.453	3.416	3.037
2000	8.706	3.693	5.013
2003	10.394	6.186	4.208

Fonte: FIPE 2000; 2003; Vieira et. all, 1992

OBS.: em 2000 foi realizado o recenseamento em toda a cidade, sendo contratada pela Prefeitura de São Paulo/FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

A aprovação da lei municipal nº. 12.316/97, da cidade de São Paulo, estabeleceu os direitos da população em situação de rua, e seu decreto regulamentador nº. 40.232/01 exige que todo o governo da cidade proceda, durante seu mandato, a contagem/censo da população em situação de rua. Este dispositivo mostra que o intervalo de 10 anos usado entre os censos da população é muito longo para medir este fenômeno emergente. O crescimento dessa população tem sido perversamente muito rápido, exigindo velocidade própria e não decenal.

É preciso ressaltar o significativo aumento da atenção em serviços ocorrida ao longo dos anos na cidade de São Paulo. Se em 1991 indicavam 460 vagas de atendimento, em 2003, registravam-se 6.186 vagas. Isso significa que em pouco mais de 10 anos o volume de atenções em serviços foi ampliado em mais de 13 vezes, enquanto que a população nas ruas (3.392 em 1991 para 4.208 em 2003) cresceu menos de 25%.





A segunda cidade brasileira a desenvolver a contagem da população em situação de rua foi Belo Horizonte, que no início da década de 90 criou o Fórum de Organizações, cuja finalidade era trabalhar com essa população. Em sua primeira contagem, realizada em 1998, Belo Horizonte registrou 916 moradores adultos. Na contagem realizada em 2005 Belo Horizonte registrou 1.157 adultos.

Duas outras cidades brasileiras também realizaram contagens da população em situação de rua. Uma delas foi Porto Alegre, que por meio da Prefeitura, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encerrou contagem em 2007, identificando 1.203 adultos, dos quais 81% do sexo masculino. A outra cidade é Recife, que registrou 1.164 pessoas em 2005.

Tabela 2

População de rua em algumas capitais brasileiras. 2003/2007

Cidade	Ano	Nº
São Paulo*	2003	10.394
Belo Horizonte**	2005	1.157
Porto Alegre***	2007	1.203
Recife**	2005	1.164
total		13.915

* Levantamento realizado em 2003.
** Levantamento realizado em 2005.
*** Levantamento realizado em 2007.

São Paulo e Belo Horizonte demarcam o primeiro reconhecimento no país da existência de uma população urbana em situação de rua. O recorte urbano deve ser enfatizado já que o Movimento dos Sem Terra (MST), do ponto de vista rural, registra aqueles sem chão. No meio urbano há ainda o movimento dos sem teto voltado para aqueles que buscam sua moradia. O meio rural não dispõe de ruas. Seu espaço público são as estradas e é à margem delas que a população rural se aglutina sob plásticos negros. Portanto, pode-se dizer que sem terra, sem teto e população em situação de rua, ainda que com trajetórias e características diversas, estão em situação similar: sem chão e sem teto. Nesse sentido o conceito de *homeless* (em inglês) e *sans-domicile* (em francês) abrange a situação dos "sem endereço". Não ter endereço significa não poder ser encontrado, não poder ter referência, não poder se comunicar, não ter paradeiro localizável. Sofrem, portanto, os preconceitos atribuídos aos ciganos, enquanto nômades urbanos. Trata-se do jogo do visível ao olhar, invisível à inclusão e ao encontro do reconhecimento da cidadania.

As experiências de São Paulo e Belo Horizonte, bem como as de Paris, registram que as ONGs religiosas foram as que primeiro incluíram essa população em sua agenda. No caso de São Paulo foi uma irmandade feminina – as Oblatas de São Bento – que iniciaram o trabalho com a população em situação de rua ainda na década de 50, sob o nome de Organização de Auxílio Fraterno (OAF). Esta inicialmente realizou trabalhos institucionais e depois, na década de 70, nas ruas da cidade. Em 1977, o então arcebispo D. Paulo Evaristo Arns reconheceu esse trabalho instalando a Pastoral do Povo de Rua, antes nominada como

Comunidade dos Sofredores de Rua. Durante a década de 80, diversas iniciativas de organizações religiosas católicas e protestantes foram iniciadas. Em 1990, a Prefeitura de São Paulo, pelo decreto nº. 28.649/89 reconheceu o trabalho dos catadores de papel das ruas da cidade. A então prefeita Luiza Erundina de Souza assinou o decreto com a presença do Abade Pierre, que visitava a cidade liderando o trabalho desse segmento e impedindo a ação policial que os cerceava.

Em 1991 foi instituído o dia 10 de maio como o Dia de Luta da População em Situação de Rua da cidade, e assumida pela Prefeitura a criação de vagas de albergagem para alojar essa população no período de inverno e em caráter emergencial, assim como a instalação de Casas de Convivência para o uso diurno dessa população.

No período de 1993 a 2001, o higienismo foi forte na gestão da cidade. Com isto cresceu o movimento de luta pelos direitos da população em situação de rua. Ocorreram amplas manifestações junto à sede da Prefeitura e à Câmara Municipal. Foram realizadas tribunas populares e diversas manifestações nas ruas. Todo esse movimento teve como um dos grandes símbolos a aprovação de projeto de lei, que tive a honra de protagonizar como vereadora de São Paulo, e que instituiu na cidade os direitos da população em situação de rua. Esta foi a primeira lei no país a reconhecer esse segmento da população com necessidades próprias a serem supridas pela responsabilidade pública (lei municipal 12316/97).







O alcance nacional desse reconhecimento ocorreu quase 10 anos após, pela aprovação da lei federal nº. 11.258/05 de 30/12/05, que alterou o texto da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) nº 8.742/93, incluindo a atenção à população em situação de rua. Em 25 de outubro de 2006 houve a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para definir a Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua e a aprovação da lei federal nº. 11.258/05, por ocasião do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua realizado em Brasília. Pela primeira vez, representantes desse segmento se reuniram nacionalmente e apresentaram suas demandas a um presidente da República do Brasil.

Foi a partir do compromisso desse Grupo com as organizações participantes que foi viabilizada a realização da primeira contagem nacional da população em situação de rua.

A PRIMEIRA CONTAGEM BRASILEIRA

Em 2005, como resultado do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua e do Grupo de Trabalho Interministerial criado em 2006 pelo Presidente da República, decidiu-se realizar a contagem nacional dessa população. Foi um acordo de cooperação entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que permitiu a realização de licitação nacional para operar e alcançar esse objetivo.

O processo se restringiu às 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes. Nelas identificou-se 31.922 brasileiros em situação de rua, dos quais 8.782 (27,5%) foram abordados em serviços socioassistenciais e 23.140 (72,5%) nas ruas. A média nacional foi de 0,061 adulto na rua para cada habitante urbano. A maior incidência nessa relação foi identificada na cidade de São José dos Campos que é mais de quatro vezes maior do que a média nacional, registrando 0,274 pessoas nas ruas face a sua população total[2].

Niterói (RJ) ,Curitiba (PR), Santos (SP) e Juiz de Fora (MG) foram as cidades, que apresentaram maior proporcionalidade da presença de população em situação de rua face às demais 71 analisadas, com exceção de São José dos Campos - SP.

[2] CF. SAGI, 2009



Tabela 3

Cidades brasileiras com população em situação de rua superior a 1.000 pessoas

Cidade	Ano	Nº	%
São Paulo	2003	10.394	23,0%
Rio de Janeiro	2007	4.594	10,0%
Salvador	2007	3.289	7,0%
Curitiba	2007	2.776	6,0%
Brasília	2007	1.734	4,5%
Fortaleza	2007	1.701	4,0%
São José dos Campos	2007	1.633	3,5%
Recife	2005	1.390	3,0%
Porto Alegre	2007	1.203	3,0%
10.Belo Horizonte	2005	1.157	2,5%
sub-total		**29.871**	**65%**
total[3]		45.837	**100%**

Fonte: BRASIL, 2008b; FIPE 2000; 2003; UFRS/PMPA, 2007; PM BH, 2005.
Nota: O total 45.837 resulta da soma do Censo de 71 cidades (31.922) com o total das quatro capitais (13.915).

[3] Como já assinalado, as cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo adotaram metodologias distintas entre si e distintas daquelas realizadas pela Pesquisa Nacional nas 71 cidades acima de 300 mil habitantes. A diferenciação ocorre em função de resultados e experiência de realização de contagens anteriores, do grau de envolvimento de organizações e de moradores ou ex-moradores de rua no processo.



Identificou-se que a população em situação de rua chegava a quase 50 mil habitantes. Esse montante pode ser alcançado quando se soma as 31.922 pessoas localizadas nas ruas pelo censo nacional com as 13.915 registradas pelos censos de quatro cidades. Pode-se estender o total de 45.837 para cerca de 50 mil pessoas em situação de rua considerando que, dessas quatro cidades, São Paulo disponibilizou registros que datam de 2003, pois a prefeitura não cumpriu com a lei local que exigia uma nova contagem/censo no período de 2005/2008, e os censos de Recife e Belo Horizonte datam de 2005.

Constatou-se que dez cidades brasileiras concentravam 65% da população de rua, destacando-se que 10 delas são capitais e somente São José dos Campos, no interior de São Paulo, concentrava 3,5% da população de rua detectada no país. Este destaque é importante e exige uma análise mais crítica dessa cidade, seja quanto aos fatores que provocam essa intensa presença, seja quanto à possível inexistência de uma política municipal a respeito.


TINTA LÁT



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 183,9 milhões de habitantes do Brasil, estima-se que existam cerca de 50 mil pessoas em situação de rua em seus principais centros urbanos ou nas 75 cidades cujas pesquisas foram referidas neste artigo. Destas, 10 cidades concentram 65% dessa população. Face à população do país, aqueles em situação de rua não chegam a 0,03% da população total.

Esse percentual deixa uma questão de fundo. Já somos um país capaz de operar programas sociais que atingem mais de 40 milhões de pessoas. Portanto, desenvolver programas massivos não parece ter óbice para a capacidade gerencial já instalada. Assim, se torna urgente um pacto federativo entre governos municipais, estaduais e federal para que essa situação de presença da população em situação de rua nos centros urbanos possa ser revertida.

Representantes da população em situação de rua fazem parte do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Já há voz articulada e constituída dos interesses e demandas desse segmento. Portanto, é possível a construção de uma proposta de trabalho a partir de uma gestão democrática que tenha por direção afiançar direitos a essa população.

O reconhecimento, em números, dessa população em situação de rua é passo fundamental que a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS corajosamente tomaram. Agora, números encarnados em pessoas e coletivos devem compor as políticas sociais, urbanas e econômicas das cidades brasileiras afiançando direitos cidadãos a todos que nelas vivem sem qualquer discriminação ou exclusão.

ANEXO

Conteúdo do Decreto Judicial Callahan Pelo Povo

Padrões mínimos para os abrigos da Cidade de Nova York estabelecidos por decisão judicial no Acordo Callahan. A Decisão Judicial do Acordo Callahan versus Carey, assinado em 1981, estabeleceu o direito de acolhida na cidade de Nova York. Pela assinatura deste acordo, a Cidade compromete-se a manter certos padrões mínimos em todos os seus abrigos. Esses padrões em síntese foram:

Leitos: todos os leitos devem manter um espaço de pelo menos três pés de distância entre um e outro. E não devem ser colocadas cabeceiras contra cabeceiras. A passagem entre os leitos também deve ter largura de três pés. Cada leito deve ter no mínimo 30 polegadas de largura. A estrutura de cada leito deve estar em bom estado de conservação e de limpeza.

Colchões: os colchões devem estar limpos, bem cuidados, confortáveis e no tamanho adequado ao leito.

Dormitórios: as divisórias que separam a área de dormitório das outras áreas devem ter a altura do teto e ser imunes a fumaça. Todos os dormitórios devem ter iluminação adequada e boa ventilação com janelas para a área externa. Os dormitórios devem ter abertura para corredores de saída e não podem ser utilizados como passagem, corredor ou via de acesso para outro dormitório

Lençóis e outros itens de uso pessoal: os seguintes itens devem ser fornecidos a cada residente do abrigo:

um travesseiro limpo
dois lençóis limpos
um cobertor limpo
uma fronha limpa
uma toalha limpa
uma muda de roupa de cama (pelo menos uma vez por semana ou mais se necessário)
uma barra de sabão
um rolo de papel higiênico
escaninho com cadeado

Chuveiros/banheiros: deve haver um chuveiro disponível para cada quinze residentes. Deve haver um banheiro (e/ou mictório) em funcionamento para cada dez residentes

Serviço de lavanderia: o serviço de lavanderia deve ser fornecido pelo menos uma vez por semana

Equipe de atendimento: deve haver um membro da equipe treinado em primeiros socorros em cada turno

Lazer: o abrigo deve providenciar pelo menos dez horas de recreação por semana para todos os residentes

Correio e telefones: os residentes devem ter direito de enviar e receber correspondência sem interceptação e sem interferência. Em cada abrigo deve ser instalados telefones pagos.

Acordo Callahan, NY, 1981


FONE—
3325-1964

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final**: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l], março 2008a. v.1 – Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final**: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l], março 2008b. v. 2 – Resultados.

FIPE/PMSP-SAS. **Censo de População em situação de rua da cidade de São Paulo.** FIPE/PMSP, 2000.

FIPE/PMSP-SAS. **Estimativa do número de moradores de rua e Estudo dos Resultados obtidos com o SISRua.** FIPE/PMSP, 2003.

HOMELESS COALIZATION. **Callahan Process**, 1981.

MARPSAT, M. **L'enquête de l'Insee sur les sans-domicile:** quelques éléments historiques. Courrier des statistiques, INSEE, Paris, n° 123, janvier-avril 2008, p. 52-64.

MOTTA, A.; Renucci, A.B. **Levantamento sobre experiências brasileiras com população em situação de rua.** SNAS/MDS. Brasília, 2005.

PEREIRA, A.; Barreto, P.; Fernandes G. Análise longitudinal dos sem abrigo em Lisboa: a situação em 2000. In **Departamento de Edifícios.** Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa, 2000.

SAGI. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - Síntese dos Resultados. In BRASIL. **Rua: aprendendo a contar**. Brasília, MDS: 2009.

SEBES. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social-PMSP. **Estudo sobre a população sem residência fixa que recorre ao Plantão de atendimento.** São Paulo, 1991.

SNOW, D.A. **Report on Tucson's Homeless Population 1997-1995.** Departament of Sociology, University of Arizona, 1998.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua:** quem é, como vive e como é vista. São Paulo, Hucitec, 1992.







VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO - A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME NO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Valéria Gonelli

Assistente Social, Assessora do Gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Fernando Chagas

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.


BARAO
329-340
SET

Abordar o fenômeno social genericamente conhecido como população em situação de rua requer certa cautela metodológica. Isso porque não há estabelecido, na literatura especializada, um consenso acerca do significado desta expressão e da caracterização do segmento populacional ao qual ela faz referência. Dependendo do sentido em que a expressão é empregada – e eles são muitos – o fenômeno assume contornos e dimensões distintas. Para dar conta da complexidade do fenômeno, alguns autores optam, inclusive, pela elaboração de tipologias ao invés de proporem enunciados reducionistas. É bastante difundida, por exemplo, a distinção das formas de permanência na rua, sugerida por Maria Antonieta Vieira (1992), entre as pessoas "que ficam, as que estão e as que são da rua". Assim, julgou-se conveniente, para os fins a que este artigo se propõe, estabelecer, de antemão, aquilo que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entende por população em situação de rua.

O MDS adota uma definição de população em situação de rua que combina elementos propostos pelos principais especialistas na matéria. De acordo com essa definição, a população em situação de rua consiste em um grupo heterogêneo, que tem em comum a extrema pobreza, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, a vivência de um processo de desfiliação social decorrente da ausência de trabalho assalariado e que assume a rua como espaço de moradia e sustento. As causas do fenômeno em pauta são múltiplas e variadas, remetendo tanto a fatores circunstanciais, próprios da trajetória de vida de cada indivíduo, quanto a fatores estruturais, inerentes ao sistema capitalista de produção. Feito esse registro, é importante sublinhar que a discussão em torno do conceito sinaliza mais do que o interesse de um pequeno grupo de acadêmicos pelo tema; é indicativa de um amplo movimento, iniciado entre as décadas de oitenta e noventa, que trouxe visibilidade e legitimidade às demandas de um contingente populacional submetido a aviltantes condições de sobrevivência e à persistente violação de seus direitos básicos. O presente artigo reconstitui esse movimento, para depois enfocar, detidamente, o modo inovador com que o MDS tem oferecido respostas aos anseios da população em situação de rua.

O período em que a atual Deputada Federal Luíza Erundina de Sousa esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992, é descrito como um momento de fundação de novos marcos na concepção e no atendimento da população em situação de rua. Os projetos de inclusão produtiva desenvolvidos no centro da capital paulista somados às experiências pioneiras voltadas ao delineamento do perfil socioeconômico das pessoas que habitavam as ruas da cidade propiciaram a desconstrução, naquele período, da visão preconceituosa e estigmatizadora que reconhece apenas vagabundos e marginais em meio a esse segmento. A exemplo de São Paulo, outras três capitais brasileiras – Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife – conduziriam, nos anos seguintes, seus próprios estudos para quantificar e caracterizar a população em situação de rua encontrada nos limites de seus respectivos territórios. Ressalte-se que as pesquisas censitárias e qualitativas realizadas em Belo Horizonte e Recife, em 2005, contaram com o apoio técnico e financeiro do MDS, representado

pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Os resultados alcançados por esses esforços desarticulados possibilitaram que a vizualização do fenômeno se desse com maior nitidez e revelaram o quanto ele é influenciado pelas particularidades das cidades nas quais se manifesta. Ficou evidente a afirmação de Sarah Escorel de que "o espaço urbano interfere nos grupos que se formam na rua – nos tipos de agrupamento, nas possibilidades de fixação, nas atividades de subsistência que podem ser realizadas" (ESCOREL apud ANDRADE, 2008).

O levantamento abrangente de dados sobre a quantidade de pessoas vivendo nas ruas das cidades brasileiras e sobre as condições em que isso ocorre era, à época desses primeiros estudos, e continua sendo, uma das principais reivindicações do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Esse movimento surgiu em São Paulo e Belo Horizonte, a partir do trabalho desenvolvido por entidades como a Organização do Auxílio Fraterno, das Irmãs Oblatas de São Bento, a Pastoral do Povo da Rua, a Cáritas, dentre outras. Essas entidades contribuíram para a formação de uma identidade coletiva entre as pessoas em situação de rua que se contrapõe à visão hegemônica segundo a qual esses indivíduos não passam de "fracassados solitários". A despeito das dificuldades impostas pelo grau de heterogeneidade existente entre as pessoas que agrega, o movimento tem atuado intensamente no "resgate das referências identitárias de seus membros" e na luta pela conquista e reconhecimento de seus direitos sociais (ANDRADE, 2008, p. 62). Na avaliação de especialistas e representantes do próprio movimento, o que confere singularidade e força a esse processo organizativo é justamente o fato de que ele opera em dois planos diversos, porém complementares: no plano político, exerce atividades reivindicativas; no plano social, por outro lado, trabalha com a subjetividade de cada um de seus membros, valendo-se, para tanto, de uma concepção metodológica baseada no contato personalizado e numa abordagem individualizada (ANDRADE, 2008, p. 57).





Maria Lúcia Lopes da Silva (2006) argumenta que a organicidade e a coesão do movimento nacional, que, como dito anteriormente, reúne pessoas com perfis e interesses imediatos diversos, deriva da percepção compartilhada de que a população em situação de rua não tem acesso às políticas sociais. Em adição, apontam-se outros dois fatores, tragicamente marcantes na vida daqueles que fazem das ruas o palco de suas relações privadas, que têm "galvanizado" os vínculos de solidariedade e pertencimento estabelecidos entre os membros do movimento: a discriminação e a violência contra a população em situação de rua, muitas vezes, praticadas por agentes a serviço do Estado. Nesse sentido, é inegável que a repercussão gerada pelo assassinato de sete pessoas em situação de rua, entre 19 e 22 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo, tenha concorrido para que o segmento recebesse, enfim, a merecida atenção das autoridades públicas, sobretudo daquelas que fazem parte do governo federal. É possível afirmar que, até então, não existiam políticas públicas federais direcionadas exclusivamente para o atendimento da população em situação de rua. O segmento era coberto apenas de forma residual e precária por políticas sociais implementadas nos três níveis de governo. Predominavam as ações de acolhimento com caráter tutelador, que, dissociadas de iniciativas voltadas para o desenvolvimento da capacidade produtiva das pessoas em situação de rua, pouco ou nada contribuíam para a reinserção social desses indivíduos.

O ano de 2004 é considerado um ponto de inflexão na relação entre o governo federal e a população em situação de rua. Por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as demandas do segmento assumiram uma centralidade inédita na agenda social do governo federal. A orientação presidencial logo se traduziu numa sucessão de ações, coordenadas por um ministério recém-criado, o MDS, voltadas para o atendimento da população em situação de rua. Com agilidade, a SNAS empreendeu um levantamento junto aos órgãos gestores da Assistência Social das capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes, com o intuito de aprofundar seu conhecimento sobre o fenômeno social no país. Os municípios que participaram do levantamento passaram, com isso, a receber regularmente o financiamento do governo federal para promoverem ações de acolhimento. Além disso, os dados coletados serviriam, posteriormente, de subsídios à idealização de uma série de projetos de inclusão produtiva para esse público específico, executados em parceria com governos estaduais, municipais, ONGs e universidades.

A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, inaugurou um novo modelo de proteção social não contributiva no país, reconhecendo, pela primeira vez, a população em situação de rua como destinatária das ações nesse campo. Esse novo modelo busca afiançar a todos os brasileiros seguranças de sobrevivência, de acolhida e de convívio. Os usuários dos serviços socioassistenciais deixam de ser considerados apenas em suas carências e fragilidades; e passam a ter também as suas potencialidades reconhecidas e estimuladas. A PNAS representa ainda o substrato normativo sobre o qual está assentado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), rede hierarquizada de serviços e benefícios socioassistenciais, espalhada por todo o território nacional e gerida de forma descentralizada

e participativa. O sistema é organizado por tipo de proteção demandada – básica ou especial – e por níveis de complexidade de atendimento – média ou alta. Em função da fragilidade ou da total ruptura de seus vínculos familiares e comunitários, bem como da violação reiterada de seus direitos básicos, as pessoas em situação de rua requerem atendimento da proteção social especial, tanto de média quanto de alta complexidade[1], sendo priorizados os serviços que possibilitem a eles a organização de um novo projeto de vida e a criação de referências na sociedade brasileira. Para respaldar legalmente a obrigatoriedade do atendimento da população em situação de rua, no âmbito do SUAS, o governo federal publicou, em 2005, a Lei nº 11.258, que altera o artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93).

A organização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em setembro de 2005, atesta a inclinação democrática do MDS em envolver e dar voz ao público alvo de suas ações no processo em que elas são definidas. Durante o evento, representantes do movimento nacional e entidades ligadas ao tema discutiram com membros do governo estratégias de atenção ao segmento. Ao final dos trabalhos, os participantes se mostraram convencidos de que a formulação e a implementação de políticas públicas efetivamente capazes de transformar a realidade das pessoas em situação de rua dependiam ainda de novos estudos que delimitassem o fenômeno com maior precisão e da coordenação de ações intersetoriais entre os três níveis de governo.

Sensível às constatações mencionadas e a outras demandas trazidas por representantes do movimento nacional, o governo federal criou, por força de Decreto Presidencial, assinado em 25 de outubro de 2006, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar estudos e propostas de políticas públicas dirigidas à população em situação de rua, que primem pela ação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, trabalho e renda, cultura, justiça, esportes e garantia de direitos humanos. O GTI foi coordenado pelo MDS e composto por representantes de outras sete pastas (Educação; Cultura; Saúde; Trabalho e Emprego; Justiça e Secretaria Especial de Direitos Humanos), além de representantes da Defensoria Pública da União, da Pastoral do Povo da Rua, do Movimento Nacional da População de Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS). Os trabalhos do GTI resultaram na apresentação de uma versão preliminar da Política Nacional para Inclusão Social da População a Situação de Rua, submetida à consulta pública no site do MDS em dezembro de 2008. As contribuições da sociedade civil organizada ao texto da Política Nacional foram, depois, consolidadas num único documento, por ocasião do II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em maio de 2009.

[1] Os serviços da proteção social especial de média complexidade são destinados às famílias e indivíduos que tenham direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; já os de alta complexidade garantem proteção integral para famílias e indivíduos que estejam sem referência e/ou em situação de risco.


AREZZO
PRODUZIDO EM
XAMIMA
SOB LICENÇA DE
AREZZO S.A.


REPÚBLICA FEDERATIVA
CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ao mesmo tempo em que esses avanços no atendimento da população em situação de rua eram gravados em dispositivos legais, o MDS continuava empenhado em dar visibilidade ao segmento. Em 2006, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS juntamente com a UNESCO lançaram edital para a contratação de uma instituição encarregada da contagem da população em situação de rua em um universo de 71 municípios, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. A pesquisa foi realizada, entre agosto de 2007 e março de 2008, pelo Instituto Meta, que identificou 31.922 pessoas adultas vivendo em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Além da inédita contagem, a pesquisa apresentou também dados relevantes sobre o perfil dos entrevistados, que, analisados em conjunto, reforçam a percepção de que o atendimento da população em situação de rua exige a convergência de diversas áreas sociais.

O MDS trabalha, atualmente, para incorporar as pessoas em situação de rua ao CadÚnico[2], demonstrando sua determinação em tornar os programas sociais do governo acessíveis ao segmento. Para tanto, foram relativizadas algumas das informações exigidas no ato do cadastramento, como, por exemplo, as referentes à identificação do domicílio familiar do respondente, e investe-se no treinamento e sensibilização das equipes e agentes responsáveis pela abordagem e entrevista das pessoas em situação de rua. Em uma iniciativa ainda mais inovadora, o MDS e a UNESCO contrataram recentemente, após processo licitatório, o Instituto Pólis para desenvolver junto ao Movimento Nacional de População de Rua um projeto de capacitação e fortalecimento institucional. Espera-se que o projeto contribua para potencializar a intervenção dos representantes de MNPR nos fóruns e conselhos em que os rumos da Assistência Social no país são traçados e ampliar a interlocução do movimento com setores do governo e da sociedade civil organizada.

Os exemplos relacionados neste artigo não esgotam o esforço que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem empreendido para tornar visível esse segmento populacional ignorado pelas estatísticas nacionais. Pretende-se com isso, ilustrar o modo inovador com que o MDS atende a população em situação de rua. Um modo novo porque não percebe essas pessoas como fracassados; ao contrário, enxerga nessas pessoas potencialidades que anos de maus tratos e abusos não conseguiram apagar. Reconhece-as como sujeitos sociais aptos a intervir sobre as decisões que afetam suas vidas. E que aponta para a construção, participativa e democrática, de uma Política Nacional, que consolide e aprofunde os avanços até aqui registrados na relação entre o Estado e a população em situação de rua.

[2] O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, assim consideradas aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal até três salários mínimos. Constitui uma base de dados que pode ser acessada pelos governos municipais, estaduais e federal para obterem o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas.






CENTRO PÚBLICO DE
ECONOMIA
SOLIDÁRIA
Organizando o trabalho para desenvolver o Brasil
PREFEITURA
LONDRINA
Economia Solidária
Londrina
Ministério do Trabalho
e Emprego
BRASIL

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, H. S. de; FIGUEIREDO, G.; FARIA, C. A. P. de. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). **Catadores na cena urbana:** construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/servicos/pss-2008/pnas.pdf/view?searchterm=pnas. Acesso em 20 nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Propostas de políticas públicas para inclusão social da população em situação de rua.** Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, DF: SAGI, SNAS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final**: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l], março 2008a. v.1 – Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l], março 2008b. v. 2 – Resultados.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, DF, 2009.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua.** São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SILVA, M. L. L. da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**: 1995-2005. Universidade de Brasília, 2006. Apresentado como Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua**: quem é, como vive e como é vista. São Paulo, Hucitec, 1992.





I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Execução
Meta Instituto de Pesquisa de Opinião

Coordenador Geral
Flávio Eduardo Silveira

Pesquisadores
Álvaro Roberto Crespo Merlo
Jacqueline Oliveira Silva
Juscelino Zemiacki
Magda Ribeiro Barcelos

Coordenadores de campo

Ananindeua/PA	Mariza Nascimento	Caxias do Sul/RS	Délcio Antônio Agliardi
Anapólis/GO	Georges Nogueira	Contagem/MG	João Souza Dias
Aparecida de Goiania/GO	Georges Nogueira	Cuiabá/MT	Marinalva Cunha da Silva
Aracaju/SE	Rosineide Santos Melo	Curitiba/PR	Ana Maria Selbach
Bauru/SP	Iná Lucelia Pereira	Diadema/SP	Sandra Amorin
Belém do Pará/PA	Mariza Nascimento	Duque de Caxias/RJ	Cleber Pereira
Belford Roxo/RJ	Sandra Mara de Castro	Feira de Santana/BA	Rejane Rodrigues da Silva
Betim /MG	João Souza Dias	Florianópolis/SC	Vânia da Cruz Soares
Boa Vista/RR	Angela Patricia	Fortaleza/CE	Verônica Angelim
Brasilia/DF	Maria Aparecida Sousa Barros	Franca/SP	Priscila de Souza Oliveira
Campina Grande/PB	Simone Rodrigues de Salles	Goiania/GO	Georges Nogueira
Campinas/SP	Flávio Sartori	Guarulhos/SP	Karin Rauter Bier
Campo Grande/MS	Sirlei Goularte	Itaquaquecetuba/SP	Wanda Krainer
Campos dos Goytacazes/RJ	Elka Cruz Campos	Jaboatão dos Guararapes/PE	Magali Silva
Canoas/RS	Carla Vidart	João Pessoa/PB	Simone Rodrigues de Salles
Carapicuiba/SP	Sandra Amorin	Joinvile/SC	Ricardo José de Melo Brasil
Cariacica/ES	Claudia Maluf	Juiz de Fora/MG	João Souza Dias

Jundiaí/SP	Nilson Roberto Begiato
Londrina/PR	Aracelly Nascimento
Macapá/AP	Raul Frank Lima e Silva
Maceio/AL	Carlos Cesar Alves de Souza
Manaus/AM	Reinaldo Moreira
Maringá/PR	Marina Marques Andreo
Mauá/SP	Maria Fátima do Vale
Moji das Cruzes/SP	Celeste Xavier Gomes
Montes Claros/MG	Selva Telles
Natal/RN	Rosangela Francischini
Niteroi/RJ	Sandra Mara de Castro
Nova Iguaçu/RJ	Andrea Bezerra
Olinda/PE	Magali Silva
Osasco/SP	Mariana Fujii
Palmas/TO	Raimundo Costa
Pelotas/RS	Patrícia Santos de Mendonça
Piracicaba/SP	Lucia Cristina Maciel
Porto Velho/RO	Angela Nery
Ribeirão Preto	Rosana de Carvalho
Rio Branco/AC	Renato Souza Santos
Rio de Janeiro/RJ	Mario Carvalho/Adriana Machado
Salvador/BA	Rejane Rodrigues da Silva
Santo André/SP	Wanda Krainer
Santos/SP	Juliana da Cunha Ferreira
São Bernardo do Campo/SP	Sandra Amorin
São Gonçalo/RJ	Dianne Arrais
São João do Meriti/RJ	Dianne Arrais
São José do Rio Preto/SP	Helena Cristina Filo
São José dos Campos/SP	Teresa Peres Rodigues
São Luis/MA	Clodomir Martins
São Vicente/SP	Juliana da Cunha Ferreira
Serra/ES	Claudia Maluf
Sorocaba/SP	Jamil Jubi Mariano Barbur
Teresina/PI	Filomena Mello
Uberlândia/MG	João Souza Dias
Vila Velha/ES	Ivan Lopes Valente Jr.
Vitória/ES	Claudia Maluf

Equipe SAGI/MDS de acompanhamento da pesquisa

Carmela Morena Zigoni Pereira

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Oscar Arruda D´Alva

Colaboradores

Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo

Danielle Oliveira Valverde

Gilmar Trindade dos Santos

Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira

Kheila Cristina Ferreira Melo

Luis Otavio Pires Farias

Marcelo Lúcio Saboia Fonseca

Paulo Memória Franco Amorim

Valeria Maria de Massarani Gonelli

AGRADECIMENTO

Nosso agradecimento especial a todas as pessoas em situação de rua que generosamente cederam seus direitos de imagem e tornaram a publicação possível.

Aderaldo Gramosa
Adilson Barboza
Adilson dos Santos Oliveira
Adilson Leandro
Adriana Nazaré Souza
Adriano José Muniz
Agnaldo Rego dos Santos
André Santos Marques
Aniceto Justino
Antonio Carlos dos Santos
Antonio Carlos Ferreira de Matos
Antonio Rosa Dias
Antonio Teixeira da Silva
Aparecida Furlan Paulino
Belmiro Jorge dos Santos
Carla Silva de Santana
Charles Soares da Silva
Crispim Silva da Paixão
Cristina Ferreira e Cesar Evangelista Santos
Ducelene dos Santos
Eliane Ribeiro Salgado Feitosa
Elineide Oliveira Correia Santos
Erico Gonçalves
Fernando Sousa Santos
Flávio Ricardo de Luccas Siqueira
Gilberto Alcântara Marinho
Gilberto Alves Brito
Hercilanio José de Souza
Homero Progemio do Amaral
Israel Reis de Jesus
Ivanilda Hipolito
Ivanildo Pereira da Silva
Jailson de Jesus Xavier
Jair Almeida dos Santos
Jessica Benevides
João Aparecido dos Santos Barbosa
João Batista Gonçalves
João Dartagnan Holanda de Moura Palheta
João Ferreira da Silva
João Rodrigo Maurino
Joaquim da Luz Sebastião
John Stwardy Orlando Oliveira
Jonas Ribeiro de Almeida
Jorge Santa Tavares
José Antonio Lauro de Souza
José Marcos Monteiro dos Santos
José Nelson da Silva
José Vicente Jorge Filho
Joselito Cavalcante
Josue Lima dos Santos
Jucelino Nascimento
Junior Cesar de Deus
Kleber Augusto de Moraes
Lucivaldo Luma da Silva
Luiza Jacinto
Maria dos Santos
Maria Gomes dos Santos
Junior da Conceição
Alex da Conceição
Maria Helena da Silva
Marinaldo da Luz Costa
Miguel Angel Albornoz
Milton Paixão dos Santos
Nicolas Batista
Nivaldo José de Sousa
Oleir Benedito Rodrigues
Paulo José Camilo
Paulo Roberto Ferreira de Freitas
Pedro Ferreira Leite
Priscila de Jesus dos Santos
Raimundo de Jesus Santos
Raimundo Ruberval Basto da Silva
Raimundo Salome Souza Costa
Regina Celia
Roberto Lingiard
Ronivon Rodrigues Barbosa
Rosemary da Silva
Rufino Santos
Severino Pedro Pereira
Sidney dos Santos; Agata Yasmin
Silvio da Silva
Simone de Souza Farias
Simone Gonçalves
Sônia Regia Teixeira de Oliveira
Valdir Souza Carneiro
Vega Fernandez
Wilson Germano Pereira
Zenildo Costa Oliveira

Papel: Couchê fosco 150g

Fontes: Família DIN e Baron Kuffner